

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NOS
MUNICÍPIOS DE NARANDIBA, PRESIDENTE PRUDENTE E IEPÊ, SÃO PAULO,
BRASIL**

LISANDRA HERNÁNDEZ MONTARDY

ORIENTADORA: Profª. LIVRE-DOCENTE NEIDE BARROCÁ FACCIÓ

PRESIDENTE PRUDENTE

2019

LISANDRA HERNÁNDEZ MONTARDY

**DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NOS
MUNICÍPIOS DE NARANDIBA, PRESIDENTE PRUDENTE E IEPÊ, SÃO PAULO,
BRASIL**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Campus Presidente Prudente, sob a orientação da Professora Livre-Docente Neide Barrocá Faccio, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Linha de Pesquisa: Análise e Gestão Ambiental.

PRESIDENTE PRUDENTE

2019

M766d Montardy, Lisandra Hernández
Diagnóstico Sociocultural do Patrimônio Arqueológico
nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê,
São Paulo, Brasil. / Lisandra Hernández Montardy. --
Presidente Prudente, 2019
158 f. : fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente
Prudente
Orientadora: Neide Barrocá Faccio

1. Patrimônio cultural. 2. Arqueologia. 3. Diagnóstico.

I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos
pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NOS MUNICÍPIOS DE NARANDIBA, PRESIDENTE PRUDENTE E IEPÊ, SÃO PAULO, BRASIL

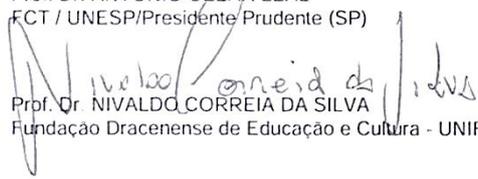
AUTORA: LISANDRA HERNÁNDEZ MONTARDY

ORIENTADORA: NEIDE BARROCA FACCI

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:


Profa. Dra. NEIDE BARROCA FACCI
Departamento de Planejamento Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP


Prof. Dr. ANTONIO CEZAR LEAL
FCT / UNESP/Presidente Prudente (SP)


Prof. Dr. NIVALDO CORREIA DA SILVA
Fundação Dracense de Educação e Cultura - UNIFADRA

Presidente Prudente, 11 de fevereiro de 2019

DEDICATÓRIA

À minha família, esposo e amizades que são minha felicidade.

AGRADECIMENTOS

A todos os que aportaram seu grão de areia para a realização desta pesquisa.

À minha querida Neide e Barone por todo apoio e amizade.

Ao professor Dr. Antônio César Leal por acolher esta pesquisa no GADIS.

A meus queridos pais e toda minha família.

A minha querida sogra, sempre ali.

A Graziella, Brendo e Gustavo por sua constante cooperação e amizade.

A todos os integrantes do LAG e MAR por sua boa vontade.

A todos os funcionários e moradores dos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e

Iepê que colaboraram com a realização desta pesquisa.

“Debes amar
la arcilla que va en tus manos;
debes amar
su arena hasta la locura
y si no,
no la emprendas que será en vano;
solo el amor
alumbra lo que perdura;
solo el amor
convierte en milagro el barro.
Debes amar
el tiempo de los intentos;
debes amar
la hora que nunca brilla;
y si no,
no pretendas tocar los yerto;
solo el amor
engendra la maravilla
solo el amor
consigue encender lo muerto.”

José Martí

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo realizar um diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, no Estado de São Paulo, Brasil. Nesta pesquisa observa-se o estado da arte das ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial desenvolvidas nos municípios citados, ressaltando o trabalho desenvolvido nessas localidades pelo Laboratório de Arqueologia Guarani da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus Presidente Prudente. Assim, apresentamos o patrimônio como recurso endógeno para o desenvolvimento territorial e uma avaliação das políticas públicas sobre o patrimônio arqueológico vigentes nesses municípios.

Palavras-chave: patrimônio arqueológico; diagnóstico sociocultural.

SUMMARY

This dissertation aimed to carry out a sociocultural diagnosis of the archaeological heritage in the Municipalities of Narandiba, Presidente Prudente and Iepê, in the State of São Paulo, Brazil. In this research the state of the art of protection, conservation, divulgation and patrimonial education developed in the mentioned municipalities is observed, highlighting the work developed in these localities by the Guarani Archeology Laboratory of the Paulista State University, Faculty of Sciences and Technology, Campus Presidente Prudente. Thus, we present the patrimony as an endogenous resource for territorial development and an evaluation of the public policies on the archaeological patrimony in force in these municipalities.

Keywords: archaeological heritage; sociocultural diagnosis.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Localização dos Municípios de Iepê, Narandiba e Presidente Prudente no Estado de São Paulo.....	02
Figura 2: Contexto de valorização dos sítios arqueológicos.....	20
Figura 3: Cadeia interpretativa da valorização do patrimônio.....	21
Figura 4: Planejamento da coleta e produção de dados na fase de diagnóstico.....	35
Quadro 1: Esquema de uma matriz de potencialidades, limitações e problemas.....	36
Quadro 2: Operacionalização das variáveis.....	39
Figura 5: Localização dos sítios arqueológicos do Município de Narandiba.....	50
Figura 6: Borda de pote cerâmico Kaingang do Sítio Santa Cruz do Anhumas I.....	51
Figura 7: Fragmentos cerâmicos do Sítio Laranjeiras.....	51
Figura 8: Paisagem do Sítio Laranjeiras com o Rio Paranapanema ao fundo.....	52
Figura 9: Núcleo de arenito silicificado identificado na área do Sítio Mosquito.....	52
Figura 10: Núcleo de arenito silicificado identificado na área do Sítio Mosquito.....	53
Figura 11: Gravuras rupestres do Sítio Narandiba.....	53
Figura 12: Gravuras rupestres do Sítio Narandiba.....	53
Figura 13: Vista do lajedo do Sítio Narandiba tomado pela água.....	54
Figura 14: Palestra sobre arqueologia regional para funcionários da COCAL.....	55
Figura 15: Exposição de materiais arqueológicos para funcionários da COCAL.....	55
Figura 16: Oficina de pintura Guarani em cerâmica na Escola Estadual de Narandiba.....	55
Figura 17: Pedra localizada na área do Sítio Narandiba, pintada pelas autoridades locais.....	56
Figura 18: Doação da Coleção “Os Primeiros que Chegaram” à Biblioteca Municipal de Narandiba.....	57
Quadro 3: Diagnóstico das principais potencialidades, limitações, problemas do trabalho com o patrimônio arqueológico no Município de Narandiba.....	59
Figura 19: Vista da entrada do Museu do CEMAARQ.....	70
Figura 20: Atividade no Museu CEMAARQ na Semana do Índio.....	71
Figura 21: Jogo de perguntas e respostas sobre Folclore desenvolvido no Museu CEMAARQ na Semana do Folclore.....	72
Figura 22: Fachada e identificação da sala de administração do MAR.....	73
Figura 23: Fachada e identificação da sala de administração do MAR.....	73
Figura 24: Visita guiada por monitores ao MAR.....	74

Figura 25: Visita guiada por monitores ao MAR onde se mostram as instalações do LAG para explicar a curadoria das peças.....	74
Figura 26: Oficina de lascamento em pedra realizada no MAR com estudantes de Fisioterapia da UNESP.....	74
Figura 27: Oficina de lascamento em pedra realizada no MAR com estudantes de Fisioterapia da UNESP.....	74
Figura 28: Vista à exposição do MAR.....	75
Figura 29: Vista à exposição do MAR.....	75
Figura 30: Revistas em quadrinhos editoradas pelo LAG.....	77
Figura 31: Equipe do LAG nos trabalhos de campo no Sítio Itaí, Paulicéia, SP.....	77
Figura 32: Equipe do LAG nos trabalhos de campo no Sítio Itaí, Paulicéia, SP.....	77
Figura 33: Restauro de uma urna funerária Guarani no LAG.....	78
Figura 34: Reconstrução digital do padrão do esquema de desenho presente em uma vasilha Guarani.....	78
Figura 35: Réplica de uma vasilha Guarani tipo yapepó com superfície espatulada.....	79
Figura 36: Réplica de uma vasilha Guarani tipo yapepó com superfície espatulada.....	79
Figura 37: Localização dos sítios arqueológicos Guarani de Presidente Prudente, SP.....	80
Figura 38: Peça com decoração incisa do Sítio Fazenda Pagador.....	81
Figura 39: Peça com decoração escovada do Sítio Fazenda Pagador.....	81
Figura 40: Cerâmica do Sítio Balotari.....	81
Figura 41: Urna funerária com fragmentos de uma pequena vasilha e ossos em seu interior no Sítio Mandaguari.....	82
Figura 42: Vista da área do Sítio Mandaguari.....	82
Figura 43: Vista da área do Sítio Mandaguari.....	82
Figura 44: Amostragem do material cerâmico do Sítio Ferreira.....	83
Figura 45: Fragmento de urna funerária do Sítio Cagnin.....	83
Figura 46: Palestra realizada na Escola Estadual Dr. José Foz, de Presidente Prudente.....	85
Figura 47: Oficina em argila realizada na Escola Estadual Maria Luiza Formozinho Ribeiro de Presidente Prudente.....	85
Figura 48: Exposição “Educação Ambiental e Patrimonial: paisagens do passado”.....	87
Figura 49: Doação da Coleção Os Primeiros que Chegaram à Biblioteca Municipal de Presidente Prudente.....	88
Figura 50: Doação da Coleção “Os Primeiros que Chegaram” ao Museu Municipal e	

Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto de Presidente Prudente.....	88
Quadro 4: Diagnóstico das principais potencialidades, limitações, problemas do trabalho com o arqueológico no Município de Presidente Prudente.....	90
Figura 51: Plano Cartográfico do Projeto Paranapanema.....	99
Figura 52: Sítios arqueológicos pesquisados pelo LAG no Município de Iepê.....	101
Figura 53: Mata dos Macacos nas imediações do sítio arqueológico Quati I.....	102
Figura 54: Motivos mínimos da indústria cerâmica do Sítio Lagoa Seca.....	104
Figura 55: Cambuchi utilizado como urna funerária do Sítio Aguinha. Maior urna funerária Guarani do Brasil com 1,16m de diâmetro.....	105
Figura 56: Cambuchi e seu motivo de pintura interna do Sítio Aguinha.....	105
Figura 57: Motivo de pintura interna de um Cambuchí do Sítio Aguinha.....	105
Figura 58: Mancha preta que denota a existência de uma casa no Sítio Pernilongo.....	106
Figura 59: Lítico lascado de um seixo fluvial do Sítio Vallone.....	106
Figura 60: Área do Sítio Ragil.....	107
Figura 61: Área do Sítio Ragil.....	107
Figura 62: Virote do Sítio Terra Do Sol Nascente doado à FCT/UNESP.....	107
Figura 63: Vista da entrada do Museu de Arqueologia de Iepê.....	109
Figura 64: Imagem tomada durante a curadoria das peças dos sítios arqueológicos do Município de Iepê expostas no MAI.....	110
Figura 65: Vista parcial do Museu de Arqueologia de Iepê.....	110
Figura 66: Palestra “O período pré-histórico do Oeste Paulista” realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê.....	114
Figura 67: Palestra “O período pré-histórico do Oeste Paulista” realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê.....	114
Figura 68: Power/Point “O período pré-histórico do Oeste Paulista” deixado para uso da Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê.....	115
Figura 69: Exposição itinerante realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê.....	115
Figura 70: Oficina de argila para grupos da terceira idade no Município de Iepê.....	117
Figura 71: Oficina de pintura Guarani em cerâmica realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê.....	117
Figura 72: Oficina de arte rupestre realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê.....	118

Figura 73: Oficina de lascamento em pedra realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê.....	118
Figura 74: Oficina de lascamento em pedra realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê.....	118
Figura 75: Aula de capacitação a professores realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê.....	119
Figura 76: Turma de alunos do LAG identificando geoindicadores arqueológicos no Sítio Pernilongo junto, a Olavo Santilli Ekman Simões.....	121
Figura 77: Turma de alunos do LAG identificando geoindicadores arqueológicos no Sítio Pernilongo junto a Olavo Santilli Ekman Simões.....	121
Quadro 5: Diagnóstico das principais potencialidades, limitações e problemas do trabalho com o patrimônio arqueológico no Município de Iepê.....	126
Figura 78: Indicativos para o desenho de uma estratégia sociocultural nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, SP.....	133

LISTA DE SIGLAS

Agendapp - Agenda Cultural de Presidente Prudente

APP - Área de Preservação Permanente

BPA - Banco de Portarias de Arqueologia

CEMAARQ - Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia

Cesp - Companhia Energética de São Paulo

Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

COCAL - Comércio Indústria Cana-de-açúcar e Álcool LTDA

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

CNIGP - Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa

CVPC - Cadeia do Valor do Patrimônio Cultural

FATEC - Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo

FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia

FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo

Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPI - Igreja Presbiteriana de Iepê

LAG - Laboratório de Arqueologia Guarani

MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia

MAI - Museu de Arqueologia de Iepê

MAR - Museu de Arqueologia Regional

MBH - Micro bacia hidrográfica

MHIPI - Museu Histórico da Igreja Presbiteriana de Iepê

MIT - Município de Interesse Turístico

OSE - Observatório de Sustentabilidade da Espanha

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PIB - Produto Interno Bruto
PNC - Plano Nacional de Cultura
PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão Universitária
PRONAPA - Programa de Pesquisas Arqueológicas
Pronac - Programa Nacional de Apoio à Cultura
Promoart - Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural
ProjPar - Projeto Paranapanema
SACI - Sociedade Amigos da Cultura de Iepê
SBM - Sistema Brasileiro de Museus
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGPA - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico
SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SNC - Sistema Nacional de Cultura
SP - São Paulo
SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico
SUS - Sistema Único de Saúde
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho
UNIESP - União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas
UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	06
1.1 O território e seu desenvolvimento.....	06
1.2 patrimônio.....	12
1.3 As políticas públicas e o patrimônio.....	21
1.4 A estratégia sociocultural como via para a proteção e conservação do patrimônio.....	29
1.5 Etapas Metodológicas.....	36
CAPÍTULO II DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE NARANDIBA.....	45
2.1 Caracterização do Município de Narandiba.....	45
2.2 Caracterização dos sítios arqueológicos do Município de Narandiba: pesquisas da FCT/UNESP e USP.....	49
2.3 Ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial, vinculadas aos sítios arqueológicos do Município de Narandiba.....	56
CAPÍTULO III DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	62
3.1 Caracterização do Município de Presidente Prudente.....	62
3.2 Pesquisas da FCT/UNESP e USP.....	69
3.2.1 O Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia.....	69
3.2.2 O Laboratório de Arqueologia Guarani (LAG) e o Museu de Arqueologia Regional (MAR).....	72
3.3 Caracterização dos sítios arqueológicos do Município de Presidente Prudente.....	79
3.4 Ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial, vinculadas aos sítios arqueológicos do Município de Presidente Prudente.....	84
CAPÍTULO IV DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE IEPÊ.....	94
4.1 Caracterização do Município de Iepê.....	94
4.2 O Projeto Paranapanema.....	98
4.3 Caracterização dos sítios arqueológicos do Município de Iepê.....	100
4.4 A criação do Museu de Arqueologia de Iepê (MAI).....	108
4.5 Os projetos “Museu/Universidade: a extroversão do conhecimento” e “A Pré- -História Contada Por Meio dos Objetos”.....	112
4.6 Ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial, vinculadas aos sítios arqueológicos do Município de Iepê.....	123
RECOMENDAÇÕES.....	129
CONCLUSÕES.....	132
REFERÊNCIAS.....	135
APÊNDICES.....	148

INTRODUÇÃO

O patrimônio, reconhecido como a memória viva dos povos, constitui um recurso-chave para o processo de renovação constante das identidades plurais da humanidade. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ele compreende duas grandes classificações: patrimônio natural e patrimônio cultural, englobando-se nesse último o patrimônio arqueológico, constituído por todos os vestígios das populações pretéritas, que carregam a materialidade do passado junto a diversos significados, possibilitando-nos conhecer o acontecido anteriormente, assim como a formação/transformação de práticas socioculturais sobre a base de suas descobertas, encontrando-se intimamente ligado ao substrato natural que lhe serve de suporte.

No campo da Geografia atual, onde existe uma visão integradora das ciências e a concepção de estudar os fenômenos em suas interações como elementos entrelaçados que formam parte de sistemas mais complexos, sem segmentar suas propriedades, o estudo do patrimônio vincula-se a categorias centrais dessa ciência como, por exemplo, o território.

Para Boisier (2000) e Rodriguez (2012; 2015), considera-se território aquelas áreas possuídas e geridas por determinados indivíduos em situações de determinados conflitos, mediados em certo grau pelas autoridades, e cujo desenvolvimento constitui uma propriedade emergente desse complexo sistema.

A partir dessa visão, a abordagem do patrimônio arqueológico colabora para a afirmação de identidades que promovem a coesão social e constituem um fator decisivo para o desenvolvimento da sociedade, implicando sua análise o contexto sociocultural do território onde está localizado. Assim o patrimônio arqueológico constitui-se em um recurso endógeno capaz de contribuir para o desenvolvimento territorial.

A abordagem do patrimônio arqueológico nas práticas socioculturais das sociedades atuais permite uma aproximação da compreensão da realidade passada, desde a subjetividade ao entendimento, sendo condicionadas à proteção e gestão desse patrimônio pelas políticas públicas e estratégias traçadas pelas autoridades em seus distintos níveis hierárquicos.

As políticas públicas são destinadas a garantir o acesso, de todas as pessoas, a bens e serviços; ao lado de ter interesses conflitantes, desempenham um papel central na promoção do desenvolvimento territorial, como reguladoras de algumas práticas socioculturais praticadas pela sociedade e que condicionam a adequada articulação da ação coletiva.

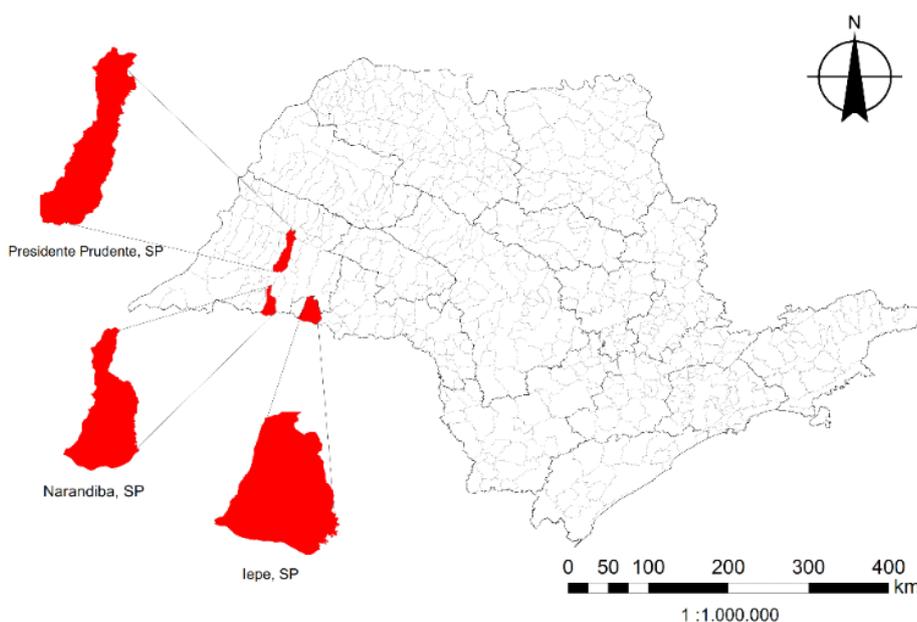
A gestão do patrimônio arqueológico, como prática sociocultural, igualmente a outras esferas da gestão patrimonial, pode ser aperfeiçoada mediante estratégias que gerem um programa de ações capazes de modificar o estado do objeto, de acordo com uma situação desejada.

Trata-se de expor os pontos fortes e fracos do processo em si, gerando uma série de modificações ou infraestruturas – como criação de postos de emprego ou novas fontes de ingressos – que possibilitem aproveitar as oportunidades do entorno e aumentar a eficiência do processo, promovendo seu desenvolvimento.

Nesse contexto, as estratégias socioculturais focadas na gestão do patrimônio arqueológico representam uma acertada opção para difundir os conhecimentos patrimoniais, mediante a articulação das ações de todos os atores implicados no processo e de sua participação consciente na tomada de decisões, podendo dinamizar a economia local e promover espaços de ócio que elevem o nível cultural da população, promovendo os valores da cultura local.

O Oeste Paulista guarda grande riqueza arqueológica. Nessa região, estão os Municípios de Nanduba, Presidente Prudente e Iepê, área de estudo desta pesquisa (**Figura 1**). São territórios que possuem um patrimônio arqueológico, em processo de valorização como recurso endógeno, que se presta a contribuir para o desenvolvimento local e territorial.

Figura 1: Localização dos Municípios de Iepê, Nanduba e Presidente Prudente, no Estado de São Paulo



Fonte: Datgel (2018). A autora (2018)

A estrutura deste trabalho compreende quatro capítulos que abordam: o referencial teórico-metodológico, os diagnósticos de cada um dos municípios e as conclusões a que chegamos em nossa pesquisa.

O Capítulo I aborda o marco teórico-metodológico da pesquisa, enfatizando a abordagem teórica dos conceitos território e patrimônio, assim como seu desenvolvimento e sua vinculação com as políticas públicas e a estratégia sociocultural, finalizando com a exposição das etapas da metodologia usada.

O Capítulo II apresenta o diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico do Município de Narandiba, abordando uma caracterização do próprio município e de seus sítios arqueológicos, para o que expõe as pesquisas da FCT/UNESP e USP no município, e as ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial, vinculadas àqueles sítios arqueológicos.

O Capítulo III trata do diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico do Município de Presidente Prudente, abordando uma caracterização do próprio município e de seus sítios arqueológicos, para o que expõe as pesquisas do Laboratório de Arqueologia Guarani (LAG), do Museu de Arqueologia Regional (MAR) e do Centro de Museologia e Antropologia, todos da FCT/UNESP, além das ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial vinculadas aos sítios arqueológicos, desenvolvidas no município em tela.

O Capítulo IV apresenta o diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico do Município de Iepê, expondo uma caracterização do município e de seus sítios arqueológicos, abordando o papel do Projeto Paranapanema, a importância da criação do Museu de Arqueologia de Iepê (MAI) e os projetos de extensão universitária “Museu/Universidade: a extroversão do conhecimento” e “A Pré-História Contada Por Meio dos Objetos”, desenvolvidos em parceria com a FCT/UNESP no município, assim como todas as ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial, vinculadas àqueles sítios arqueológicos. Seguindo os quatro capítulos, vêm as recomendações, conclusões, referências e apêndices da pesquisa, que completam a estrutura desta dissertação de mestrado.

Baseada nesses pressupostos teóricos e na problemática da carência de planejamento estratégico na conservação, valorização e divulgação do patrimônio arqueológico nos municípios citados, a presente pesquisa tem como objetivo geral elaborar um diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, no Estado de São Paulo, Brasil.

O diagnóstico sociocultural dos municípios em tela teve por objetivos específicos descrever o estado da arte, das ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial em torno dos sítios arqueológicos desenvolvidas nesses municípios e identificar potencialidades e fragilidades nas atuais políticas da gestão patrimonial constituindo um avanço na criação e implementação de uma estratégia sociocultural naquela área.

A hipótese desta pesquisa é a de que a ausência de uma estratégia sociocultural focada em políticas públicas para a área do patrimônio arqueológico impede uma maior articulação com a educação e a diversidade cultural local nos municípios pesquisados.

Esse diagnóstico constitui o segundo passo da criação e implementação de uma estratégia sociocultural nesses municípios, segundo os pressupostos de Armas (2003) e Estrada (2009). Eles refletem sobre a situação das ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial desenvolvidas na área de estudo, partindo da visualização do patrimônio como recurso endógeno para o desenvolvimento desses três municípios – considerados como territórios – e a avaliação da influência das políticas públicas patrimoniais neles vigentes.

Metodologicamente, a pesquisa apresenta uma abordagem mista e possui caráter descritivo, empregando como principais técnicas de coleta de informação a entrevista junto a informantes-chave, a análise de documentos e a observação. Tal abordagem permite criar uma descrição da gestão arqueológica dos municípios citados, evidenciando os valores culturais presentes nos referidos sítios e os principais fatores que condicionam os processos de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial no seu entorno.

Nesse contexto, a análise de documentos históricos e institucionais referentes às temáticas abordadas, assim como relatórios de pesquisas anteriores que exponham dados processados sobre as áreas de estudo e os depoimentos dos entrevistados contribuirão para a compreensão das representações socioculturais estabelecidas sobre o objeto de estudo.

O diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico desses três municípios permite expor as boas práticas e as dificuldades do processo de trabalho com o patrimônio arqueológico, exponho as principais potencialidades e limitações de cada caso, a fim de permitir visualizar concretamente as linhas de trabalho a aprimorar, para um melhor desenvolvimento da gestão dos sítios arqueológicos em questão, como recurso do desenvolvimento territorial.

Para isso será necessário observar as seguintes questões:

- Insuficiente conhecimento por parte da comunidade e poder público e insuficiente divulgação dos valores arqueológicos por parte da comunidade, entidades públicas, privadas e municipais.
- Para resolver a questão do insuficiente conhecimento do valor do patrimônio arqueológico por parte da comunidade, será necessário implementar estratégias que contribuam para a proteção, conservação e sustentabilidade desse patrimônio no desenvolvimento territorial, como memória histórica e potencial, entre outros, para o turismo especializado.
- Combinar proteção e conservação do patrimônio de forma integral, incluindo as APPs e os sítios arqueológicos, a partir de seus valores naturais e culturais, de forma integrada.
- Suprir a ausência de estratégias para inserir o conhecimento patrimonial arqueológico no desenvolvimento territorial e permitir a formulação de políticas públicas, que viabilizem o processo de valorização desse patrimônio.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a hipótese levantada no projeto inicial foi confirmada com o desenvolvimento desta pesquisa.

CAPÍTULO I MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta o embasamento teórico-metodológico da presente pesquisa. Nele são abordados os conceitos de território, desenvolvimento, patrimônio, políticas públicas e estratégia sociocultural, com base naquilo que nos permitiu refletir sobre o patrimônio arqueológico em sua dialética relação com a sociedade onde se localiza, sendo expostas, também, as etapas metodológicas seguidas para o desenvolvimento da pesquisa, assim como os procedimentos de coleta e produção de dados.

Com a exposição desses referenciais, pretendemos apresentar a análise do patrimônio arqueológico como um recurso e fator de desenvolvimento, condicionado pelas circunstâncias histórico-políticas e culturais da sociedade partindo, assim, de sua realidade sociocultural. Dessa forma, aqui apresentamos como a teoria pode contribuir para uma avaliação que contribua para a eleição de estratégias adequadas à proteção, valorização e divulgação do patrimônio arqueológico.

1.1 O território e seu desenvolvimento

Trabalhamos com dois termos importantes: território e desenvolvimento. Dessa forma, a análise do território, desde a perspectiva do desenvolvimento, é feita não como uma simples predominância de um ator econômico, político e administrativo, senão como a organização complexa do conjunto de condições que levam à sua existência e evolução.

O território é uma das categorias básicas da Geografia, “derivada do espaço geográfico” (RODRÍGUEZ, 2015a, p. 312) que, na opinião de vários autores como Correa e Rosendahl (2003), Correa (2012) e Rodríguez (2012), pressupõe o suporte de sistemas de relações, algumas a partir dos elementos do meio físico e outras procedentes das sociedades humanas que ordenam o espaço, ou seja, de todo o tecido histórico que constitui uma sociedade.

A visão original da categoria território foi associada à compreensão das características do espaço geográfico de uma determinada entidade estatal, mas, desde a década de 1990, o conceito vem mudando para que se entenda o território como:

[...] aquellos espacios, de la manera en que son apropiados y gestionados por determinados sujetos – agentes económicos, actores sociales, diversas fuerzas políticas – en situaciones de determinada conflictividad y que son

mediados en determinado grado por las autoridades estatales. (RODRÍGUEZ, 2015a, p. 315).

Coincidindo com Raffestin (1993) e Haesbaert (2007), o território pode ser entendido como um campo de relações de poder de influência social, econômica e política, delimitadas espacialmente. Ou seja, uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, que implica não apenas enraizamento, estabilidade, limites ou fronteiras, mas também movimento, fluidez e conexões, constituindo um campo de poder com definidas áreas de atuação, manifesto nas práticas espaciais que o constituem, já que todos somos atores que produzimos territórios (MONTAÑES, DELGADO, 1998).

Para Valcárcel (2000), o território representa o espaço das práticas territoriais do Estado e da sociedade. É nesse espaço que ocorrem a gestão, o controle, a programação e o planejamento, a ordenação e a apropriação social e formal.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o território tem a ver com o poder, mas não só com o poder político tradicional; tem a ver com o poder explícito de dominação e apropriação implícita, que é um “processo simbólico carregado de experiência vivida, valor de uso, uma relação espiritual com nossos espaços de vida” (MACHADO, 2013, p. 113).

Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder, por um determinado grupo ou classe social (SAQUET, 2007) e sempre carregam, de forma inseparável, uma dimensão simbólica ou cultural.

Assim, Saquet (2011) distingue: o território do cotidiano, que corresponde às relações cotidianas; o território de trocas: expressão da circulação de bens articulada entre o regional, nacional e internacional; o território das referências: material e imaterial, que se refere ao lugar que se conhece através de leituras e figuras presentes na identidade dos grupos sociais; e o território do sagrado: fundamentalmente ligado à religião.

Perritaz (2003), a partir de lógicas socioeconômicas e organizacionais, expõe outra diferenciação do território com algumas semelhanças com a anterior. Ele considera o território institucional, que corresponde ao âmbito espacial das relações político-administrativas; o território funcional, ligado às áreas de determinados serviços públicos e instalações coletivas; e o território relacional, representativo do espaço de relação habitual dos cidadãos com o nível de trabalho, lazer ou acesso aos serviços.

É importante considerar também que, para a operacionalização do território, podem ser distinguidos dois níveis fundamentais: o político administrativo-institucional, com suas

hierarquias (províncias, municípios) e o relacional dos sujeitos sociais (atores, agentes) que corresponde às territorialidades (RODRÍGUEZ, 2015a).

São consideradas territorialidades as manifestações subjetivas e coletivas do uso e da apropriação dos territórios. O conceito de territorialidade representa os vínculos que um determinado indivíduo e/ou grupo social possui com um ou mais territórios físico-materiais ou imaterial-virtuais. Esse último é subjetivo e está ligado à percepção.

Segundo os critérios de Saquet (2007), “la definición de territorialidad extrapola las relaciones del poder político, los simbolismos de los diferentes grupos sociales e involucra, al mismo tiempo los procesos económicos centrados en sus agentes sociales” (p.114).

De uma perspectiva dialética, a territorialidade implica considerar como o espaço é ocupado e apropriado pelos diferentes atores, tendo o Estado como mediador desses processos (HAESBAERT, 2007).

Por outro lado, a territorialização corresponde ao processo de formação de um território, que depende de um conjunto de objetos e dos diferentes atores, sejam empresas, órgãos públicos ou indivíduos. A territorialização é física e material; no entanto, está ligada a aspectos políticos e econômicos imateriais.

O processo de territorialização representa uma forma específica da ação coletiva e, para vários autores como Machado (2013) e Rodríguez (2015a), implica um processo de transformação material do espaço por meio da implementação de um determinado modelo de uso da terra e de disseminação dos objetos; um processo de simbolização do território que permita tornar o espaço habitável e, ao mesmo tempo, carregá-lo com significados; e um processo imaterial de informação como base para a construção de formas de intercâmbio, cooperação e comunicação.

Machado (2013) avalia que a territorialização é um processo complexo que transforma o espaço e que, compreender o território, significa compreender a lógica dos processos que nele ocorrem, reconhecendo neles as estratégias de ações territoriais por meio da reconstrução dos processos e das relações de poder econômico, político e cultural ou, também, analisando o ordenamento atual do território.

A análise de um território e do conjunto de territorialidades implica a compreensão de como as diferentes instâncias de poder se apropriam, dominam e controlam o espaço geográfico como totalidade, na qual se articulam dialeticamente a espacialidade natural, econômica, social e cultural. Tudo isso serve de fundamento e contribui para a compreensão da utilização do território como categoria espacial por excelência nesta pesquisa.

Por outro lado, a análise do território sobre a perspectiva do desenvolvimento não deve ser feita como um simples predomínio de um ator, mas como a organização complexa do conjunto de condições que levam à sua existência e evolução (RODRÍGUEZ, 2015b).

Entendida dessa forma, a categoria de território possibilita articular as diferentes visões do desenvolvimento, pois implica a relação dos seguintes elementos: o espaço geográfico (natural, social, cultural) com seus atributos, recursos e serviços; o papel dos governos na regulação de sua conformação e exploração e, também, os resultados produtivos, sociais e políticos de sua estruturação, ou seja, as diferentes territorialidades.

Celso Furtado (1975 apud HADDAD, 2013) apresenta o seguinte sobre o desenvolvimento:

La experiencia ha demostrado ampliamente que el verdadero desarrollo es principalmente un proceso de activación y canalización de fuerzas sociales, de mejoría en la capacidad asociativa, de ejercicio de la iniciativa y de la inventiva. Por lo tanto, se trata de un proceso social y cultural, y sólo secundariamente económico. El desarrollo se produce cuando en la sociedad se manifiesta una energía capaz de canalizar, de forma convergente, fuerzas que estaban latentes o dispersas. Una verdadera política de desarrollo tendrá que ser la expresión de las preocupaciones y aspiraciones de grupos sociales que toman conciencia de sus problemas y se empeñan en resolverlos. No obstante, sólo la actividad política puede canalizar esas energías para producir los fenómenos de sinergia a los que hice referencia. Qué otra cosa sino la complejidad de la vida política explica que, entre nosotros, los problemas del desarrollo hayan pasado a ser encarados como simples cuestiones técnicas, prevaleciendo una visión simplificada de los procesos sociales y culturales. (HADDAD, 2013, p. 8)

A ideia de desenvolvimento constitui uma herança da noção de progresso e ganha força ao final da Segunda Guerra Mundial quando, nos primeiros momentos de sua formulação teórica, foi considerada sinônimo de crescimento econômico. As questões ambientais e sociais não foram consideradas dentro do termo e assumiu-se a natureza como portadora infinita de recursos e serviços para o uso econômico e conversão em bens materiais.

O limitado olhar sobre o desenvolvimento levou a dois resultados significativos: um incremento da desigualdade social e um crescente processo de degradação ambiental, que repercutiu na perda da capacidade produtiva e das condições de vida de diferentes territórios.

A crítica a esse modelo economicista de desenvolvimento levou à formulação de outras concepções, dentre as quais se destaca o desenvolvimento sustentável.

Para Rodríguez (2012), na atualidade, predomina uma ampla gama de concepções de Desenvolvimento Sustentável devido à existência de diferentes visões epistemológicas

construídas desde a academia; de diferentes interpretações operativas elaboradas no trabalho concreto de planejamento e gestão, e às interpretações político-ideológicas que emergiram da incorporação do conceito à prática e ao discurso político.

Incorporar a sustentabilidade ao processo de desenvolvimento territorial implica engajar a sustentabilidade ambiental, econômica e social, a partir de uma posição sistêmica. Partindo do território como uma materialidade multifatorial e multidimensional, o mais racional é definir a sustentabilidade territorial como a capacidade de reproduzir os recursos, o meio e o espaço inerentes ao território, integrando suas dimensões, o que permite assumir de forma sistêmica os próprios atributos da sustentabilidade.

Para Rodríguez (2015), a sustentabilidade do desenvolvimento territorial incorpora as seguintes dimensões:

- Ambiental, que implica a existência de espaços e sistemas naturais ambientalmente sustentáveis, que podem reproduzir as funções naturais, sua estrutura e seu funcionamento na organização do território.
- Econômica, voltada para a busca da eficiência econômica, que permita o crescimento econômico articulado com os limites sociais e naturais dos territórios.
- Social, encaminhada à construção da coesão territorial com identidade cultural própria, compatível com o seu ambiente natural e eficaz em termos de garantir a satisfação das necessidades básicas.
- Cultural, considerada como uma das bases do funcionamento estável e sustentável do território (RODRÍGUEZ, 2015).

Destaca-se a essencialidade de construir uma identidade territorial, ou seja, um sentido de pertencimento dos diferentes sujeitos sociais que, com suas territorialidades, participam de maneira ativa no processo de territorialização.

Um problema fundamental para a sustentabilidade do desenvolvimento territorial é a adequada governabilidade que deve ser garantida por meio da manutenção da harmonia entre as territorialidades inerentes aos diferentes agentes econômicos e atores sociais e um eficiente funcionamento do aparato político e administrativo que dirige o governo do território.

Geralmente, a sustentabilidade do desenvolvimento territorial é estimulada pela priorização das iniciativas do território, potenciando seu capital com recursos próprios ou, também, induzindo processos com agentes externos ao território. Predomina, em muitos casos, a confluência de ambas as formas de realização do processo de desenvolvimento.

Para autores como Massiris (2009), Pires (2011) e Sosa (2012), o desenvolvimento pode ser operacionalizado por meio da noção de desenvolvimento territorial, que permite articular as estruturas políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais de um determinado território para avaliar seu potencial, em função de garantir o bem-estar de sua população. Ele é entendido como uma propriedade emergente de um sistema territorial complexo e altamente sinergizado (BOISIER, 2000) que envolve, de acordo com os pressupostos de Rodríguez (2015b), as seguintes estratégias:

- Ampliar la variedad de actividades y organizaciones.
- Dotar a las instituciones de autonomía decisional que las capacite para establecer regulaciones.
- Estimular una creciente división del trabajo y aceptar la incertidumbre asociada.
- Ampliar la malla de conexiones e incrementar el flujo interactivo entre los componentes, las partes y los sujetos del territorio.
- Aumentar la proporción de operaciones -financieras, comerciales, tecnológicas, etcétera- que tengan su inicio y/o su término dentro y/o afuera del sistema. (RODRÍGUEZ, 2015b, p.43)

Para alcançar a sustentabilidade do desenvolvimento territorial, é essencial utilizar dois instrumentos técnico-políticos fundamentais: o ordenamento e a gestão territorial, que constituem figuras das políticas públicas e são aceitos como parte da governança de qualquer território.

O ordenamento territorial constitui a forma em que se implementa o processo de territorialização e é entendido como a projeção no espaço da política social, cultural, ambiental e econômica de uma sociedade em um determinado território; procura a ordem no uso do espaço, partindo das propriedades, dos sistemas naturais, em sua inter-relação com os sistemas sociais e econômicos e deve levar em conta toda a gama de interesses, conflitos e propósitos existentes no território, bem como a capacidade de governar por parte das autoridades.

A gestão territorial é definida como “a condução e a direção e o controle do uso da terra através de certos instrumentos, regulamentos, normas, financiamentos e arranjos institucionais e legais” (RODRÍGUEZ et al. 2012, p.46).

Autores como Barragán (1997) e Orea (2007) avaliam que a gestão territorial envolve vários processos, tais como o aproveitamento dos potenciais naturais, econômicos, humanos e sócio-políticos; a regulação do processo de ocupação e apropriação do espaço e a articulação e mediação dos interesses dos atores sociais com base na estrutura do poder público.

1.2 O patrimônio

O patrimônio é reconhecido como a memória viva dos povos e consiste de múltiplas manifestações, tangíveis e intangíveis. É um elemento de afirmação de identidades, que promove a coesão social, sendo um recurso e um fator decisivo para o desenvolvimento da sociedade.

Entre suas classificações encontram-se duas grandes categorias levantadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em sua 17ª Conferência Geral, ocorrida em Paris:

“Patrimônio cultural”: Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, p. 2)

“Patrimônio natural”: Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural. (UNESCO, 1972, p. 2)

Nessa mesma conferência, a UNESCO argumenta:

[...] o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através de fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes. (UNESCO, 1972, p. 1)

Essa menção é ratificada em sua 32ª reunião, onde se expõe como os processos de mundialização e transformação social, unidos ao acelerado ritmo de vida das sociedades permitem o diálogo constante entre sociedades multiculturais, mas trazem consigo o risco da intolerância, destruição e desaparecimento de muitos patrimônios.

Na mesma reunião, a UNESCO advoga pela proteção do patrimônio cultural imaterial, como expoente da diversidade cultural e criatividade humana, considerando:

Los usos, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas - junto con los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales que les son inherentes - que las comunidades, los grupos y en algunos casos los individuos reconozcan como parte integrante de su patrimonio cultural. (UNESCO, 2003, p. 3)

Ressaltando o papel desse patrimônio na proteção da diversidade cultural, prossegue:

Este patrimonio cultural inmaterial, que se transmite de generación en generación, es recreado constantemente por las comunidades y grupos en función de su entorno, su interacción con la naturaleza y su historia, infundiéndoles un sentimiento de identidad y continuidad y contribuyendo así a promover el respeto de la diversidad cultural y la creatividad humana. (UNESCO, 2003, p. 3)

A diversidade cultural é uma expressão de criatividade humana manifesta em suas práticas, serviços e bens artísticos e culturais, que funciona como simbolismo e expressão do desenvolvimento sociocultural da sociedade em suas diversas escalas (UNESCO, 2003). Como fator de desenvolvimento, ela expande nossos horizontes de opções e crescimento nos níveis intelectual, emocional, moral, espiritual e econômico, sendo garantida pelos direitos humanos como um imperativo ético, inseparável do respeito da dignidade humana (UNESCO, 2001).

Seguindo o estipulado no Artigo 27, da Declaração Universal de Direitos Humanos e os Artigos 13 e 15, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a UNESCO em sua 31ª sessão, trata sobre a diversidade cultural:

Toda persona debe, así, poder expresarse, crear y difundir sus obras en la lengua que desee y en particular en su lengua materna; toda persona tiene derecho a una educación y una formación de calidad que respete plenamente su identidad cultural; toda persona debe poder participar en la vida cultural que elija y ejercer sus propias prácticas culturales, dentro de los límites que impone el respeto de los derechos humanos y de las libertades fundamentales. (UNESCO, 2001, p. 2)

Levando em consideração a diversidade cultural, ressalta-se o papel das minorias, dos atores sociais oprimidos e das comunidades indígenas como principais grupos de seu processo de produção e salvaguarda, uma vez que, pela globalização neoliberal e a imposição de padrões culturais fixos pelas empresas multinacionais de telecomunicações, são gerados novos processos de transculturação e aculturação.

O dinâmico e rápido ritmo das sociedades atuais, influenciadas pelo desenvolvimento das tecnologias da informática e as comunicações, gera uma nova sensibilidade e uma mudança de percepção de uma geração à outra, que pode redundar em respeito da diversidade cultural, ou intolerância (MARTÍN, 2000).

Nesse contexto, torna-se imperativo compreender e difundir a importância do patrimônio cultural como memória viva dos povos, necessária para o processo de renovação constante das identidades plurais de nosso mundo e entendido como processo evolutivo e fonte de expressão da humanidade.

Os sítios arqueológicos, como parte do patrimônio cultural, compreendem todos os vestígios materiais dos grupos culturais do passado, os locais onde foram praticadas as atividades humanas e as estruturas e vestígios abandonados – na superfície, enterrados ou sob as águas – assim como os materiais relacionados com eles (VIENNI, 2010).

Esses vestígios são bens de interesse público, geralmente restos físicos frágeis, dado o longo tempo que permaneceram expostos às inclemências da natureza, representando fragmentos não renováveis da atividade humana de tempos remotos, sendo, em muitos casos, peças únicas que expõem a diversidade cultural daquele momento (MOLINARI, 1999).

Os sítios arqueológicos constituem lugares com evidência de atividade social com presença de elementos e contextos de caráter arqueológico-histórico que encerram bens de natureza móvel, imóvel e imaterial. Comumente, dentro dos bens móveis é possível apreciar objetos e ferramentas de cerâmicas, pedra e ossos; enquanto os bens imóveis apresentam templos, cemitérios e sistemas hidráulicos.

Dentro do patrimônio arqueológico imaterial encontram-se as manifestações espirituais concebidas no seio da intelectualidade – crença, religião, filosofia de uma sociedade – recriadas a partir das descobertas arqueológicas, que indicam o processo de criação da peça, o fragmento e suas expressões intangíveis de cultura como sua intenção, importância e papel desempenhado (ALVA, 2012).

O patrimônio arqueológico desempenha um papel-chave na construção da memória histórica da sociedade e seus processos de patrimonialização que demonstram, por meio de objetos, como era a vida de tribos e sociedades pretéritas, desvelando práticas do passado que constituem pilares da cultura de diversas sociedades atuais.

Esse patrimônio carrega a materialidade do passado junto a diversos significados que possibilitam conhecer o acontecido anteriormente e a formação de novas identidades sobre a base de suas descobertas, sendo capaz de gerar uma identificação com os costumes do

passado, desde que expliquem procederes e condutas presentes nas sociedades atuais, ou sejam assumidas como práticas relevantes do passado com representativos significados culturais (BARREIRO, 2006).

Teóricos como Ballart expõem que “o valor atribuído ao passado determina tanto a identidade individual como coletiva, fazendo frente ao carácter dinâmico e cambiante das sociedades atuais” (BALLART, 2002, p. 10), pois a identificação dos sujeitos com as práticas do passado, reveladas pelo patrimônio arqueológico, geram continuidade no desenvolvimento cultural das sociedades, situando-nos no fato de que o patrimônio arqueológico permite que um grupo social esteja ciente de seu passado e reflita sobre ele. Isso, em muitos casos, supõe uma mudança nas práticas socioculturais desse grupo social ao ser conscientizado das práticas desse passado.

A importância atribuída ao passado condiciona a construção da identidade de qualquer sociedade, onde o patrimônio arqueológico, como construção dialética desse tempo pretérito, permite o reconhecimento científico e sociocultural de sua pluralidade, permitindo uma aproximação da compreensão da realidade passada.

O patrimônio arqueológico é a chave para a formação da memória histórica dos povos, como elemento da identidade cultural que reforça o sentimento de pertencimento e as ideias de alcançar um futuro melhor baseado em valores e tradições (TORRES CUEVAS, 1995), considerando que a identidade cultural é:

[...] identificada en este sentido con la percepción, conciencia, modo de actuar y pensar de los miembros de una comunidad, pueblo o nación, acerca del medio natural y social en que se desenvuelven, a la forma en que las personas se conocen como algo singular respecto a otros, mostrado a través de sus sentimientos, actitudes ante la vida, acciones creadoras y expresiones culturales. Un proceso consciente de reconocimiento, asimilación y creación. (DÍAZ, 2001, p. 23)

Nesse marco, a preservação do patrimônio cultural presente nos sítios arqueológicos, liga-se intimamente com a proteção da natureza e do meio ambiente, pela localização frequente dos sítios arqueológicos em Áreas de Preservação Permanente (APPs), destinadas à preservação da água, flora e fauna presentes nessas áreas.

As APPs são definidas pelo código florestal brasileiro, conforme a Lei nº 12.651, como:

Áreas cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a

biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (BRASIL, 2012, p. 3)

As resoluções do CONAMA nº 302 e nº 303, de 20 de março de 2002, definem os parâmetros e limites da APP. A Lei nº 12.651, de 25 de março 2012 dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, no artigo 11 V, do Capítulo III, no qual assegura a manutenção da qualidade da água e do solo, que continua em vigor com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.727, de 17 de outubro, 2012.

As APPs, localizadas ao longo de cursos de água, são definidas de acordo com o Código Florestal, como:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros. (BRASIL, 2012, p. 5)

As APPs são espaços considerados áreas de vital importância para a sustentabilidade das atividades humanas e do ecossistema, dada sua localização e capacidade de fornecer suprimentos de água, comida e abrigo para diversas espécies animais.

Em tal contexto, a proteção e conservação do patrimônio existente nos sítios arqueológicos situados nessas áreas envolve tanto os valores do patrimônio cultural como os valores ecológicos, vinculando-se com a educação patrimonial.

Reconhecendo que a Arqueologia não é uma mera recuperação da memória, mas uma construção ativa da memória arqueológica dos povos com implicações no presente, já que permite a transformação de identidades, torna-se uma premissa desses tempos a preservação, proteção, gestão e valorização do patrimônio dos sítios arqueológicos como campo de abrangência dessa disciplina (CRIADO, 2001).

O patrimônio arqueológico, no contexto das práticas socioculturais desenvolvidas pelas sociedades atuais, é condicionado pela interpretação e valoração da sociedade onde se encontra. Quem o estuda parte das circunstâncias sócio-políticas existentes (CRIADO, 2001).

A Arqueologia deve promover o patrimônio como um projeto social, mas, para isso, precisa da implicação dos atores sociais nos processos de conservação e gestão patrimoniais,

com vistas a uma educação e projeção de seus usos, que contribua para o desenvolvimento da sociedade (ZAFRA DE LA TORRE, 1996).

Não é possível conceber uma Arqueologia destinada a informes engavetados que não geram uma apropriação da sociedade dos conhecimentos por ela produzidos, pois o arqueólogo interpreta e ressignifica vestígios da atividade humana, unindo a realidade passada com a presente, apontando elementos de identidade social que definem a singularidade histórica e cultural dos povos (MOLINARI, 1999).

Lo verdaderamente importante del Patrimonio Arqueológico, lo que en realidad lo hace, es su incidencia social. O la sociedad participa y disfruta de estos bienes o ni siquiera podrían denominarse Patrimonio; sin embargo, es precisamente la ausencia de una incidencia social positiva el mayor de los varios problemas que afectan al Patrimonio Arqueológico. (QUEROL, MARTÍNEZ, 1996, p. 20)

Trata-se, portanto, não somente do estudo dos valores patrimoniais dos sítios arqueológicos, mas também de sua divulgação, da socialização do conhecimento produzido nos âmbitos acadêmicos e sociais, enfatizando, nesse último, a urgência de aprofundar o trabalho de socialização da diversidade cultural.

Partindo do patrimônio como a memória viva dos povos, composta de múltiplas manifestações, tangíveis e intangíveis, com um papel primordial no desenvolvimento da sociedade, sua valorização é uma construção social que faz parte do processo de patrimonização (PRATS, 2005), que propõe um vínculo de todas as instituições relacionadas à gestão patrimonial com o fim de valorizar determinados elementos patrimoniais, ressaltando a criação de projetos e estratégias para dar valor ao patrimônio (PRATS, 2006).

O processo de dar valor ao patrimônio – qualquer bem cultural – pode relacionar-se com propostas econômicas em torno desse patrimônio, como é o caso do turismo cultural, ou sua incorporação na mercantilização do patrimônio e encontra-se na consolidação da interdisciplinaridade da gestão patrimonial (PRATS, 2006).

A essência desse processo recai em procurar que o patrimônio gere ingressos que possibilitem sua conservação de forma total ou parcial - manutenção, restaurações - de maneira que o Estado subvencione a criação da infraestrutura necessária para que esse patrimônio seja capaz de sustentar-se economicamente por si só, ou possua, parcialmente, uma geração de ingressos para garantir sua conservação em ótimas condições.

No contexto atual, em que a globalização vincula as culturas com tendência à homogeneização, o patrimônio é o ponto de partida para a preservação da diversidade cultural

e dos recursos naturais, bem como do fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Segundo o Observatório de Sustentabilidade da Espanha (OSE),

La puesta en valor de la herencia cultural y natural resulta una clave para la sostenibilidad humana y por ende requiere iniciativas de protección y gestión para su salvaguarda y mejora. El patrimonio deja de ser objeto a proteger y pasa a ser sujeto activo de intervención, situándolo en un lugar destacado en las agendas políticas. (OSE, 2008, p. 353)

É necessário, então, integrar e reconhecer a diversidade cultural local a partir de uma visão unitária, na qual o patrimônio natural representa a atividade cultural humana, sendo o que lhe dá sentido. O patrimônio constitui parte fundamental do planejamento, superando a visão mercantilista do território, na medida em que valoriza o habitat humano, as formas de produção, respeitando os valores ecológicos associados ao uso da terra (OSE, 2008).

É imperativo, portanto,

[...] superar la perspectiva de conservación pasiva: lo que supone tener en cuenta las realidades socio-territoriales y ciertos bloqueos, inercias y resistencias en relación con las políticas emprendidas. Coordinar las políticas y la gestión del patrimonio mediante soluciones imaginativas e innovadoras. Integrar la conservación del patrimonio en el marco de programas de desarrollo territorial, en donde se tengan en cuenta las dimensiones ecológicas, económicas, sociales y culturales del desarrollo e incluir a la sociedad civil en la defensa, uso responsable y gestión del patrimonio. (OSE, 2008, p. 359)

Dessa forma, o patrimônio é visto como um recurso endógeno, presente em todos os territórios, que só mediante uma investigação sistemática em articulação com os conhecimentos obtidos com a comunidade, será possível de preservar.

No âmbito do patrimônio arqueológico, é necessário alcançar uma valoração social do mesmo através de sua difusão e valorização (MOLINARI, 1999), reconhecendo que dar valor ao patrimônio implica o uso mais eficiente dos recursos, sejam econômicos ou humanos, relacionados a uma série de objetivos claros e definidos que permitem a cooperação entre diversos atores (VIENNI, 2010, p 189).

A criação de um sistema de ações que permitam evidenciar a importância do patrimônio arqueológico à população e autoridades, conscientizando-as dos valores neles implícitos, torna-se premissa para a sua sustentabilidade, mas requer trabalho conjunto de universidades, autoridades e organizações políticas e sociais do território para ser efetivo.

Nesse contexto de necessidade de reavaliação do patrimônio, surgem iniciativas como a Cadeia do Valor do Patrimônio Cultural (CVPC), a qual é posicionada em favor da sua conversão em um recurso para o desenvolvimento econômico e cultural (AMADO, 2002).

A cadeia de valor é articulada em estágios: identificação, documentação, significado, avaliação, conservação, valor e recepção. Em cada um deles é produzido conhecimento, gerando um efeito de acumulação sucessiva na continuidade de estágios, e um valor agregado em cada um deles (AMADO, 2002).

Trata-se de um rompimento do ideal de conservação passiva impondo o ideal de gerar um processo viabilizador da identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, revitalização e gestão do patrimônio em todos seus aspectos, com a implicação de todos os atores da sociedade.

A valorização implica a intervenção no patrimônio arqueológico com a intenção de conservá-lo para o interesse público, tendo em conta a necessidade das atuais sociedades do uso e desfrute ativo desse patrimônio, que gere um espaço de ócio que incremente o nível cultural dos consumidores (ALVA, 2000).

É preciso uma Arqueologia de gestão que aproxime a humanidade da natureza, integrando o patrimônio natural e cultural na metodologia e divulgação a efetuar (MORENO, 2002). Observar o patrimônio como fonte de ingressos econômicos, diretos ou indiretos, é projetar o seu uso e valorização em favor da sociedade, com a possível criação de postos de emprego.

De acordo com o contexto apresentado por Cerdeño e Léban (1998) para a gestão do patrimônio arqueológico (**Figura 2**), os fatores físicos, sociais e legislativos são determinantes desse processo, onde é preciso analisar o contexto sociocultural em diversas escalas – local, regional, global – e unificar os atores relacionados ao processo, com a finalidade de trabalhar em favor dos interesses públicos.

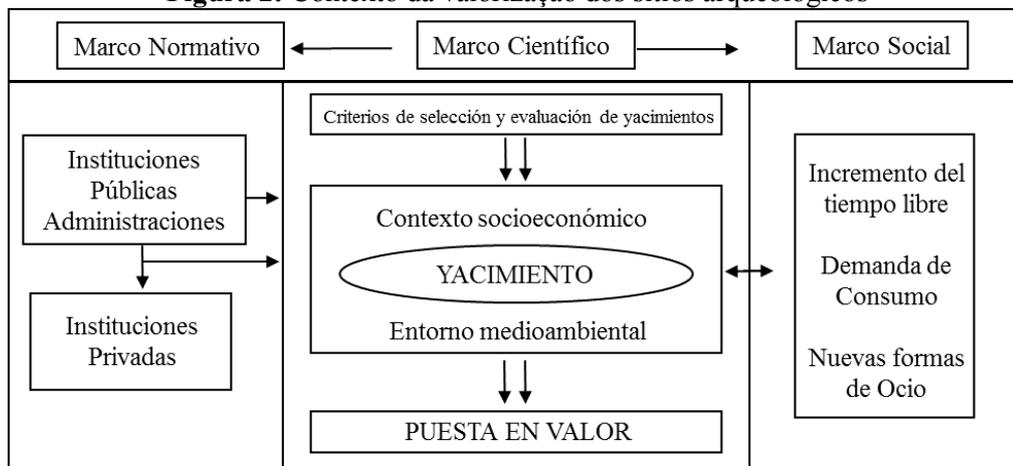
O valor adquirido pelo patrimônio arqueológico resulta em um compêndio de situações históricas e sociais reais, onde o patrimônio é considerado como um recurso para manter e elevar a qualidade de vida da população, sobre a base de que sua conservação, estudo e difusão fortalecem o progresso ético, cívico e material da cidadania (MORENO, 2002).

Segundo Ballart (2002), o patrimônio arqueológico tem, dentro de seu valor de uso, a capacidade de representar o contexto passado, em que foi elaborado, e gerar novos conhecimentos para a História, satisfazendo uma necessidade imaterial do ser humano.

Os objetos nele compreendidos possuem valor de mercantilização, gerando benefícios na cobrança das visitas ou merchandising; valor formal como estímulo dos sentidos e representatividade artística e valor simbólico-significativo (MORENO, 2002).

O valor simbólico-significativo refere-se à valoração e interpretação do patrimônio, tendo em conta o contexto sociocultural de sua criação, suas possíveis transformações e o contexto sociocultural onde é analisado; à sua consideração não só como memória histórica materializada, mas também como símbolo desse momento (CRIADO, 1996).

Figura 2: Contexto da valorização dos sítios arqueológicos



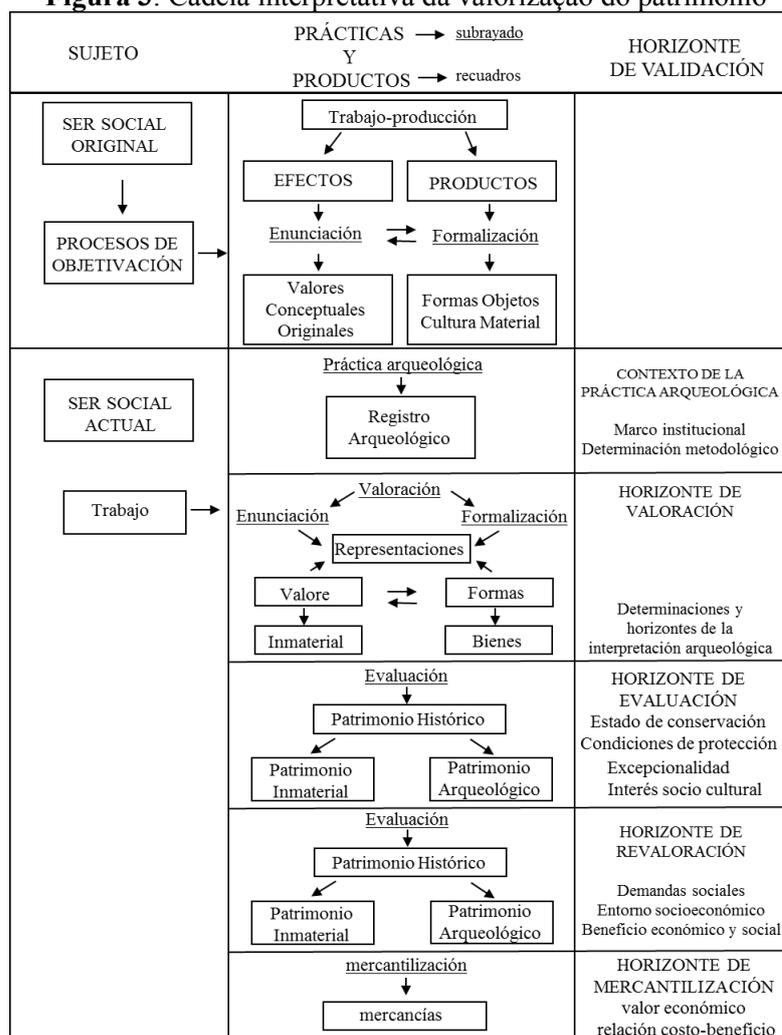
Fonte: Cerdeño e Lébana (1998, pág. 34)

Situando-nos na função da arqueologia de restabelecer o sentido original dos objetos passados e os valores anteriormente expostos, concordamos plenamente com a cadeia interpretativa do valor do patrimônio exposta por Criado (**Figura 3**), que compreende quatro fases: valoração arqueológica, valoração patrimonial, revalorização e mercantilização.

Na valoração arqueológica busca-se o valor original que nos permite compreender e reconstruir o passado, partindo da caracterização de seus componentes e seus usos e criando o registro arqueológico. Após isso, a valorização patrimonial analisa o valor de toda descoberta arqueológica do ponto de vista patrimonial, com base no estado de conservação e vulnerabilidade, valorando o registro arqueológico em patrimônio arqueológico.

Nessa segunda fase, são considerados critérios como: significação, representatividade, excepcionalidade, diversidade ou valor do grupo, até chegar à etapa de revalorização, quando o patrimônio arqueológico é convertido em bem ou recurso cultural, ou seja, em um produto capaz de ser introduzido no mercado, como requer a mercantilização (MORENO, 2002).

Figura 3: Cadeia interpretativa da valorização do patrimônio



Fonte: Criado (1996, p. 28)

O dar valor ao patrimônio é uma necessidade das sociedades, pois a conservação biológica e cultural é elemento necessário para o alcance de um desenvolvimento sustentável em qualquer escala. A sustentabilidade territorial requer uso e tratamento adequado de seus recursos, dentre os quais se encontra o patrimônio arqueológico como fator de identidade e coesão territorial (OSE, 2008). Assume-se, então, que o patrimônio deve conservar seu valor coletivo e ser capaz de adaptar-se às mudanças funcionais e de uso que os novos tempos e a sociedade demandam (OSE, 2008).

O patrimônio apresenta-se como capital crítico para a participação ativa dos atores sociais nos processos de territorialização e reconstrução das análises conceituais e enfoque estratégico sobre a sustentabilidade territorial, facilitando o conhecimento e a gestão das riquezas patrimoniais e identitárias locais, como base de estruturas que satisfaçam

necessidades materiais e espirituais da sociedade de forma racional e perdurável (ALVA, 2000; RODRÍGUEZ, 2015).

1.3 As políticas públicas e o patrimônio

A política é entendida como a ciência e a arte de governar, que trata da organização e administração de um Estado em seus assuntos e interesses. Trata-se de alcançar certos objetivos, usando certos meios e envolvendo um conjunto complexo de decisões e operadores (RUIZ, 2015).

A política, em sua prática diária, luta pelo poder em função de interesses e vantagens, mediante a elaboração de políticas que são compostas por uma ideologia e pelos instrumentos, por meio dos quais é executada, gerando ações concordantes com o exposto nesses dois elementos.

Partindo do público, como aquilo relativo às grandes massas populares, o que envolverá e beneficiará a uma maioria, como é o objetivo de todo sistema democrático, podemos conceituar a política pública como:

Acciones de gobierno con objetivos de interés público que surgen de decisiones sustentadas en un proceso de diagnóstico y análisis de factibilidad, para la atención efectiva de problemas públicos específicos, en donde participa la ciudadanía en la definición de problemas y soluciones. (FRANCO, 2014, p. 2)

As políticas públicas estão relacionadas ao acesso de pessoas a bens e serviços, de maneira que a política implementada favoreça a coexistência dos diversos grupos sociais, apesar de seus possíveis interesses conflitantes. Tais políticas como meio do Estado para a resolução de problemas sociais, devem buscar a equidade, isto é, conseguir uma solução, com a qual todos os envolvidos satisfaçam suas necessidades em torno de um problema específico.

As políticas públicas devem ser guiadas por princípios fundamentais como as normas legais, os serviços de pessoal, os recursos materiais e a persuasão, criando um equilíbrio de poderes e permitindo que as organizações sociais e não governamentais expressem e ofereçam soluções às necessidades da população (COSTAS, DURÁN, TERMES, 2004).

Nesse contexto, são colocados vários problemas éticos sobre como alcançar a integração de todas as partes no debate constante para a formulação de políticas públicas, pois, em vários cenários, seriam contrários aos interesses da classe trabalhadora e das grandes

empresas multinacionais, em que as últimas exerceriam grande influência para satisfazer suas necessidades, independentemente dos percalços que isso possa advir para a outra parte.

A elaboração de políticas públicas baseia-se em três etapas:

1- Formulación: Compuesta a su vez de cinco etapas o pasos a) Establecimiento de la agenda política b) La definición de los problemas c) La previsión d) Establecimiento de objetivos e) La selección de la opción 2- La implementación 3-La evaluación y la continuidad o cambio. (RUIZ, 2015)

Durante esse processo, cada ator apresenta sua própria agenda, dependendo de suas prioridades e interesses, o que origina uma interação dos sujeitos envolvidos e se torna uma negociação com estudo do tema, estabelecimento dos problemas a serem resolvidos, previsão de impacto das ações a serem desenvolvidas e a escolha da melhor proposta.

A constante avaliação e mudança na implementação de políticas públicas procura satisfazer os objetivos de interesse público de forma eficaz, sendo essencial substituir todos os elementos que não atendam a esses requisitos por aqueles apropriados à experiência prática já obtida (COSTAS, DURÁN, TERMES, 2004).

Nesse processo, a participação cidadã é essencial, porque, ao analisar os atores que intervêm nas políticas públicas (sociedade civil/organizações; as empresas/mercado; e o Estado/governo), observa-se como sua adequada formulação e implementação depende, em grande medida, da capacidade da sociedade civil para fazer com que seus interesses atinjam o Governo, com a mesma intensidade que as empresas, as quais empregam seu poder econômico para influenciar esse mesmo governo (RUIZ, 2015).

A participação cidadã implica ter a informação, conhecer o alcance, os benefícios e as consequências das ações dessa política e, também, ter voz na consulta dessa informação, para poder discernir sobre essa política e, assim, manipular as informações fornecidas. Implica, também, certo grau de controle cidadão por meio de um acompanhamento dos compromissos e ações propostos na política, monitorando o seu adequado cumprimento, além da cogestão na tomada de decisões dessa política, entre a sociedade civil e representantes do Governo.

Com a existência desses elementos, os cidadãos tornam-se participantes ativos das políticas públicas, expondo seus problemas e gerando soluções conjuntas com o Governo, podendo chegar a um cenário de autogestão, em que os cidadãos projetam programas, administram e os executam. Dependendo da política pública abordada, a participação cidadã pode ser a chave para o sucesso.

Existem nove passos para analisar uma política pública: definição do problema; obtenção de informações; construção de alternativas; seleção de critérios; critérios avaliativos; projeção dos resultados; comparação de custos e benefícios; decisão e o relato da história (FRANCO, 2014).

A definição do problema é um passo crucial, pois o analista deve ir além da retórica, a fim de definir o problema de forma que possa ser gerenciável e tenha sentido à luz dos recursos políticos e institucionais disponíveis. Para ter melhores argumentos, deve ser incluída, na medida do possível, uma parte quantitativa, isto é, dados que demonstrem a magnitude do problema, por meio de comparações com situações semelhantes ou com números estatísticos.

Na obtenção de informações, é importante a variável “tempo”, empregada a fim de pensar e obter dados, avaliar a natureza e extensão dos problemas; avaliar as características particulares da situação concreta da política a ser estudada e avaliar as políticas que, pelo menos, algumas pessoas pensaram que funcionariam bem em situações aparentemente similares às suas (RUIZ, 2015).

Nessa etapa, são necessárias informações argumentativas, critérios que podem frustrar a proposta de política pública, uma retroalimentação respaldada por personalidades ou instituições com experiência e prestígio no tema de estudo, para chegar à etapa de construção de alternativas, contando com os dados que ajudam a debater as alternativas ou cursos de ação a serem seguidos, de acordo com as causas do problema e a projeção dos resultados esperados.

Durante a seleção dos critérios, são delineadas as normas a serem utilizadas para a avaliação do resultado, seguidas dos critérios avaliativos: eficiência, equidade, legalidade, aceitabilidade política, solidez e aperfeiçoamento, até alcançar uma projeção de resultados, que, de forma realista e sem otimismo excessivo, exponha o modelo a ser seguido para essa política, levando em consideração os possíveis impactos e as consequências de sua aplicação (FRANCO, 2014).

Em alguns modelos, é viável identificar os parâmetros, cujos valores, quando ultrapassam uma certa faixa, têm maior capacidade de provocar falhas, fraude, abusos de poder e problemas econômicos que distorcem o propósito original da política; mas, em qualquer variante, é essencial projetar-se sobre as consequências imprevistas ou efeitos colaterais indesejados (FRANCO, 2014).

É preciso localizar-se nos vários pontos de vista existentes do problema, a fim de não deixar lacunas legais que favoreçam um determinado grupo, intencionalmente, regular demais o projeto, o que pode impedir a implementação de melhorias contínuas em seu desenvolvimento prático.

No estágio de comparação de custo e benefício, os resultados são analisados, confiando na sua veracidade, para ser proposto o curso a seguir.

Chegado o estágio final, o relato da história deve explicar a política em sua totalidade em termos simples e compreensíveis para qualquer pessoa, de forma que essa explicação seja um discurso democrático da educação política, que possa responder ou refutar os possíveis questionamentos e objeções dos diferentes públicos a quem será exposto.

As políticas públicas desempenham um papel central no desenvolvimento da sociedade, brindando a possibilidade, em muitos casos, de promover o desenvolvimento local ou o desenvolvimento territorial e promover a inclusão social de grande parte de sua população (SOUZA, 2006).

No Brasil, existem diversas políticas públicas para assegurar determinados direitos da cidadania, sendo seu máximo expoente a Lei Complementar nº 131, da Transparência¹, do dia 27 de maio de 2009, que determina:

I – Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. (BRASIL, 2009)

Tal Lei dá à população a oportunidade de participar do debate referido à política que se deseja implementar, pela qual todos os poderes públicos nas esferas e níveis da administração pública devem assegurar a participação popular, sendo um direito do cidadão a participação na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de sua sociedade.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, assegura o direito ao pleno exercício dos direitos culturais do povo brasileiro, assim como sua participação na proteção coletiva da identidade nacional, com base no Artigo 215 da Constituição da República Federal que expõe:

¹ Esta lei foi alterada pelo Decreto Nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019, que modifica o acesso à informação.

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I- defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III- formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV- democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 1988)

O Artigo 216 da Constituição Federal define que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Com esse suporte, as políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro asseguram-se com a criação pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), responsável pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros, buscando romper com os modelos europeus e valorizar a cultura indígena e sertaneja (SALADINO, MORAES, BACKX, 2015).

Em 1970, o SPHAN mudou sua nomenclatura para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nome que mantém até hoje, continuando suas ações pela preservação do patrimônio brasileiro. No início, essa Instituição enfocou suas políticas de preservação sobre símbolos do regime latifundista e escravista, com predomínio na preservação de bens imóveis, deixando em segundo plano a proteção dos bens arqueológicos, etnográficos e paisagísticos (SALADINO, MORAES, BACKX, 2015).

Não obstante a preservação do patrimônio “de pedra e cal”, como o nomeiam alguns historiadores, existiu o trabalho de diversos pesquisadores e intelectuais, como Paulo Duarte e Luís de Castro Faria, que lutavam pela preservação de bens arqueológicos, etnográficos e paisagísticos (SALADINO, MORAES, BACKX, 2015).

A Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza no território nacional. Essa Lei representou uma ponte para a introdução da Arqueologia, como ferramenta de evidência do patrimônio cultural (BRASIL, 1961). Ainda temos a aprovação da Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015, do IPHAN, que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem seguidos pelo Instituto, nos processos de concessão de licenciamento ambiental, no que diz respeito à salvaguarda de bens arqueológicos.

De acordo com essa instrução normativa, qualquer empreendimento que, em sua implantação, cause movimentação de terra, terá que realizar um “Projeto de Avaliação de Impacto do Patrimônio Arqueológico”, cuja aprovação pelo IPHAN é condição prévia para a posterior elaboração do “Relatório de Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico” (BRASIL, 2015, p. 6-7).

Considera-se, portanto, que o patrimônio arqueológico precisa do exercício de sua proteção por meio do Poder Legislativo, tendo em conta que os estudos dos objetos arqueológicos devem ser efetuados, analisando o objeto dentro do contexto ambiental onde foi encontrado e as implicações que, como patrimônio, tem para o entorno sociocultural e a sociedade (MOLINARI, 1999).

Dentro do trabalho do IPHAN, destacam-se projetos como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a missão de fomentar a atividade cultural no Brasil, captando e canalizando recursos para esse setor (IPHAN, 1991). O Pronac tem como objetivos:

Contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais. Promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais. Apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores. Proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional. Preservar os bens materiais e imateriais do Patrimônio Cultural Brasileiro. (IPHAN, 1991, p. 1)

Também o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo Decreto nº 3.551, do dia 4 de agosto de 2000, viabiliza os projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro (IPHAN, 2000). O PNPI:

É um programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa. Entre as atribuições do PNPI está a elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Outros objetivos são a captação de recursos e promoção da formação de uma rede de parceiros para preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o Patrimônio Cultural Brasileiro, além do incentivo e apoio às iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade. (IPHAN, 2000, p. 1)

Unido à sua legislação, o Governo Federal brasileiro desenvolve diversas iniciativas e políticas públicas relacionadas ao patrimônio, como o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o qual:

É um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura, em regime de colaboração de forma democrática e participativa entre os três entes federados (União, estados e municípios) e a sociedade civil, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (BRASIL, 2017, p. 1)

O Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, tem a finalidade de planejar e implementar políticas públicas de longo prazo, voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira, para o fortalecimento institucional além da:

[...] definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais. (BRASIL, 2010, p. 2)

Citamos, ainda, a criação de outros projetos a diversos níveis, como a criação pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), com o objetivo de apoiar grupos produtores de artesanato, incentivando a qualificação e ampliação da produção e presença do artesanato brasileiro nos mercados interno e externo que beneficiou, entre 2009 e 2013, mais de quatro mil artesãos de diferentes tipologias artesanais (IPHAN, 2009).

A implementação, no ano 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Ministério do Planejamento, especificamente em sua linha de trabalho Cidades

Históricas, tem o objetivo de preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura nacional e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos em 44 cidades brasileiras (BRASIL, 2007).

Também é relevante em São Paulo, a criação do Plano Estadual de Cultura do Estado de São Paulo, cujo objetivo é definir, planejar e coordenar, a execução das políticas públicas de cultura do Estado representando um planejamento estratégico com visão de 10 anos, tendo sido elaborado com a participação da sociedade civil, dos segmentos culturais e da iniciativa privada, estando as informações referentes a ele disponíveis na internet (BRASIL, 2015).

O IPHAN tem, além disso, seu Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA), criado em 1997, com o objetivo de estabelecer padrões nacionais no âmbito da identificação dos sítios e coleções arqueológicas, assim como do registro da documentação arqueológica produzida, compreendendo os módulos:

- Banco de Portarias de Arqueologia (BPA/SGPA)
- Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP)
- Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/SGPA)
- Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)

Esses instrumentos disponibilizam a qualquer cidadão as informações registradas pelo IPHAN sobre o patrimônio brasileiro, procurando uma política de transparência dos dados, a fim de servir ao interesse público de conservar e promover o seu patrimônio.

Todas essas iniciativas exemplificam o desenvolvimento das políticas públicas no território brasileiro, expondo que o adequado tratamento do tema patrimonial não pode ser desligado de suas políticas regulatórias, considerando que:

El patrimonio cultural refleja la creación acumulada de la humanidad por su paso por la tierra, representa el testimonio de lo que el hombre ha sido, de lo que es y de lo que puede ser, ahí radica su trascendencia; es la riqueza que tiene la sociedad para fortalecer su presente y potencializar su futuro; es una fuente importante de testimonio de su grandeza, al reconstruirlo en el pensamiento se percibe el edificio inmenso que construyó y que representa así mismo en toda la magnitud de su esencia. (ALVA, 2000, p. 106)

As ações dos governos em favor do interesse público têm que procurar a salvaguarda e gestão de seu patrimônio, com o fim de melhorar a qualidade de vida da população, fazendo com que o povo participe das decisões que atingem a definição e solução de problemas, de forma que a política implementada melhore a coexistência dos diversos grupos sociais.

1.4 A estratégia sociocultural como via para a proteção e conservação do patrimônio

Partindo da concepção de cultura exposta pela UNESCO em sua Declaração Universal sobre a diversidade cultural, temos que:

La cultura debe ser considerada como el conjunto de los rasgos distintivos espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o a un grupo social y que abarca, además de las artes y las letras, los modos de vida, las maneras de vivir juntos, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias. (UNESCO, 2001, p. 2)

Abordamos o uso do termo sociocultural como adjetivo que denota o estado cultural de uma sociedade ou grupo. Nossa visão da realidade contém a cultura, como processo dialético que envolve elementos sociais, econômicos e políticos que, em sua inter-relação, formam e transformam nossa identidade e nossa cosmovisão.

O sociocultural pode ser definido como:

[...] expresión auténtica de los diferentes grupos humanos, en sus entornos, en vínculo con el medio natural y sus dinámicas de relación, determinadas por los subsistemas sociales que a su vez se encuentran constituidos por lo jurídico, lo político, lo ideológico, lo ecológico, lo económico, lo religioso, lo cultural, lo ético, lo estético y el carácter clasista que establecen las relaciones sociales; lo cual deviene en modos de vida conformados por las dinámicas de correspondencia entre lo universal-singular y el eje local-global, propias de las relaciones sociales y como resultado de los procesos de construcción de la identidad [...]. (ESTRADA, 2005, p. 5)

Toda sociedade tem culturas efetivadas nas inter-relações dos sujeitos, manifestando-se na sociedade como uma produção coletiva dialética que contém múltiplos significados, pelo que:

[...] la acción cultural opera en el complejo escenario de una realidad concreta, realidad que posee su espacio y su tiempo, sus escalas macro y micro, sus protagonistas o agentes, etc., todo lo cual configura lo que algunos expresamos como realidad sociocultural, construyendo tal realidad como un producto social, subrayando que los sujetos, solos o asociados, son seres sociales y que por tanto sus elaboraciones y prácticas culturales tienen un contexto histórico, económico y político que no se puede obviar. (MARTÍN, ROTMAN, 2005, p. 5)

Nesse sentido, a perspectiva sociocultural supõe:

[...] la reestructuración de las relaciones entre las personas y sus culturas, optando por la universalización de los principios de la co-autonomía y co-

soberanía como modos de vida; en función de la afirmación de la pluralidad cultural desde la comunicación e intercambio entre las culturas como horizontes complejos y ambivalentes, cargados por contradicciones y conflictos internos [...]. (ESTRADA, 2005, p. 5)

Seguindo os pressupostos da teoria sociocultural exposta por Vygotsky (1930), a aprendizagem humana é, em grande medida, um processo social, pois a interação social desempenha um papel central no desenvolvimento da cognição, ao “dar significado”, baseando-se em que a natureza do desenvolvimento humano muda do biológico ao sociocultural. Não é possível alcançar uma adequada maturidade biológica sem o desenvolvimento sociocultural do sujeito, pois são elementos que se condicionam dialeticamente, dependendo um do outro.

O desenvolvimento individual não pode ser entendido sem o contexto social em que está inserido, pois os processos mentais superiores do indivíduo (pensamento crítico, tomada de decisão, raciocínio) têm sua origem nos processos colaborativos (REGADER, 2016).

Reafirmamos que as interações se conectam com as inter-relações que ocorrem nas diversas escalas – local, regional, mundial – e constroem as identidades, gerando uma multiplicidade e dialéticas identidades e culturas, pelas quais um determinado comportamento humano só pode ser entendido quando se estudam suas fases e mudanças, ou seja, em sua interação no contexto sociocultural (CARRERA, MAZZARELLA, 2001).

A atividade sociocultural envolve a observação do desenvolvimento de análises, situando-se em planos: aprendizagem, participação guiada e apropriação participativa. Assim, a apropriação precede à transformação, pois o sujeito muda sua compreensão e responsabilidade por meio de sua própria participação (ROGOFF, 2003).

O enfoque sociocultural concebe que as infinitas possibilidades de diferenciação grupal apresentadas pela sociedade – com uma elevada diversidade cultural e multiplicação de referentes indenitários – geram, ao mesmo tempo, a coexistência interativa de diversos modos de vida como dificuldades para a articulação da ação coletiva.

Nesse marco, desde o século XX, o planejamento estratégico é considerado um processo de fundamentação, desenho, implementação e avaliação de uma transformação no funcionamento de uma instituição, que permite organizar seu trabalho de acordo com as demandas do futuro (INVERNÓN, 2008).

As estratégias são consideradas um sistema de ações para atingir os objetivos de curto, médio e longo prazos, concentrando os pontos fortes da organização e diminuindo suas

fraquezas, para enfrentar os desafios do entorno e aproveitar as oportunidades (NORIEGA, 2003).

[...] la estrategia constituye una manera de planificar y dirigir las acciones para alcanzar determinados objetivos; la misma se centra en la proyección del proceso de transformación del objeto de investigación desde un estado real, hasta un estado deseado, definiendo que hacer para transformar la acción existente. Deduciendo por esta razón que la estrategia debe ser consiente, intencionada y dirigida a la solución de problemas, la proyección y ejecución de acciones intermedias, progresivas y coherentes que permitan alcanzar de forma ascendente los objetivos propuestos. (JIMÉNEZ, 2007, p.77)

As estratégias são baseadas na formulação de linhas para a resolução de problemáticas, partindo da realização de um diagnóstico e elaboração de um plano que contenha os objetivos a serem alcançados, e as linhas de ação para atingi-los. Essas têm como objetivo a projeção do processo de transformação do objeto de estudo, do estado real ao estado desejado, mediante a realização de um plano de ações, desenhado para um caso específico.

As estratégias são sempre conscientes e intencionais. O objetivo delas é superar dificuldades com um alto grau de otimização de tempo e recursos, compondo-se de seis estágios/passos:

- Introdução: Constitui a fundamentação, que estabelece o contexto e localização do problema a ser resolvido. Expõem-se ideias e pontos de partida que fundamentam a estratégia.
- Diagnóstico: Inclui o estado real do objeto e demonstra o problema em torno do qual se desenvolve a estratégia.
- Apresentação do objetivo geral.
- Planejamento Estratégico: Definem-se metas e objetivos a curto ou médio prazo, que permitem a transformação do objetivo desde seu estado real até o estado desejado. Planejamento por etapas das ações, recursos, meios e métodos que correspondem a esses objetivos.
- Instrumentação: Explica como será aplicado, em quais condições, tempo de aplicação, responsáveis e participantes.
- Avaliação: Definição de realizações, obstáculos que foram conhecidos; avaliação da abordagem alcançado o estado desejado (ARMAS, 2003).

A estratégia envolve um planejamento adequado, com o fim de alcançar os objetivos propostos, enquanto o sociocultural envolve o transdisciplinar, os entrelaçamentos que rodeiam o fenômeno estudado. Nesse contexto, sua união em uma estratégia sociocultural implicaria a criação de uma planificação estratégica, que considere os aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos relacionados com o fenômeno estudado para alcançar os objetivos propostos, com o fim de mudar o fenômeno de seu estado real ao estado desejado.

Reconhecemos que considerar tais aspectos é analisar o fenômeno em sua dinâmica interação com o jurídico, político, ideológico, ecológico, econômico, religioso, cultural, ético, estético e o caráter classista das relações sociais, gerando uma apropriação participativa por parte dos sujeitos sociais, o que implica visualizar a participação como:

La intervención consciente, creativa, activa y comprometida de los actores sociales en la construcción y transformación de la sociedad, en la toma de decisiones a todos los niveles que garantiza la solución de los problemas que aquejan a todos. Es la actividad desplegada por los actores sociales en la consecución de objetivos y metas relacionadas con sus necesidades. Puede ser considerada también como la intervención sociocultural de los miembros de una comunidad en todos los momentos del proceso de realización de un proyecto comunitario que va desde la sensibilización al diagnóstico de situación, la determinación del sistema de acciones, su ejecución, evaluación y sistematización. (MACÍAS, 2015, p. 40)

A ação popular constitui garantia de autenticidade na tomada de decisões, atitude geradora e premissa determinante para a autorrealização do indivíduo, que assegura a preservação e proteção de sua obra com a sistematicidade de suas ações, alcançando níveis superiores de protagonismo e desenvolvimento social (MACÍAS, 2015).

Assim, o sujeito desenvolve-se mediante uma apropriação participativa, possibilitando o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento e identificação com seu entorno, que favorecem a coesão e cooperação, efetivando a tomada de consciência do sujeito sobre seu papel no processo (MARCHIONI, 1999).

No marco patrimonial, a estratégia sociocultural é visualizada como projeto social que expõe a proteção, conservação e gestão patrimonial, como projeto que necessita da participação de todos os atores sociais com vistas a uma educação e projeção de seus usos, com o fim de contribuir ao desenvolvimento da sociedade.

A estratégia sociocultural pretende gerar o acesso público aos conhecimentos patrimoniais existentes no âmbito acadêmico com sua socialização, não só em comunidades atingidas diretamente pelos pesquisadores, mas em todo o território portador desses valores patrimoniais. Isso propicia a gestão patrimonial a conversão do patrimônio – objeto da

estratégia – em recurso vital, acessível e significativo para a sociedade (VIENNI, 2010), ressaltando que:

Cuando una mayor cantidad de actores trabajan con el patrimonio, profesionalmente y como voluntarios, las circunstancias que conforman el ambiente histórico público también cambian. Es necesario generar un nuevo conocimiento en torno al patrimonio arqueológico que garantice su accesibilidad y su calidad para el público a través de un abordaje interdisciplinario. (VIENNI, 2010, p 187)

Nas sociedades atuais, o tratamento do patrimônio arqueológico implica a correta divulgação de seus valores, os quais só são possíveis mediante a articulação das instituições do Governo e as privadas, a fim de promover a conservação e gestão do patrimônio mediante a divulgação do conhecimento existente sobre ele, a toda a sociedade.

A criação de estratégias socioculturais representa uma acertada opção para difundir os conhecimentos patrimoniais de um território, baseando-se na articulação de todos os atores implicados no processo e sua participação consciente, da tomada de decisões e da geração de problemáticas e soluções para definir e efetivar ações, que modifiquem o estado do tema tratado de sua situação atual para a situação desejada.

As estratégias socioculturais contribuem para o desenvolvimento territorial, ao criar diversas infraestruturas como postos de emprego e novas fontes de ingressos, que dinamizam a economia local e promovem espaços de ócio que elevam o nível cultural de seus visitantes. Ao mesmo tempo, incidem no fomento dos valores da cultura local e no arraigo da população por suas tradições e história.

A estratégia sociocultural contém seis fases: introdução; diagnóstico; planejamento estratégico; instrumentação e avaliação (ARMAS, 2003). O diagnóstico constitui a fase que expõe o estado real do objeto de estudo e revela os problemas a atingir com o desenvolvimento da estratégia (ESTRADA, 2009).

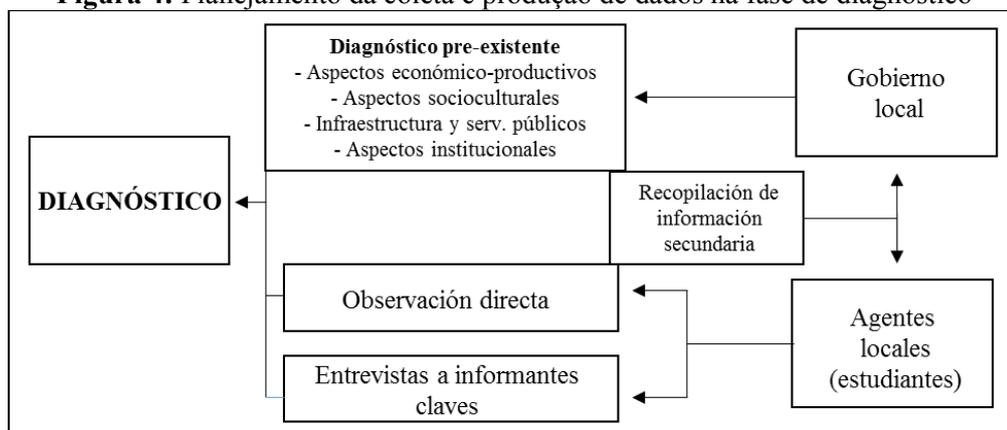
Seguindo os critérios metodológicos empregados pelo catedrático Iván Silva Lira, do Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Económica e Social, o diagnóstico – objetivo central de esta pesquisa – contém a informação para o estabelecimento e a criação da estratégia. Esse deve recolher as questões necessárias para avaliar a capacidade de desenvolvimento e potencial do território em estudo, analisando a informação nas dimensões ambiental, econômica, social e cultural (SILVA², 2003).

² Iván Silva Lira é citado como SILVA, sendo este o sobrenome pelo qual se conhece ao autor chileno.

O diagnóstico possibilita conhecer o estado atual do objeto de estudo, evidenciando as problemáticas em seu entorno e as possíveis alternativas de solução. Também expõe dados ilustrativos das circunstâncias e condições dos processos que o condicionam e facilitam a confecção dos futuros programas de atividades.

Essa fase requer um planejamento da coleta e produção da informação (**Figura 4**), sendo recomendável o emprego da entrevista e da observação para a obtenção das informações (SILVA, 2003).

Figura 4: Planejamento da coleta e produção de dados na fase de diagnóstico



Fonte: Silva (2003, p. 19).

É necessário questionar se nossa problemática se encontra na agenda dos atores locais; se existe a consciência da necessidade de abordar essa problemática; quais são os atores e instituições – públicas e privadas – vinculadas a ela ou que devem tomar parte na sua coordenação e solução, assim como tomar consciência dos principais obstáculos e eixos estratégicos que deverão trabalhar.

Em geral, a análise deve conter as questões básicas do contexto local e sociocultural; do tecido econômico, da demografia e do mercado de trabalho; das infraestruturas e serviços e da capacidade de desenvolvimento e nível de organização institucional do território, pelo qual, nesta pesquisa, são analisados os programas e planos existentes em torno do patrimônio arqueológico no território (SILVA, 2003).

O diagnóstico consiste numa descrição da percepção do objeto de estudo – patrimônio arqueológico – nos últimos tempos, o que permite identificar as necessidades e prioridades, as linhas de ação e definir de forma esquemática e sistematizada o modelo de trabalho que deve ser empregado (ESTRADA, 2009).

Nesse contexto, é possível encaminhar os dados obtidos para a realização de uma Matriz de potencialidades, limitações e problemas (**Quadro 1**), na qual são expostos os

resultados em forma de enunciados ou afirmações breves que mostram os fatores estratégicos a serem empregados para impulsionar ou apoiar as trocas, além de expor as vantagens que podem elevar a efetividade das iniciativas de melhora (SILVA, 2003).

Quadro 1: Esquema de uma matriz de potencialidades, limitações e problemas

Área temática	Potencialidades	Limitaciones	Problemas

Fonte: Silva (2003, p. 24)

Nosso diagnóstico pressupõe expor as potencialidades, limitações e problemas que atingem o patrimônio arqueológico dos municípios supracitados, partindo do que “las políticas más avanzadas en materia de conservación del patrimonio apuestan por estrategias de uso responsable de los recursos, sobre la base de nuevos modelos de desarrollo y de gestión territorial, orientados a integrar los territorios protegidos en su entorno” (OSE, 2008, p. 10).

Considerando que a gestão patrimonial é uma oportunidade para gerar, dotar de conteúdo operativo o conhecimento patrimonial e promover o desenvolvimento sustentável, o diagnóstico baseado em expor as potencialidades, limitações e problemas que atingem o patrimônio arqueológico dos Municípios de Narendiba, Presidente Prudente e Iepê, SP, significa um passo-chave para o trabalho de análise patrimonial dos sítios arqueológicos, além de constituir uma base para futuros estudos do tema e a criação de uma estratégia sociocultural sobre esses sítios arqueológicos.

1.5 Etapas metodológicas

A partir do suporte teórico apresentado expõem-se aqui as etapas metodológicas que conduziram a pesquisa.

O método dialético-materialista proporciona o trânsito do conhecimento, do geral ao particular e vice-versa, assim como a análise histórico-lógica, a análise-síntese e a indução-dedução.

A análise histórico-lógica permitiu estudar a evolução das categorias território, patrimônio, paradigma sociocultural e políticas públicas, assim como seus modos de emprego nas estratégias de desenvolvimento e compreender suas características essenciais para a análise de seu desenvolvimento atual.

A análise-síntese permitiu a avaliação da bibliografia, relacionada com os temas de estudo, reduzindo o campo de ação da pesquisa, assim como a seleção analítica das informações.

A indução-dedução permitiu descrever e explicar a natureza das relações entre os temas estudados, possibilitando generalizar sobre a base de observações particulares e estabelecer relações de lógica entre os temas de estudo para obter conclusões.

Trata-se de uma abordagem mista, em que a perspectiva qualitativa é utilizada para contextualizar o fenômeno, descrevendo os significados apreciados durante o processo de pesquisa por meio de técnicas de coleta de informações, como a observação e a entrevista, analisando a subjetividade desde a interpretação. A perspectiva quantitativa é utilizada para a geração de dados estatísticos. A combinação dessas duas perspectivas possibilita a generalização de resultados de análise, levando em conta dados qualitativos e quantitativos, os quais aportam confiabilidade às hipóteses surgidas.

A partir dessa abordagem mista, a pesquisa torna-se flexível e tem uma perspectiva holística em que a realidade objetiva, assim como a subjetiva, são analisadas como fonte de dados, na qual se manifesta a diversidade das ideologias e qualidades dos sujeitos, proporcionando igual valor para os dados quantitativos e qualitativos (MARTÍN, 1990).

Nesse caso, a visão qualitativa de que toda cultura ou sistema social tem uma maneira única de compreender situações e eventos, sendo o ponto de partida para a compreensão da valorização e gestão dos sítios arqueológicos dos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, SP, para os quais convergem o patrimônio cultural e natural, dada a localização desses sítios nas APPs (HERNÁNDEZ, 1998).

A abordagem mista possibilita o resgate da informação documental e bibliográfica existente sobre as culturas indígenas presentes nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, utilizando como base o conhecimento e o valor patrimonial inerente à memória histórico-cultural desses territórios. Cria-se, portanto, um diagnóstico sociocultural, que permite, posteriormente, socializar os valores patrimoniais, que constituem os sítios arqueológicos, objetos desta pesquisa, vinculados às áreas de APPs, a partir do conhecimento, da proteção e conservação desse patrimônio.

Essa abordagem viabiliza o estudo de dados de diferentes naturezas em sua interação, utilizando técnicas de análise como a triangulação, onde os dados obtidos em cada técnica são entrecruzados, permitindo a emissão de julgamentos com base em critérios qualitativos suportados quantitativamente.

O estudo possui um caráter descritivo, haja vista que “os estudos descritivos procuram especificar as propriedades importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que esteja sujeito à análise” (HERNÁNDEZ, 1998, p. 102) como é o caso do patrimônio arqueológico dos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, SP, que é descrito a partir dos sítios arqueológicos, do resgate e divulgação de informações documentais e bibliográficas existentes sobre eles.

Partindo da informação coletada, é analisado e descrito o trabalho desenvolvido em torno desse patrimônio arqueológico nos municípios citados, evidenciando os valores culturais e os principais fatores que condicionam os processos de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial a ele vinculados.

Como pesquisa empírica, foi empregada a pesquisa documental, a fim de analisar documentos históricos e institucionais referentes às temáticas abordadas, assim como relatórios e tabelas de pesquisas anteriores que exponham dados processados (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

Desta forma, a pesquisa estuda as percepções e representações estabelecidas sobre o objeto de estudo – valores culturais e naturais dos sítios arqueológicos – a partir do registro da informação cultural e de uma perspectiva descritiva. Isso permite a apropriação do conhecimento cultural nativo dos informantes da pesquisa, envolvendo a interpretação dos significados e funções das ações humanas, expressas por meio de descrições e explicações, para a compreensão do modo de vida e repercussão social da cultura indígena nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, SP.

Conceituação das variáveis:

O Patrimônio natural compreende

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural. (UNESCO, 1972, p. 2).

Por Patrimônio cultural entende-se:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, p. 2).

Operacionalização das variáveis:

Com o fim de analisar as variáveis presentes no estudo, realizou-se a operacionalização delas, definindo as dimensões, os indicadores e itens que foram levados em conta para avaliar ou refutar questionamentos de tais variáveis (**Quadro 2**). Criou-se uma lista de critérios condicionantes ou influentes no desenvolvimento de cada uma delas, possíveis de medir ou avaliar, como questões primárias a observar e interpretar na aplicação e resultados de cada técnica de coleta e análise da informação aplicada durante a pesquisa.

Quadro 2: Operacionalização das variáveis

Variável	Dimensões	Indicadores	Itens
Patrimônio natural e cultural	Cultural	Papel dos meios de comunicação	Difusão e reconhecimento do valor do patrimônio cultural e natural
			Carácter comercial
			Existência e aproveitamento dos canais para o trabalho conjunto com instituições culturais
	Institucional Educacional	Papel da escola	Emprego de materiais didáticos
			Trabalho conjunto com instituições culturais
		Papel das instituições culturais	Visitas aos sítios patrimoniais
			Aproveitamento dos espaços culturais para a promoção patrimonial
			Emprego de estratégias que fortaleçam o trabalho patrimonial em nível local
	Valorização do patrimônio e seu uso comercial		
	Social	Papel da família	Transmissão de apego ou desapego pelo patrimônio local
		Papel do círculo social onde desenvolve-se o sujeito	Respeito ao patrimônio cultural e natural
	Política	Papel do Governo Federal, Estadual e das Prefeituras Municipais	Interação com sítios patrimoniais
			Geração de políticas para a conservação e gestão do patrimônio
			Avaliação do patrimônio pela Secretaria de Cultura
Reconhecimento e emprego do patrimônio cultural e natural pela Secretaria de Turismo			

Fonte: A autora (2018).

Técnicas de coleta, produção e análise da informação:

A análise de documentos foi empregada para contextualizar as temáticas abordadas do nível global até o local, permitindo conceituar unidades-chave dentro da pesquisa e obter dados de natureza diversa, que sustentem as abordagens do fenômeno realizadas até o presente.

A análise de textos clássicos e documentos de diretrizes do marco regional e local de diversas épocas sobre o objeto de estudo, unida com a multiplicidade de fontes analisadas e seus contrastantes pontos de vista, fornece um guia para a investigação e esclarece as referências que são base para o seu corpo teórico. (MARTÍN, 1990).

Foram analisados vários textos de historiadores e arqueólogos, que abordam a presença indígena nos Municípios de Nanduba, Presidente Prudente e Iepê, SP, com vistas a agrupar essas investigações em uma descrição desse fenômeno. Também foram analisados vários textos teóricos da perspectiva sociocultural como referências para a elaboração desse diagnóstico, o que permitiu avaliar os valores patrimoniais que constituem os sítios arqueológicos, ligados às APPs nos Municípios de Nanduba, Presidente Prudente e Iepê, SP, partindo do conhecimento, proteção e conservação desse patrimônio.

No âmbito da presente pesquisa, a observação “[...] no es mera contemplación... implica adentrarnos en profundidad a situaciones sociales y mantener un papel activo, así como reflexión permanente. Estar atento a los detalles, sucesos e interacciones” (HERNÁNDEZ, 1998, p. 587).

A observação como técnica para a coleta e produção de informações em pesquisa qualitativa possibilita a obtenção de informações menos contaminadas, uma vez que o pesquisador participa dos eventos investigados no campo, recebe a informação sem mediação secundária das representações sociais adquiridas por outros sujeitos, sendo ele mesmo o principal produtor dos dados, de acordo com seu nível de envolvimento com os fenômenos estudados e sua experiência de vida.

A observação permite coletar um número maior de informações, tendo em vista que o pesquisador é capaz de captar os comportamentos ou condutas manifestados por um ou mais sujeitos, como gestos e expressões, que os sujeitos podem esquecer ou descrever erroneamente. Assim, a obtenção da informação de forma direta resulta decisiva para a formulação de critérios confiáveis para o pesquisador.

As informações constituem uma ferramenta para o conhecimento sobre o envolvimento dos moradores das comunidades próximas aos sítios arqueológicos com

patrimônio ali presente, constatando a dinâmica desses sítios. Nesse caso, permite a obtenção de informações a partir da visão do pesquisador, contribuindo para construir uma descrição mais próxima da realidade existente nesses lugares, verificando pessoalmente o seu estado de conservação e gestão mediante a observação durante diversos trabalhos de campo.

Partindo do pressuposto de que “la entrevista es la técnica de comunicación interpersonal en la cual el investigador extrae una información al sujeto de estudio, sobre un conjunto de representaciones asociados a los acontecimientos vividos por el sujeto” (MARTÍN, 1990, p. 65), na presente investigação, utilizamos a entrevista semi-estruturada para a coleta de informações, o que permitiu a obtenção de informações verbais e gestuais do sujeito, por meio de um conjunto de questões flexíveis em ordem, possibilitando a obtenção do ponto de vista sobre o objeto da entrevista, além da aproximação para a compreensão dos significados assumidos pelo sujeito, de acordo com sua experiência na temática.

Uma vez vivenciadas e observadas, em primeira pessoa, as condições cotidianas do desenvolvimento do trabalho com o patrimônio arqueológico nos municípios objeto de estudo, mediante diversos trabalhos de campo, programaram-se as entrevistas com informantes-chave, em cada município, para aprofundar a obtenção de dados.

A seleção da mostra – baseada na informação produzida durante a observação nos trabalhos de campo – realizou-se mediante uma amostragem não probabilística simples, na qual o pesquisador realiza uma seleção deliberada e intencional de informantes que, por sua experiência de vida próxima ao objeto de estudo, podem ser considerados especialistas no tema ou primeiras fontes de informações sobre questões específicas que implicam a pesquisa (RODRÍGUEZ, 1996).

Por especialistas, entendemos aqueles agentes do poder público (funcionários públicos ou não), que têm a gestão do patrimônio cultural/arqueológico como responsabilidade, bem como os gestores educacionais dos municípios estudados. Assim, a perspectiva dos especialistas arqueólogos será explicitada pelas referências bibliográficas de sua autoria, bem como o levantamento e a descrição dos programas universitários de extroversão do conhecimento acadêmico.

Nesse contexto, as entrevistas foram realizadas nos municípios, nas zonas de conforto dos entrevistados, onde desenvolvem cotidianamente suas atividades. Os roteiros abordaram os questionamentos gerais surgidos a partir da leitura dos referenciais teóricos e da observação e participação em atividades e trabalhos de campo. Isso possibilitou o teste contínuo das informações obtidas através da aplicação da técnica, com o surgimento, durante

o trabalho de campo, de novos informantes-chave e o reaparecimento ou recusa contínua de dados específicos sobre o objeto de estudo.

São informantes-chave:

- Supervisor de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Iepê. Coordenador do MAI nos anos 1990 e ativista cultural do Município em tela, com vasta experiência na gestão patrimonial e o desenvolvimento de ações de educação patrimonial nas escolas do citado município, por haver ocupado o cargo de Secretário de Educação e ser por oito anos Diretor de Cultura.
- Fazendeiro altamente comprometido com a salvaguarda do patrimônio indígena do Município de Iepê e Diretor do Museu de Arqueologia de Iepê, por seu cargo e experiência de vida como promotor da criação do MAI, constitui um informante-chave para esta pesquisa.
- Coordenadora do Museu de Arqueologia de Iepê (MAI) por nove anos e ativista cultural do Município, por seu cargo envolver um papel-chave na tomada de decisões sobre o MAI.
- Coordenadora do Ponto de Cultura do Município de Iepê. Ex-professora e escritora, por seu cargo envolver um papel-chave na vida cultural do Município em tela.
- Coordenadora Municipal de Cultura e Turismo, do Município de Narandiba, pelo fato de seu cargo desempenhar um papel-chave no desenvolvimento do Museu a Céu Aberto na área do sítio arqueológico Narandiba, e na promoção e gestão do patrimônio arqueológico do município.
- Coordenadora Municipal de Educação, do Município de Narandiba, com vasta experiência no Magistério, por seu cargo desempenhar um papel-chave no desenvolvimento de ações de educação patrimonial nas escolas do município em tela.
- Secretário Municipal de Cultura do Município Presidente Prudente, por contar com experiência como Diretor de Cultura da UNOESTE, por 21 anos; Chefe de Cultura no governo de Virgílio Tiezzi Junior e Secretário de Cultura durante os três governos de Agripino Lima e nos dois governos de Milton Carlos de Mello. Por seu cargo na Secretaria Municipal de Cultura, constitui um informante-chave do

conhecimento sobre a política e ações a desenvolvimento da Secretaria Municipal de Cultura a respeito dos sítios arqueológicos presentes no Município.

- Diretora do Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto e membro da Secretaria Municipal de Cultura de Presidente Prudente, por seu cargo desempenhar um papel-chave no desenvolvimento da vida cultural do município supracitado e também na realização de ações educação patrimonial em seus espaços culturais.

Diante do exposto, foi empregada a triangulação³ como técnica de análise de informação que permite contrastar os dados obtidos mediante as técnicas de coleta e produção de informações aplicadas na pesquisa por meio de sua estruturação e discriminação.

Na pesquisa mista, o emprego de múltiplos métodos permite desenvolver um programa de pesquisa sistemática em que cada método gera um estudo completo em si mesmo. A triangulação fornece uma visão geral e enriquecedora, determinando os critérios ou variáveis que são reiterados nos dados obtidos através das técnicas de coleta de informações utilizadas, permitindo verificar os níveis de concordância da informação e sobre ela realizar uma síntese dos resultados obtidos (HERNÁNDEZ, 1998).

A partir da triangulação, a análise e comparação dos dados gera uma síntese da informação que nega ou apoia a hipótese do pesquisador, sendo a pedra angular para a emissão de julgamentos ou critérios (RODRÍGUEZ, 1996).

Durante a pesquisa realizaram-se múltiplos trabalhos de campo nos municípios objetos de estudo, que compreenderam: a apresentação da pesquisadora às autoridades locais, funcionários e promotores culturais dos municípios em tela e conversas de familiarização da pesquisadora com as pessoas decisivas para a realização do trabalho, com o patrimônio arqueológico, em cada município. Ambas as atividades permitiram à pesquisadora conhecer em primeira pessoa “como” e “quem” realiza o trabalho vinculado ao patrimônio arqueológico em cada município.

Participando de diversas atividades como exposições itinerantes, oficinas de cerâmica Guarani, oficinas de pintura Guarani em cerâmica, oficinas de lascamento em pedra, oficinas de arte rupestre, palestras sobre a presença indígena no Oeste Paulista e de cursos sobre o índio brasileiro, a pesquisadora interagiu, nessas atividades com professores da rede de ensino estadual, estudantes do ensino fundamental e médio, estudantes da graduação e da pós-

³ Segundo Rodríguez, a triangulação de dados é o emprego de diferentes fontes e métodos de recoleção de informações.

graduação da FCT/UNESP – Campus Presidente Prudente – autoridades locais, promotores culturais e comunidade em geral, interessada na temática indígena dos três municípios pesquisados.

A participação nessas atividades contextualizou a pesquisadora para realizar na prática a promoção e educação patrimonial do patrimônio arqueológico, realizando também visitas aos sítios arqueológicos desses municípios, nas quais constatou, em primeira pessoa, seu estado de conservação e as dificuldades e potencialidades para seu acesso e estudo, assim como a aplicação das políticas públicas e legislações patrimoniais no cotidiano.

Diante do exposto, o embasamento teórico-metodológico apresentado ao longo deste capítulo mostra quem carrega a materialidade e significados do passado. Assim, demonstra-se que o patrimônio deve ser analisado como um recurso e fator de desenvolvimento, pois o adequado trabalho pode repercutir no fortalecimento da identidade local e territorial, a geração de novos postos de emprego e o crescimento dos negócios vinculados ao turismo cultural.

Assim, para abordar o patrimônio arqueológico é preciso considerar sua relação dialética com a sociedade onde está localizado, avaliar se essa população conhece esse seu patrimônio, se o valoriza e qual o papel das autoridades – nos diversos níveis hierárquicos – na proteção, divulgação e gestão desse patrimônio. Dessa forma, é imperativo analisar as ações pelas quais se concretiza a relação comunidade-patrimônio, que foram abordadas em entrevistas e observações nos espaços vinculados a esse mesmo patrimônio, como são os casos dos museus, dos sítios arqueológicos e das atividades vinculadas à temática.

CAPÍTULO II DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE NARANDIBA

Este capítulo tem por objetivo apresentar o diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico do Município de Narandiba, para o qual realizamos uma descrição do Município, dos sítios arqueológicos e do trabalho desenvolvido nesse território, em favor do patrimônio arqueológico, evidenciando as limitações e potencialidades das ações efetivas e oferecendo sugestões para seu futuro aprimoramento.

2.1 Caracterização do Município de Narandiba

O Município Narandiba ocupa uma área de 357,326 km², com uma população estimada, no ano 2017, de 4.746 pessoas e uma densidade demográfica de 11,98 hab/km². Limita-se a leste com Anhumas, ao oeste com Taciba e Pirapozinho, ao sul com o Estado do Paraná. Localiza-se em uma região de planalto, a 465 metros acima do nível do mar, nas coordenadas geográficas: Latitude 22°24'26" Sul, Longitude 51°31'28" Oeste; distando 515 km da Capital do Brasil (WEB COMUNICAÇÃO, 2012a).

No Município de Narandiba correm rios de pequeno porte como o Córrego da Onça, o Córrego Siqueira, o Córrego Anhumas e o Rio Laranjeiras, com destaque para o Rio Paranapanema pelo volume de água, extensão e história na ligação com o Estado do Paraná.

O Município Narandiba tem esgotamento sanitário adequado em 71,3 % dos casos; arborização de vias públicas de 89,1 % dos casos; urbanização (asfaltamento) de vias públicas em 7,6 % dos casos e conta com as estradas SP-425 (Rodovia Assis Chateaubriand) e Rodovia Municipal de ligação de Pirapozinho a Narandiba (IBGE, 2017c).

Seu solo é formado por uma camada sedimentar de Arenito Bauru, tendo afloramentos de basalto mais ao sul do município, sendo rico em húmus. A temperatura média é de 24°C no verão e 18°C no inverno, com uma pluviosidade anual de 1.200 mm. Seu índice de população ocupada é de 23,2 % dos casos; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,718 e seu Produto Interno Bruto (PIB), per capita, de R\$44.810,07/ano; sendo que 84% de sua população professa a religião católica (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013; IBGE, 2017c).

A história da formação desse município tem suas origens no Povoado de Celeste, fundado em 18 de setembro de 1933, em homenagem à Celeste Vendramine, doadora das terras do município. O Município criou-se a partir do trabalho de José Ruiz Peres – espanhol residente em Presidente Prudente, que nunca exerceu função política – de montar um comércio para amparar a população que estava quarenta quilômetros distante de Presidente Prudente, começando com a derrubada das matas para as futuras fazendas do povoado (IBGE, 2017c; CIDADES DO MEU BRASIL, 2018).

O povoado Celeste em pouco tempo tornou-se conhecido como São Francisco de Paula e depois como Quarenta, por estar situado a quarenta quilômetros de Presidente Prudente. Em 30 de novembro de 1944, o Decreto-Lei Estadual nº 14.334, criou o Distrito de Narandiba, cujo significado na língua tupi-guarani é “abundância de laranja” ou “terra da laranja”, subordinado ao Município de Presidente Prudente (IBGE, 2017c; CIDADES DO MEU BRASIL, 2018).

O Distrito de Narandiba permaneceu subordinado ao Município de Presidente Prudente até 24 de dezembro de 1948, quando foi criada a Lei Estadual nº 233, passando a subordinação para o Município de Pirapozinho, do qual foi desmembrado em 28 de fevereiro de 1964 pela Lei Estadual nº 8.092, outorgando-lhe a categoria de município (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013; IBGE, 2017c).

Na história desse município ressaltam fatos curiosos, como a construção da Rodovia Assis Chateaubriand, a sete quilômetros da cidade para eliminar as constantes denúncias da população de transtornos causados pelo tráfego de veículos na estrada principal da cidade – Estrada Alves de Almeida – que representava uma passagem obrigatória para quem ia de Presidente Prudente ao Paraná (WEB COMUNICAÇÃO, 2012a).

Um fato que marca esse município é o acontecimento do reassentamento Laranjeiras, iniciado no dia 27 de março de 1982, quando as famílias moradoras do assentamento da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) em Euclides da Cunha – dedicadas à pecuária e agricultura – abandonaram aquelas terras fracas, reassentando-se a 34 quilômetros da cidade de Narandiba (SOUZA, 2011).

O Assentamento Laranjeiras é da responsabilidade da Prefeitura Municipal de Narandiba, desde o ano de 1997, contando hoje com aproximadamente 170 famílias. Destacase, nessa comunidade rural, sua vida cultural como as festas juninas, religiosas, bailes, jogos de futebol e provas de laço, que atraem toda a comunidade local (SOUZA, 2011).

Antes de 1950, os alunos de Narandiba estudavam numa escolinha que funcionava como classe descentralizada do grupo Escolar de Pirapozinho. Mas, com o início da expansão da rede escolar no Estado de São Paulo, em 25 de março de 1950, foi instalado o Grupo Escolar de Narandiba, jurisdicionado pela Delegacia de Ensino de Presidente Prudente (SOUZA, 2011).

Atualmente, Narandiba conta com duas escolas municipais de Ensino Fundamental: “Vereador Edson de Oliveira Garcia” e “Professora Ineura Rodríguez de Lima” e uma Escola Municipal de Educação Infantil: “Pedacinho do Céu” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

O Município de Narandiba desenvolve atividades turísticas fazendo parte do “Circuito Oeste Rios”, que aproveita a riqueza paisagística às margens dos Rios Paraná e Paranapanema, ofertando balneários, trilhas de contato com a natureza e a rica cultura da região (WEB COMUNICAÇÃO, 2012a).

De 29 de novembro a 1 de dezembro de 2013, o Município recebeu a IV Peregrinação do Caminho do Peabiru, cujo objetivo é desenvolver uma rota turística para fomentar o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região do Oeste Paulista, promovendo a história indígena e religiosa. O Caminho do Peabiru é reconhecido internacionalmente, devido à importância histórica de seu sistema de estradas como uma rota de mais de 3.000 km de extensão, que percorre o Paraguai, Brasil, Bolívia, Argentina e Peru (COLAVITE, BARROS, 2009).

São poucas as referências que estudam o Caminho do Peabiru nessa porção do país. Colavite e Barros (2009), analisando o estudo dos anos 1550 de Marck (1959), verificaram nessa obra o registro de um ramal secundário do Peabiru, que atravessaria o Rio Paranapanema, vindo do Paraná, na altura dos Municípios de Jardim Olinda (PR) e Mirante do Paranapanema (SP), havendo uma possível derivação para o leste, que poderia passar em terras do atual Município de Narandiba. Não existem, porém, estudos mais aprofundados que comprovem essa versão de uma significação do Caminho do Peabiru, conforme consagram os moradores de Narandiba.

O Caminho do Peabiru pode ser traduzido como “caminho forrado”, “caminho pisado” ou “caminho sem ervas”. Para as tribos indígenas era o caminho para a “Terra sem Mal” (o paraíso). A rota turística desse caminho percorre em Narandiba o centro da cidade, passa pela “Gruta Nossa Senhora de Lourdes” e pelo Sítio Arqueológico Narandiba. A peregrinação e as atividades de turismo culturais contam com o apoio das autoridades locais, que constituem

esse projeto em parceria com a União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas (UNIESP) de Presidente Prudente (COLAVITE, BARROS, 2009; PEREIRA, MORA FILHO, 2010).

Além dos feriados nacionais e estaduais, Narandiba conta com cinco feriados municipais: 21 de março (Aniversário do Município); 2 de abril (Dia do Padroeiro); 29 de junho (Dia de São Pedro); 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) e 8 de dezembro (Dia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição) (PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA, 2014).

No setor econômico, Narandiba desenvolve a pecuária e a agricultura, encontrando-se no município bovinos das raças zebuínas, nelore, santa gertrudes e búfalos, além de suínos das raças tatuí junqueira e faixa branca. Na agricultura, destacam-se os plantios de amendoim, mamona, arroz, feijão, trigo, milho, tomate e algodão (SOUZA, 2011).

Desde 2008, o Município tem a implantação da COCAL, indústria dedicada ao processamento de 2,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, sendo essa companhia um forte competidor do setor sucroenergético, produzindo açúcar, etanol e energia elétrica (COCAL, 2017).

A Prefeitura Municipal de Narandiba incentiva a economia do território com ações em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FETAESP), que apresentam novas opções para a geração de renda como o “Curso de Artesanato de Datas Comemorativas” e o “Programa Feira do Produtor Rural”, onde são capacitadas famílias para o incentivo à prática da agricultura familiar.

Criou, também, o projeto “Escola de Beleza”, em parceria com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, que oferece qualificação profissional e capacitação em manicure/pedicure a pessoas em situação de vulnerabilidade social e o Programa de Empregabilidade e Qualificação que tem como principal objetivo qualificar aos narandibenses com vistas ao mercado de trabalho da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA, 2014).

O Município conta com quatro estabelecimentos de saúde SUS, sendo função de sua Secretaria de Saúde realizar serviço de acordo com as normas e diretrizes do SUS para garantir a saúde como direito universal das pessoas. Nesse marco, a Coordenadoria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária do Município realizam ações como “arrastão de limpeza” e entrega de tablets aos Agentes Comunitários de Saúde; com o objetivo de melhorar o trabalho

nesse setor e conscientizar a população (PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA, 2014; CIDADES DO MEU BRASIL, 2018).

No dia 26 de outubro de 2017, o Município de Narandiba recebeu o Prêmio “UNOESTE Solidária” pelo projeto “Raposos Tavares”, desenvolvido no Assentamento Laranjeiras, com o objetivo de promover a inclusão dos reassentados rurais, ofertando exames preventivos de câncer bucal; confecção de próteses dentárias; avaliação das condições bucais dos alunos das escolas; e capacitação dos professores da rede pública de ensino sobre saúde bucal (UNOESTE, 2017).

2.2 Caracterização dos sítios arqueológicos do Município de Narandiba: pesquisas da FCT/UNESP e USP

No Município de Narandiba conhecem-se atualmente 11 sítios arqueológicos, três deles cadastrados no CNSA/IPHAN (Narandiba, Narandiba II e Narandiba III)⁴ e oito em processo de cadastramento, pesquisados dentro do processo de licenciamento ambiental do empreendimento da empresa COCAL, efetivado por uma equipe do LAG, da FCT/UNESP com apoio do MAI e do Projeto Paranapanema.

Os sítios arqueológicos Narandiba, Narandiba II e Narandiba III foram cadastrados no ano de 1999, no CNSA/IPHAN, sendo estudados pelos pesquisadores José Luiz de Moraes e Ruth Kunzli. Os três sítios estão localizados na Bacia do Rio Paranapanema, ressaltando a presença de gravuras rupestres na área do Sítio Narandiba. Já o Sítio Narandiba II é o remanescente de uma aldeia indígena de agricultores e o Sítio Narandiba III, o remanescente de um acampamento de caçadores-coletores (KUNZLI, 1991).

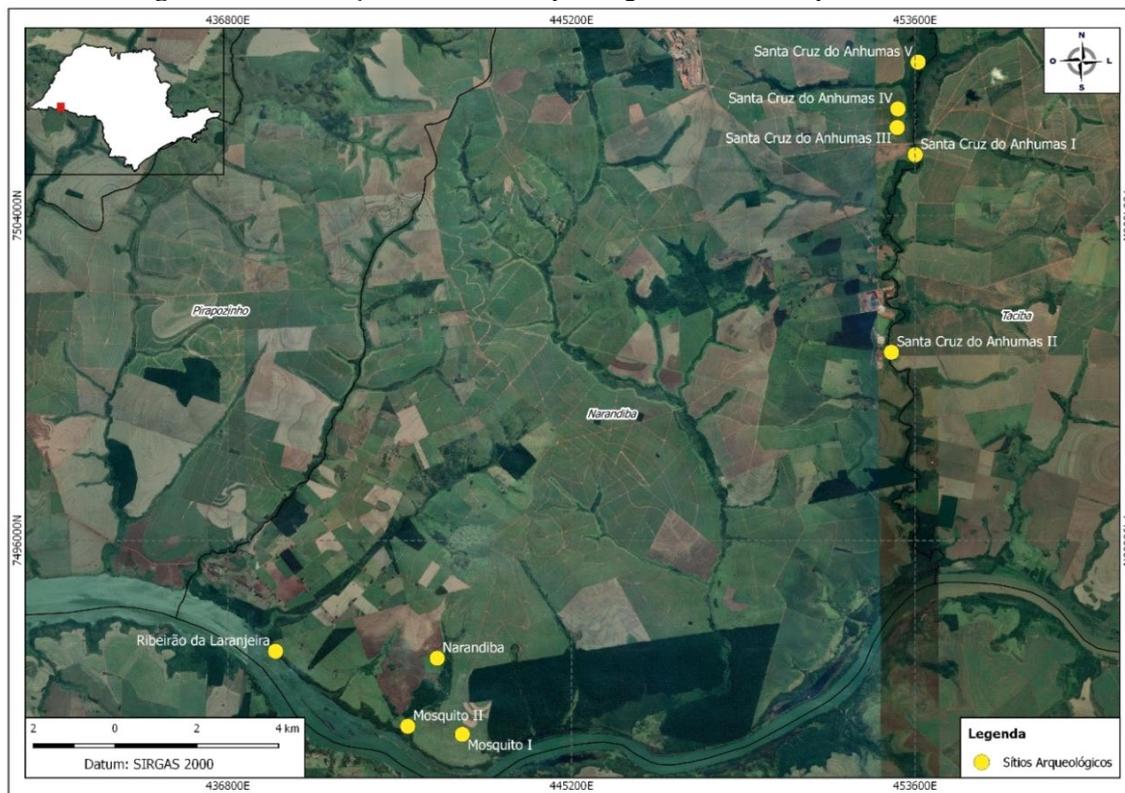
O Sítio Narandiba, identificado no ano de 1970, pela arqueóloga Sílvia Maranca, da USP, foi objeto da tese de doutorado da professora e arqueóloga Ruth Künzli (Centro de Museologia, Arqueologia e Antropologia, da FCT/UNESP). A tese foi defendida na USP, no ano de 1991 com o nome “Análise das gravuras do sítio arqueológico Narandiba”, sendo encontrados durante a pesquisa na área do sítio uma cerâmica ponteadada e incisa e 51 líticos lascados que se encontram hoje na reserva técnica do CEMAARQ (KUNZLI, 1991).

Dentro do processo de licenciamento ambiental do empreendimento da empresa COCAL, no Município de Narandiba, efetivado por uma equipe do LAG, está novamente sendo pesquisado o Sítio Narandiba, além da prospecção de outros oito sítios: Santa Cruz de

⁴ Nesta pesquisa abordamos os sítios Narandiba, Narandiba II e Narandiba III como um único sítio, dada sua localização geográfica próxima e a carência de pesquisas aprofundadas na área.

Anhumas I; Santa Cruz de Anhumas II; Santa Cruz de Anhumas III; Santa Cruz de Anhumas IV; Santa Cruz de Anhumas V; Mosquito I; Mosquito II e Laranjeiras (**Figura 5**).

Figura 5: Localização dos sítios arqueológicos do Município de Narandiba



Fonte: Faccio (2017) A autora (2018)

Essas pesquisas, realizadas nos termos das Portarias 7/1988 e 230/02 do IPHAN, compreendem a contextualização arqueológica e etno-histórica da área, a prospecção dos sítios arqueológicos com seus respectivos trabalhos de campo, laboratório e gabinete, assim como o planejamento de um programa de educação patrimonial, garantindo-se a compreensão das possíveis consequências impostas ao patrimônio arqueológico regional, em virtude da implantação do empreendimento (FACCIO, 2016).

As pesquisas realizadas nesses sítios arqueológicos revelam que os sítios Santa Cruz de Anhumas I, II, III, IV e V se encontram numa área de monocultura de cana e eucalipto, que compromete o estado de conservação das peças, expostas à ação do arado e do intemperismo, sendo descobertos na superfície desses sítios, materiais cerâmicos fragmentados e peças líticas lascadas (FACCIO, 2017).

No Sítio Santa Cruz do Anhumas I, a análise parcial da dispersão dos materiais em superfície (**Figura 6**) sugere a hipótese de ter sido, em um primeiro momento, uma ocupação Guarani na encosta e, posteriormente, uma ocupação Kaingang na área de topo.

Provavelmente, com o resgate e as datações, essa hipótese poderá ser confirmada ou descartada, sugerindo ou não a convivência entre esses dois grupos na área (FACCIO, 2016).

Figura 6: Borda de pote cerâmico Kaingang do Sítio Santa Cruz do Anhumas I



Fonte: Faccio (2016, p. 250)

Na área do Sítio Laranjeiras foram encontrados materiais cerâmicos fragmentados na superfície (**Figura 7**), que não apresentam decoração pintada ou plástica, sendo classificados na Tradição Tupiguarani. Trata-se de um sítio de grande porte, localizado nas proximidades de uma APP em estágio de regeneração (**Figura 8**) (FACCIO, 2016).

Figura 7: Fragmentos cerâmicos do Sítio Laranjeiras



Fonte: Faccio (2016, p. 310).

Figura 8: Paisagem do Sítio Laranjeiras, com o Rio Paranapanema ao fundo



Fonte: Faccio (2016, p. 308)

Nas áreas dos sítios Mosquito I e Mosquito II, foram identificados materiais líticos lascados em superfície (**Figuras 9 e 10**), não sendo possível, neste estágio da pesquisa, associá-los a uma tradição arqueológica ou a um grupo indígena (FACCIO, 2016).

Figuras 9 e 10: Lasca de arenito silicificado identificado na área do Sítio Mosquito I



Fonte: Faccio (2016, p. 284).

Dentro do processo de licenciamento ambiental do empreendimento da Empresa COCAL no Município de Nandubara, o estudo do Sítio Nandubara, classificado como sítio de arte rupestre, sendo solicitado pelo Promotor de Justiça, Dr. Gabriel Lino de Paula Pires, do Ministério Público, a criação na área de um Museu a Céu Aberto.

[...] o objetivo de reunir dados para a criação na área do referido sítio de um Museu a Céu Aberto, cujo projeto será realizado pela ArqGeo, sob a coordenação dos arqueólogos José Luiz de Moraes e Daisy de Moraes. O

objetivo é o de abrir o sítio para visitação local e regional, tendo em vista o valor patrimonial e a raridade desse tipo de sítio no Estado de São Paulo. A proposta de Museu a Céu Aberto será implementada após a realização do resgate após aprovação do projeto no IPHAN/SP. (FACCIO, 2016, p. 212)

No estágio atual da pesquisa, ainda não se fez a análise das gravuras de forma contextualizada por painel e na sua relação com os demais painéis do sítio, considerando que ele se localiza em uma APP. Constatamos, durante os trabalhos de campo, o afloramento de água na área a uma profundidade de 10 a 20cm e a presença de várias espécies de gramíneas e trepadeiras no lajeado portador das gravuras rupestres. Recomenda-se, no futuro, uma escavação de superfícies amplas que garanta a exposição das estruturas no sítio para constituir um Museu a Céu Aberto (FACCIO, 2016).

Esse sítio conta com a presença de 60 gravuras rupestres em diversas formas (**Figuras 11 e 12**) como círculos concêntricos, retas e semirretas combinadas em várias direções, círculos e forma antropomórfica, sobre piso de basalto; localiza-se em uma área de terraço do Ribeirão das Pedras que, em período de chuva, se apresenta como uma área de brejo, escorrendo água sobre a maior parte do lajeado que contém as gravuras (**Figura 13**) (KUNZLI, 1991).

Supõe-se que no período de ocupação indígena, a área permanecia seca o ano todo, contando os indígenas com a água e seixos do córrego para a confecção das gravuras. O sítio é reconhecido, atualmente, como parte do Caminho do Peabiru – internacionalmente conhecido pela importância histórica de seu sistema de estradas – rota turística voltada na região para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Oeste Paulista.

Figuras 11 e 12: Gravuras rupestres do Sítio Narandiba



Fonte: Faccio (2016, p. 221)

Figura 13: Vista do lajedo do Sítio Narandiba tomado pela água



Fonte: Faccio (2016, p. 224)

Segundo Kunzli (1991), o Sítio Narandiba encontra-se afetado por fatores mecânicos como fraturas ou rachaduras, fatores químicos como água com agentes em solução, produto de uma depredante ação antrópica e fatores biológicos, como o pisar do gado sobre as gravuras. Além dos sedimentos úmidos do córrego, que ficam nas gravuras, as raízes das plantas da área também comprometem o seu estado de conservação. (KUNZLI, 1991).

Cumprе ressaltar que Kunzli (1991) realizou a limpeza de toda a área das gravuras, identificando os painéis e que ainda escavou trincheiras e áreas de decapagem no entorno do lajeado.

A continuidade do resgate dos vestígios no entorno das gravuras e a criação na área de um Museu a Céu Aberto, representará um importante passo na conservação de cultura indígena da região, dada a raridade de encontrar gravuras rupestres nessa zona, o que faz desse sítio um peculiar ponto de estudo arqueológico.

Nesse marco, a equipe técnica do LAG com apoio do MAI e o ProjPar, desenvolve um Programa de Educação Patrimonial orientado para estudantes e professores de escolas da região, bem como para funcionários da COCAL, compreendendo ações como palestras (**Figura 14**), exposições de materiais arqueológicos (**Figura 15**), distribuição de folders, oficinas (**Figura 16**) e cursos.

Figura 14: Palestra sobre arqueologia regional para funcionários da COCAL



Fonte: Faccio (2015, p. 405)

Figura 15: Exposição de materiais arqueológicos para funcionários da COCAL



Fonte: Faccio (2015, p. 405)

Figura 16: Oficina de pintura Guarani em cerâmica na Escola Estadual de Narandiba



Fonte: Faccio (2015, p. 525)

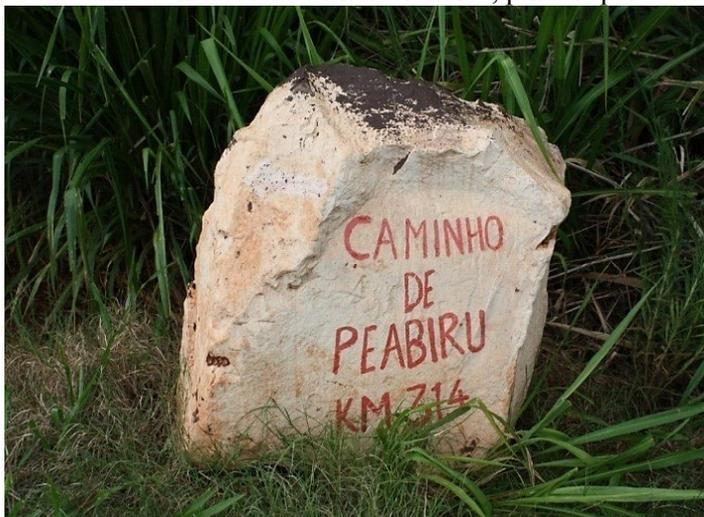
Essas ações contribuem para a formação da consciência popular sobre a herança cultural indígena da região do Oeste Paulista, pelo conhecimento e valorização, daquela paisagem, incentivando uma preservação sustentável de seus costumes e tradições na sociedade atual.

Recomenda-se, no relatório do Diagnóstico Arqueológico Prospectivo e Programa de Educação Patrimonial para a área da COCAL no Município de Narandiba, a construção de um Museu a Céu Aberto para a área do Sítio Narandiba.

2.3 Ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial, vinculadas aos sítios arqueológicos do Município de Narandiba

No Município de Narandiba, existe um grande apego da população local à tradição sociocultural que engloba o Caminho do Peabiru (**Figura 17**), dada a importância desse sistema de rotas. O Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município, criado em 2015, inclui a área do Sítio Narandiba, como lugar por onde transita a rota turística da Peregrinação do Caminho do Peabiru, sendo essa a única atividade cultural que compreendia o patrimônio arqueológico do município naquele momento.

Figura 17: Pedra localizada na área do Sítio Narandiba, pintada pelas autoridades locais



Fonte: Faccio (2015, p. 430)

No ano de 2016, com a declaração do município pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo como Município de Interesse Turístico e a expansão da Empresa COCAL, cujo licenciamento ambiental possibilitou a descoberta de oito sítios arqueológicos no Município – atualmente à espera de serem resgatados nas próximas fases desse licenciamento – as

autoridades municipais mostraram interesse na gestão do patrimônio arqueológico, caso o Museu a Céu Aberto na área do Sítio Narandiba venha a ser implantado.

Nesse contexto, a gestão do patrimônio arqueológico no Município valorizou-se, a partir de diversas ações de educação patrimonial, promovidas pela equipe do LAG e que representaram uma ascensão do trabalho em torno desse patrimônio no território, e que poderá promover as bases para o turismo cultural da região.

Além disto, a Prefeitura Municipal, disposta a cooperar, começou a elaborar uma campanha de doação de peças arqueológicas por parte da comunidade, a fim de conscientizar a população local da importância sociocultural das descobertas arqueológicas do Município. O objetivo é montar na Biblioteca Municipal uma exposição de peças arqueológicas encontradas por moradores locais. A referida biblioteca já está disponibilizando ao público os textos da Coleção “Os Primeiros que Chegaram”, doados pelos moradores no transcurso desta pesquisa (**Figura 18**).

Figura 18: Doação da Coleção “Os Primeiros que Chegaram” à Biblioteca Municipal de Narandiba



Fonte: A autora (2018)

Atualmente, as autoridades locais e principalmente as Coordenadoras Municipais de “Educação” e “Cultura e Turismo” esperam a criação do “Museu a Céu Aberto”, mostrando interesse em criar parcerias com a UNESP e o LAG, para o desenvolvimento de novas ações em Narandiba.

De forma geral, no Município de Narandiba, realiza-se o processo de cadastramento de 14 sítios arqueológicos pesquisados dentro do processo de licenciamento ambiental do empreendimento da empresa COCAL, nos quais ainda não se efetivou o resgate arqueológico.

Além disto, trabalha-se na criação de um Museu a Céu Aberto na área do sítio arqueológico Narandiba, cadastrado no CNSA/IPHAN desde 1999, dada a presença de gravuras rupestres na área localizada em uma APP.

Essa experiência situa o Município em um processo de aprendizagem e expansão do trabalho com o patrimônio arqueológico, com autoridades atualmente dispostas a proteger e promover seu patrimônio arqueológico que, futuramente, contará com um dos mais importantes museus do Oeste Paulista, dada a raridade de encontrar gravuras rupestres naquela região.

Nesse momento, as autoridades locais e a população, sensibilizadas com a temática, começaram, junto à comunidade, um processo de conscientização, da importância desse patrimônio, que afiança a identidade local, em um contexto onde os moradores vinculam o Sítio Narandiba ao Caminho do Peabiru, o qual representa o crescente apego e respeito da população pelas tradições das populações pretéritas que ocuparam aquelas terras.

No contexto de afloramento do trabalho patrimonial, ainda não foram definidos objetivos concretos que possam dar um seguimento ao trabalho desenvolvido, aprimorando sua efetividade, ao serem desenhados estrategicamente para evoluir com a comunidade a atingir, a partir do presente diagnóstico (**Quadros 3**) de potencialidades, limitações e problemas, devendo ser agrupadas por áreas temáticas e incluir sugestões para o aprimoramento das ações no município, com a finalidade de contribuir, a partir da exposição e aprimoramento do estado do trabalho em relação ao patrimônio arqueológico no Município de Narandiba.

Quadro 3: Diagnóstico das principais potencialidades, limitações, problemas do trabalho com o patrimônio arqueológico no Município de Narandiba

Área temática	Potencialidades	Limitações	Problemas	Sugestões
Promoção e Divulgação	<p>O Sítio Narandiba representa um grande atrativo turístico no Município dada a raridade de encontrar gravuras rupestres na região. O Ministério Público pretende tornar o sítio um Museu a Céu Aberto.</p>	<p>A acessibilidade ao sítio depende de um alto investimento. A promoção do sítio não conta com um folder que aborde a significação das gravuras rupestres e apresente figuras delas.</p>	<p>O sítio arqueológico não conta com suficientes materiais para sua divulgação. A Prefeitura não possui recursos para tornar o sítio acessível. A área do sítio encontra-se em uma propriedade particular.</p>	<p>Criar um folheto promocional do Museu a Céu Aberto que exponha: as fotos das gravuras rupestres com seu contexto e significados; a significação sociocultural do Caminho do Peabiru para os povos indígenas e os colonizadores; dados relevantes dos outros sítios arqueológicos do Município; e um mapa da localização do Museu.</p>
Educação Patrimonial	<p>O Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município compreende a promoção do Sítio Narandiba como parte do Caminho do Peabiru.</p> <p>No marco da primeira etapa do licenciamento ambiental da Empresa COCAL foram efetivadas ações de educação patrimonial no Município.</p>	<p>O Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município não aborda a significação das gravuras rupestres do Sítio Narandiba.</p> <p>Não existe nenhum acordo da Coordenadoria de Educação do Município com o LAG, que garanta o desenvolvimento de novas ações de educação patrimonial no Município.</p>	<p>Não é possível gerar sentimentos de respeito e apego por um patrimônio que não se conhece.</p> <p>Não existem documentos que exponham o interesse das autoridades municipais em desenvolver ações educação patrimonial sobre o patrimônio arqueológico, ainda esse seja visível na Prefeitura Municipal.</p>	<p>Após efetivado o resgate das peças dos oito sítios arqueológicos do Município, montar uma sala de exposição para elas, explicando o significação e contexto do resgate de tais peças.</p> <p>Criar um folheto de promoção turística do município para ser oferecido no Museu, que contenha, além da promoção do patrimônio arqueológico, informações de interesse turístico como onde comer, dormir e participar de atividades culturais.</p> <p>Criar em parceria da Coordenadoria Municipal de Educação e a Coordenadoria Municipal de Cultura com a FCT/UNESP, a partir de um convênio ou programa de atividades a ser desenvolvido pela equipe do LAG e MAR nas escolas do Município, com atividades para os estudantes dos distintos níveis de ensino e cursos de capacitação para os professores (tanto da presença indígena no Oeste Paulista como dos resultados do estudo dos sítios arqueológicos de seu Município).</p> <p>Formar monitores no Município para implementar ações na área de Educação Patrimonial.</p>

Área temática	Potencialidades	Limitações	Problemas	Sugestões
Educação Patrimonial	Nas escolas do Município efetiva-se, pelo LAG, no marco do licenciamento em ambiental da Empresa COCAL, um programa de educação patrimonial que expõe a presença indígena no Oeste Paulista.	Não existem materiais didáticos ou textos com fins pedagógicos que possibilitem inserir nas aulas sobre o índio brasileiro as descobertas feitas no Sítio Narandiba.	Esse sítio arqueológico não conta com suficientes materiais para seu estudo nas escolas.	Criar em parceria da Coordenadoria Municipal de Educação com o LAG, um PowerPoint e materiais didáticos específicos para o ensino, nas aulas sobre o índio brasileiro, com as gravuras rupestres descobertas no Sítio Narandiba, além de um texto que possa ser acrescentado ao texto base para o ensino da presença indígena nas aulas do Ensino Fundamental e Médio nas escolas da rede pública de ensino do Oeste Paulista criado pelo LAG.
	A futura criação de um Museu a Céu Aberto no Sítio Narandiba, constituirá um novo espaço para o desenvolvimento de ações de educação patrimonial e gerará novos conhecimentos sobre esse sítio arqueológico.	Inacessibilidade da área do sítio arqueológico e localização em uma APP.	Necessidade de criar um projeto, a partir de uma equipe multidisciplinar que, com o pressuposto destinado à criação do Museu, reúna todos as sugestões para avaliação e emprego como Museu e área de desenvolvimento de atividades de educação patrimonial. No Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do município não se aborda todo o patrimônio arqueológico do mesmo, nem se aborda a raridade de encontrar gravuras rupestres no Oeste Paulista.	Publicar livro sobre os índios no Município de Narandiba. Buscar, junto ao MPF, maior seriedade na criação do Museu a Céu aberto.
Vinculação ao desenvolvimento territorial	O Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do município compreende a promoção do Sítio Narandiba.	Este plano não inclui os sítios arqueológicos Narandiba I e Narandiba II, promovendo o Sítio Narandiba só como parte do Caminho do Peabiru.		Reformular Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do município com assessoria da equipe técnica do LAG no conteúdo referente ao patrimônio arqueológico do município.
	O Sítio Narandiba representa um grande atrativo turístico dada a raridade de encontrar gravuras rupestres na região.	Falta do conhecimento do significado cultural do Sítio Narandiba. Falta de pesquisas na área. Falta de recursos e de pessoal especializado.	Não inclusão no Plano Diretor do Município de seu patrimônio arqueológico.	Incluir no Plano Diretor do Município, funcionários para guardar e limpar a área do sítio de forma contínua.

Área temática	Potencialidades	Limitações	Problemas	Sugestões
Vinculação ao desenvolvimento territorial	A criação de um Museu a Céu Aberto e de uma sala de exposição na sede do Município que deverá repercutir no incremento do turismo e a possível geração de novos postos de emprego.	No caso do Museu a Céu Aberto maior seriedade do MPF para fazer com que a Empresa COCAL cumpra o TAC. Falta de pessoal especializado.	Falta de seriedade no processo de implementação do Museu a Céu Aberto.	Convênio com a UNESP para a realização de ações referentes à implantação do Museu a Céu Aberto e de uma sala de exposição na sede do Município. Criar parcerias com a FCT/UNESP para a realização de novos estudos sobre o patrimônio arqueológico do Município. Incluir no Plano Diretor do Município estratégias para o manejo e gestão da área do Sítio Narandiba.
Proteção e conservação	Legislativamente é exigido em próximas fases do licenciamento ambiental da Empresa COCAL o resgate dos oito sítios arqueológicos recentemente descobertos.	Risco de, uma vez efetivado o resgate e a curadoria das peças, essas não ficarem no Município, ou não contar este material com um espaço para exposição.	A não permanência das peças dentro do Município é um elemento enfraquecedor do trabalho de proteção e divulgação do patrimônio arqueológico no município.	Criar no município uma sala de exposição das peças arqueológicas resgatadas em seus recém-descobertos oito sítios arqueológicos.
	A futura criação de um Museu a Céu Aberto na área do Sítio Narandiba suporá a preservação e proteção de seu patrimônio arqueológico.	Nesse processo de construção, se trabalhará em uma APP, contando com a proteção do patrimônio natural da área.	Supressão de espécies vegetais	Preservar ao máximo as espécies vegetais

Fonte: A autora (2018).

CAPÍTULO III DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Este capítulo apresenta o diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico do Município de Presidente Prudente, para o qual é apresentada uma descrição do Município e dos sítios arqueológicos. O trabalho feito nesse território foi fundamentalmente desenvolvido pelo LAG da FCT/UNESP, em favor do patrimônio arqueológico. Aqui, evidenciamos as limitações e potencialidades das ações efetivas, apresentando sugestões para seu futuro aprimoramento.

3.1 Caracterização do Município de Presidente Prudente

O Município de Presidente Prudente ocupa uma área de 560.637 km², sendo de 16.5600 km² o perímetro urbano, para uma taxa de urbanização de 97,91%, com uma densidade demográfica de 368,89 hab/km², sendo o 36^o mais populoso do Estado de São Paulo, com um índice de população ocupada de 35,9 % (IBGE, 2017).

Sua divisão territorial é distribuída em cinco distritos: Sede, Ameliópolis, Eneida, Floresta do Sul e Montalvão, subdivididos em cerca de 220 bairros, com uma população estimada de 225.271 pessoas no ano de 2017. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,806 considerando como elevado, se comparado com o Estado de São Paulo. Seu Produto Interno Bruto (PIB), per capita, é de R\$30.817,38/ano (MACEDO, 2006; IBGE, 2017).

O marco central da Sede do Município, instituído pela Lei 5005/97, está localizado na Praça Monsenhor Sarrion, no centro da cidade, defronte à Catedral de São Sebastião, nas coordenadas cartográficas: 459.956,75 Leste e 7.553.529,23 Norte, Latitude 22°07'21,06" S e Longitude 51°23'17,71" W, Greenwich (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2014).

Limita-se ao norte com os municípios de Flora Rica, Florida Paulista e Martinópolis; ao sul com Pirapozinho e Regente Feijó; a leste com Caiabu e a oeste com Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Santo Expedito. Tem uma temperatura média anual de 21,6 °C e uma precipitação média anual de 1.207 mm (ABREU, 1972; IBGE, 2017a). Localiza-se a 475 metros acima do nível do mar, em um terreno de relevo ondulado da bacia do Rio Paraná, que se estende por toda a região; 70% da água empregada no município é proveniente

do Rio do Peixe e os outros 30% são captados do Rio Santo Anastácio e em pequenos reservatórios subterrâneos do município (IBGE, 2017).

O município possui uma arborização de vias públicas de 95,9 % e uma urbanização de vias públicas de 34,6 %, contando com o Aeroporto Ademar de Barros, o segundo maior em movimento do Estado de São Paulo e um importante entroncamento viário que facilita e oferece acesso a várias regiões:

- SP 270 - Rodovia Raposo Tavares ligando São Paulo a Presidente Prudente e P. Eptácio a Mato Grosso do Sul
- SP 501 - Rodovia Júlio Budisk Ligando Presidente Prudente a SP 294 Comandante João Ribeiro de Barros
- SP 425 - Rodovia Assis Chateaubriand - Ligando Presidente Prudente com Santo Inácio e posteriormente com São José do Rio Preto e divisa com Minas Gerais (UNOESTE, 2008; IBGE, 2017).

Dada a privilegiada localização geográfica de Presidente Prudente, o município caracteriza-se como ponto de passagem para aqueles que irão para o Paraná e Mato Grosso, e ponto de chegada para quem se dirige para o Oeste Paulista, conferindo-lhe o título de fornecedor e receptor de mercadorias, produtos e serviços (LEITE, 1972).

A História da formação desse município remonta à ocupação por tribos indígenas do tronco linguístico Tupi-Guarani como as Guarani e Kaingang (FACCIO, 2010), iniciando-se, com a chegada dos conquistadores, uma contínua luta entre indígenas e, que resultou na expulsão das tribos indígenas de suas terras (HENRIQUE; PAULA, 2010).

Em 1865, o aumento da população do território começou com a chegada daqueles que para ali fugiam dos chamados de tropas para lutarem na Guerra do Paraguai e a abertura, em 1893, da primeira estrada que conectaria Campos Novos do Paranapanema ao Rio Paraná, até chegar ao Estado de Mato Grosso, somando-se a esses fatos a expansão da ferrovia em direção ao oeste brasileiro (SILVA, COSTA, 2013).

Em 14 de setembro de 1917, data da chegada do coronel Francisco de Paula Goulart é comemorado como o dia da fundação da cidade. Esse fazendeiro arrendou e parcelou grande parte de sua terra para a plantação de café e pediu ao engenheiro responsável pela construção do terminal ferroviário – pertencente à crescente estrada de ferro de Sorocabana – para desenhar uma avenida em frente à estação -- hoje Avenida Washington Luis – que serviu como um centro para o abastecimento dos colonos da nascente Vila Goulart (ABREU, 1972;

IBGE, 2017a). Em 1919, chegou à região o Coronel José Soares Marcondes, para criar um núcleo urbano em sua parcela de terra, tendo a Companhia Marcondes de Colonização Indústria e Comércio fornecido aos habitantes da nascente Vila Marcondes escolas e centros médicos (MACEDO, 2006).

A expansão da ferrovia e o parcelamento de terras trouxeram novos colonos às Vilas Goulart e Marcondes, que se uniram em uma única vila, a qual, depois de receber vários nomes, foi chamada de Presidente Prudente, em homenagem ao primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, recebendo a categoria de município e distrito com esse nome, pela Lei nº 1798, de 11 a 28 de janeiro de 1921, sendo o lema da cidade: “Labor omnia vincit”, ou seja “o trabalho tudo vence” (ABREU, 1972).

O Município prosperou economicamente durante a década de 1920, graças à extração de madeira, a atividade pecuária e a plantação de café. Estima-se que a produção de café, em 1927, atingiu dez milhões de pés no Município, sendo, na época, a cultura do café sua principal atividade econômica (HENRIQUE; PAULA, 2010).

Em 1924, iniciaram-se os serviços de fornecimento de energia elétrica à cidade - pela Companhia Marcondes de Colonização Indústria e Comércio - e, em 1925, foram oficializados os serviços religiosos prestados pela Igreja Católica, com a criação da Paróquia São Sebastião (HENRIQUE; PAULA, 2010).

Em 1925, foi criado o primeiro Grupo Escolar, hoje Escola Estadual Professor Adolpho Arruda Mello, em 1926 a primeira Casa de Saúde e, em 1928, a Inspeção Distrital de Ensino, transformada, em 1932, em Delegacia de Ensino (ABREU, 1972; IBGE, 2017a).

No ano de 1929, a crise econômica levou à substituição das plantações de café pelas plantações de algodão, o que proporcionou maiores lucros e atraiu empresas estrangeiras para investir nessa indústria, começando, assim, a industrialização do território (HENRIQUE; PAULA, 2010).

Nas décadas de 1930 e 1940, a plantação de algodão foi acompanhada de menta e amendoim, fortalecendo a atividade agropecuária com o emprego de gado como fonte de alimentos e animais de tração. Em 1940, o Município somava 12.637 habitantes na área urbana e 57.879 na área rural (LEITE, 1972; HENRIQUE; PAULA, 2010).

Nos anos 1950 e 1960, foram instalados os primeiros frigoríficos e implantou-se o primeiro Distrito Industrial, que fez do Município um forte centro comercial, prestador de serviços, em um dos principais polos industriais, culturais e de serviços do Estado,

considerado a Capital do Oeste Paulista (MACEDO, 2006; MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO PREFEITO ANTÔNIO SANDOVAL NETTO, 2015).

Presidente Prudente foi o primeiro município do oeste paulista a ter um shopping, inaugurado, no dia 19 de novembro de 1986, o “American Shopping Center”⁵, seguido em 19 de novembro de 1990 pelo “Prudenshopping”, complexo comercial, que recebe meio milhão de consumidores por mês (UNOESTE, 2008).

Atualmente, o Município conta com 445 indústrias, que incluem 58% das indústrias associados à Fiesp/Ciesp, instaladas na região do Oeste Paulista, constituindo um total de 9.736 empresas atuantes no município, 10.101 unidades locais e quatro zonas industriais: NIPP I Núcleo Industrial Presidente Prudente Antônio Crepaldi, NIPP II Núcleo Industrial Presidente Prudente, NIPP III Núcleo Industrial Não Poluente Belmiro Maganini e NIPP IV Distrito Industrial Não Poluente Antônio Onofre Gerbasi (IBGE, 2017; CIESP, 2018).

As referidas zonas industriais ocupam uma área total de 45 alqueires e cobrem as mais diversas áreas produtivas, tais como: indústria e comércio de motores, móveis, extintores, material de limpeza, indústria de argamassa, indústria de bebidas, estruturas metálicas, produtos agrícolas, produtos agropecuários, produtos elétricos, equipamentos rodoviários, confecções, aparelhos hospitalares, produtos farmacêuticos, calçados, baterias, produção de sementes, lapidação de pedras, mármore e granito (MACEDO, 2006; PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2014).

São diversas as manifestações religiosas presentes no Município. Embora tenha se desenvolvido sob uma matriz social eminentemente católica, é possível encontrar atualmente na cidade dezenas de denominações protestantes diferentes. De acordo com dados do censo de 2010, do IBGE, a população de Presidente Prudente é composta por 64,31% de católicos apostólicos romanos; 26,69% evangélicos; 4,24% sem religião; 1,11% espíritas; 0,68% testemunhas de Jeová; 0,41% budistas; 0,19% mórmons; 0,10% católicos apostólicos brasileiros; 0,08% umbanda e candomblé; 0,04% católicos ortodoxos; 0,04% agnósticos e 0,03% esotéricos (IBGE, 2010).

A cidade, como foco central do comércio na região, tem um crescimento sociocultural em temas como espaços de saúde, educação e recreação. De acordo com dados do IBGE, no ano 2010, Presidente Prudente contava com 91 unidades de saúde – 58 privadas e 33 públicas – incluindo oito hospitais gerais e um total de 3,571 profissionais de saúde, sendo a mortalidade infantil de 12,15 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2017).

⁵ Em 2007 esse shopping foi comprado pela General Shopping Brasil, mudando seu nome para o atual “Prudente Parque Shopping”.

No campo educacional, o Município conta com uma taxa de alfabetização de 98%, com um total de 2.673 professores e 40.639 alunos matriculados em 193 escolas públicas e privadas, que incluem duas universidades – UNESP e UNOESTE; uma faculdade – FATEC; - , um Centro Universitário "Antônio Eufrásio de Toledo" e sete faculdades de Ensino a Distância, que o consolidam como um forte polo educacional da região (IBGE, 2010).

A cidade transmite informação para toda região do Oeste Paulista e possui um sofisticado sistema de telefonia e rede de internet via rádio. Conta com dois Jornais diários principais (O Imparcial e Oeste Notícias), duas Revistas (Destaque e Chic), 12 Emissoras de Televisão (sendo duas emissoras locais e dez retransmissoras), nove Emissoras de Rádio (quatro AM e cinco FM) e um Sistema de Transmissão de TV a Cabo (TVCabo) (MACEDO, 2006).

Presidente Prudente conta com uma importante tradição cultural, que vai desde o seu artesanato chegando ao teatro, à música e ao esporte, além do atletismo que se destaca internacionalmente. O Festival Nacional de Teatro e as atividades da Rede Popular de Cultura fazem da cidade um polo irradiador de cultura com espaços como: o Parque do Povo, a Cidade da Criança, o Sesc Thermas, o Centro Cultural Matarazzo e o Rancho Quarto de Milha (MACEDO, 2006).

O Centro Cultural Matarazzo conta com um complexo envolvendo a Biblioteca Municipal Dr. Abelardo de Cerqueira César, Escola Municipal de Artes Professora Jupyra Cunha Marcondes, Teatro Paulo Roberto Lisboa, Auditório Sebastião Jorge Chammé, Cinema Condessa Filomena Matarazzo, Boulevard Os Sombras, Os Temperamentais, Boulevard Praça dos Seresteiros de Presidente Prudente, Praça Coreto Francisco Artoni, Coreto, Salas Multiuso, Galerias e Ateliê (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2014).

A Cidade da Criança abrange 70 hectares de área verde com infraestrutura, possuindo atrativos como: Teleférico, Trilha Ecológica, Zoológico, Parque Infantil, Kartódromo, Planetário, Observatório Astronômico, Parque Aquático, Associação dos Pescadores, Escola Livre do Meio Ambiente e dois lagos (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2014).

A Secretaria de Cultura do Município é a encarregada de viabilizar e fomentar a formação artística e cultural da comunidade, que desenvolve suas ações através de quatro setores: difusão; formação; livro e leitura e preservação e patrimônio histórico, estando essa última dedicada à conscientização e preservação da memória e do patrimônio histórico da

cidade de Presidente Prudente (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2017).

A Escola Municipal de Artes é a principal executora do setor formação, “comprometida com o processo de desenvolvimento cultural do cidadão, buscando a sua formação artística e intelectual, capacitando-o a conhecer, aceitar e transformar a sua realidade através da arte” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2017, p. 2), e desenvolvendo diversas ações entre as quais se encontram os cursos dos instrumentos: piano, violão, violino, violoncelo, baixo acústico, flauta transversal, saxofone, trompete, trombone, trompa, tuba, oboé, teclado, guitarra, flauta doce, contrabaixo e clarinete.

O fomento da leitura é promovido em diversas ações pela Biblioteca Municipal Dr. Abelardo de Cerqueira César; Biblioteca Móvel; Biblioteca Pública Municipal Dra. Suzel de Carvalho Nalini Paschoalin e Biblioteca do Centro de Artes e Esportes Unificados Samoel Brondi, encarregadas de expandir a leitura como um espaço de livre acesso à informação fundamental para o desenvolvimento cultural da população (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2017).

Conta em seu Museu Municipal e Arquivo Histórico “Prefeito Antônio Sandoval Netto” com documentos, livros, fotos, mapas, plantas, discos e revistas, que compõem a história da cidade desde sua fundação e podem ser consultados gratuitamente pela comunidade. Nele encontra-se o livro História de Presidente Prudente, escrito pelo historiador e ex-diretor do Museu, Ronaldo Macedo (MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO PREFEITO ANTÔNIO SANDOVAL NETTO, 2015).

A cidade tem um aplicativo, iniciativa da Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação, para a divulgação de eventos culturais, realizado pela Secretaria de Cultura do Município com o nome Agendapp (Agenda Cultural de Presidente Prudente), pelo qual é possível conhecer as atividades culturais que aconteceram na cidade (MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO PREFEITO ANTÔNIO SANDOVAL NETTO, 2015).

Também, semanalmente, realizam-se 16 feiras livres, de terça-feira a domingo em diferentes bairros, com a participação de cerca de 480 feirantes, a fim de estimular a venda direta dos produtores de hortifrutigranjeiros à população local (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2014).

Ainda se destacam diversos projetos como:

- Alegria de Ensinar e de Aprender com o objetivo de refletir sobre a utilização de materiais e recursos didático-pedagógicos na escola, visando tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e prazeroso.
- Acompanhamento do Processo de Ensino Aprendizagem, com o objetivo de levantar dados sobre o processo de ensino-aprendizagem na rede municipal de ensino.
- Educação Tecnológica com o objetivo de estabelecer uma política de inclusão digital na Rede Municipal de Educação, disponibilizando as novas tecnologias da informação e comunicação às escolas públicas como recurso do processo de ensino-aprendizagem (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2014).

Destaca-se, além desses, o Programa de Educação Ambiental, onde se encontra o Projeto Aprendendo com a Natureza, desenvolvido em escolas próximas de bairros rurais com a finalidade de trabalhar a conscientização da preservação do meio ambiente junto às crianças da zona rural, para o que os alunos recebem material apostilado, participam de palestras, apresentações de vídeos, trabalhos de campo como plantio de árvores e caminhadas ecológicas; e, também, o plantio de mudas de espécies nativas e a realização de projetos para recuperação de áreas degradadas (SILVA, COSTA, 2013; PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2014).

Há mais quatro projetos de Microbacias Hidrográficas, desenvolvidos em parceria com o Governo de São Paulo por meio da Secretaria Estadual da Agricultura, os quais têm por objetivo recuperar e preservar os recursos naturais através da conservação do solo, plantio das matas ciliares, utilização racional da água e melhorar a qualidade de vida do produtor rural e sua família, sendo esses projetos:

- MBH Córrego da Onça II (Bairro Montalvão)
- MBH Córrego do Cedro (Bairro Aeroporto)
- MBH Córrego do Pereira (Bairro de Eneida)
- MBH Córrego Primeiro de Maio/Timbuí

O diagnóstico ambiental do Município – incluído no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – expõe a ocorrência de uma degradação do solo agrícola devido ao mau manejo dos instrumentos, provocando erosões em áreas utilizadas por agricultura e pastagens; uma redução do potencial produtivo do solo agrícola e aparição de

áreas críticas de desmatamento com problemas de assoreamento de córregos, nascentes e rios, desprovidos de mata ciliar (ROCHA, GONÇALVES, 2010).

3.2 Pesquisas da FCT/UNESP e USP

3.2.1 O Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia

O Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia (CEMAARQ) teve seu início na criação, em 1972, do Museu Etnográfico da FCT/UNESP, que expunha peças do artesanato indígena – fundamentalmente brasileiro – com o objetivo de apresentá-las à comunidade e aos estudantes da região. Em 1981, o Museu Etnográfico foi transformado em “Laboratório de Estudos Antropológicos”, mas manteve sua função de museu (GUIA DAS ARTES, 2015).

Em 1983, foi criado na FCT/UNESP, o “Laboratório de Estudos Arqueológicos” com uma equipe que participou de diversos projetos e que, em 1991, fundiu-se em um só prédio com o “Laboratório de Estudos Antropológicos” abrangendo esse espaço uma exposição de longa duração e a reserva técnica. No ano de 2001, os laboratórios fundiram-se para criar o “Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia” (CEMAARQ) (GUIA DAS ARTES, 2015).

Na História do CEMAARQ, ressaltam figuras como a Profa. Dra. Ruth Künzli, Professora Emérita, arqueóloga e fundadora desse centro e o Prof. Dr. José Martin Suarez, que em seus 41 anos como docente da UNESP, desenvolveu trabalhos nas áreas de Geologia e Paleontologia, encontrando restos fósseis de uma espécie de crocodiloforme (antepassado dos crocodilos), que habitou a região há 80 milhões de anos e descobrindo a espécie de tartaruga “Podocnemis elegans” (CORREIA, 2014).

O CEMAARQ (**Figura 19**), como centro de pesquisa e museu, sente-se comprometido com a sociedade, orientando seu trabalho para sensibilizar e promover na população o patrimônio cultural contido em seu acervo, empreendendo um diálogo constante com os diferentes públicos que o frequentam (KUNZLI, MATSUZAKI, 2005).

Atualmente, conta com um acervo de 100.000 peças, composto de cestarias, arte plumária, cerâmicas, armas, enfeites, instrumentos musicais, colares, pedra lascada e polida, fósseis de Saurios e Quelônios da era Mesozoica, entre outras peças. Aproximadamente 2.500 peças desse acervo correspondem a artefatos das atuais tribos indígenas do Brasil, contando

com uma exposição permanente dividida em três áreas: Etnologia, Arqueologia e Paleontologia (KUNZLI; MATSUZAKI, 2005).

Figura 19: Vista da entrada do Museu do CEMAARQ



Fonte: A autora (2018).

Esse acervo contém tanto peças indígenas contemporâneas como peças pré-históricas, ressaltando nele a presença de uma parte do Fêmur de um Titanossauro, encontrada na região de Presidente Prudente, exposta na área de Paleontologia. As peças foram obtidas por doações, aquisições e pesquisas de campo feitas no Estado de São Paulo, nos projetos “Décima Região Administrativa” e “Salvamento Arqueológico de Porto Primavera”, nos quais se fez o cadastro de mais de 134 sítios arqueológicos, dos quais 16 foram escavados pela equipe do CEMAARQ (ESTEVAM, KUNZLI, 2004).

O CEMAARQ, cujo objetivo é apresentar aos visitantes uma ideia da riqueza da cultura indígena pré-histórica e atual, pretende transmitir os valores de seu acervo mediante o debate e a diversão com os visitantes que, no ano de 2017, foram 4.129 pessoas (MILANI, CABRERA, KUNZLI, 2017). Sua equipe de monitores está capacitada para atender os diferentes públicos, adequando os conteúdos e as atividades de acordo com os objetivos e nível de compreensão do público em questão (faixa etária, grau de escolaridade) desenvolvendo atividades como “Hora da Lenda”, “Hora da Música” e “Sensibilidade Tátil”.

Também, desenvolve constantes pesquisas, expostas por meio de publicações e de dois projetos de extensão universitária: “Museu-escola, dialogando com a interdisciplinaridade” e “Circuito Científico Cultural”, realizando um trabalho de caráter educativo – dentro e fora do Campus da FCT/UNESP – destinado a fomentar a cultura indígena brasileira (ROCHA, BIGONI, KUNZLI, 2009).

O Projeto “Circuito Científico Cultural”, cujo folder promocional é entregue a cada visitante do museu (**Apêndice 1**), tem o intuito de coordenar e articular atividades de visitas aos vários setores da faculdade e aprimorá-las, permitindo um melhor aproveitamento das visitas ao Campus. O projeto também visa difundir as pesquisas realizadas na FCT/UNESP, como o Show da Química e o Show da Física. Ainda prevê a visita à Estação Meteorológica; ao Laboratório de Solos; ao Laboratório de Geologia, Geomorfologia e Recursos Hídricos e ao Centro de Ciências e ao Museu do CEMAARQ (SALAS, 2018).

O projeto “Museu-Escola: Dialogando com a Interdisciplinaridade”, tem o objetivo de levar a compreensão acerca de assuntos relacionados às três áreas de exposição do museu: arqueologia, antropologia e paleontologia, contextualizando o aprendizado na sala de aula dos visitantes, com os temas abordados durante a visita ao museu (LEAL, 2018).

Nesse contexto, o CEMAARQ serve também como local para o desenvolvimento anual de atividades dentro da Semana do Meio Ambiente, Semana do Índio (**Figura 20**), Semana Nacional de Museus, Semana do Folclore (**Figura 21**), Semana de Primavera em Museus e Dia do Saci (SALAS, 2018; LEAL, 2018).

Além dessa série de atividades desenvolvidas pelo CEMAARQ, sua equipe estuda o patrimônio arqueológico do Município de Presidente Prudente, sendo responsável pelo resgate e registro dos seis sítios arqueológicos conhecidos até o momento no município (ROCHA, BIGONI, KUNZLI, 2009).

Figura 20: Atividade no Museu do CEMAARQ na Semana do Índio



Fonte: Milani, Cabrera, Kunzli (2017, p. 6)

Figura 21: Jogo de perguntas e respostas sobre Folclore desenvolvido no Museu CEMAARQ na Semana do Folclore



Fonte: Milani, Cabrera, Kunzli (2017, p. 13)

3.2.2 O Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudo da Paisagem (LAG) e o Museu de Arqueologia Regional (MAR)

O Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudo da Paisagem (LAG) foi criado no ano de 1988, tendo sua instalação na sala dos professores, do prédio Docente III da FCT/UNESP, até 5 de maio de 2006, quando foi transferido para o Núcleo Morumbi da FCT/UNESP - Rua Dr. Cyro Bueno, nº 40, dada a necessidade de ampliar suas instalações e a inauguração do Museu de Arqueologia Regional (MAR), com o apoio da FCT/UNESP e da USP, no contexto de desenvolvimento do Projeto Paranapanema e o projeto “Museu/Universidade: a extroversão do conhecimento” (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA DA FCT UNESP, 2006).

O LAG centra seu trabalho no registro, estudo, conservação e divulgação das culturas indígenas do Estado de São Paulo, promovendo-os mediante os projetos “Museu/Universidade: A Extroversão do Conhecimento”, “A Pré-História Contada Por Meio dos Objetos” e “Memória étnica em comunidade indígena: cultura, identidade e história”, os quais recebem o apoio da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) e do Núcleo de Ensino da UNESP, além do apoio de diversas Prefeituras⁶, para a realização de ações de impacto em nível do patrimônio arqueológico regional, priorizando ações como exposições, ministração de oficinas, palestras, capacitações para professores, produção de textos e de materiais didáticos para o ensino da presença indígena no Oeste Paulista.

⁶ As Prefeituras que apoiam o projeto são: Iepê, Nandiba, Junqueirópolis, Indiana e Tupã.

Ao longo de sua história, o LAG desempenha um papel chave no desenvolvimento de programas de educação patrimonial na região do Oeste Paulista e estudo de sítios arqueológicos pré-históricos. Ele registra, em suas conquistas, a criação, em 2006, do Museu de Arqueologia Regional (MAR) (**Figuras 22 e 23**). O MAR conta com a experiência e profissionalismo de sua equipe, liderada pela Professora Livre-Docente Neide Barrocá Faccio.

Figuras 22 e 23: Fachada e identificação da sala de administração do MAR



Fonte: A autora (2018).

O MAR tem por objetivo levar à comunidade os conhecimentos produzidos na UNESP sobre a presença indígena no Estado de São Paulo, sempre à disposição para receber a população e pesquisadores interessados nas temáticas de Arqueologia, Antropologia e Educação Patrimonial, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de cidadãos conscientes do valor do patrimônio arqueológico e da importância de sua conservação.

As instalações do MAR foram remodeladas em 2018, a fim de ampliar sua sala de exposições e contar com uma área dedicada à realização de oficinas e atividades de educação patrimoniais (**Figuras 24, 25, 26 e 27**), que permitam elevar a qualidade do serviço oferecido ao público, bem como atender deficientes sociais e cadeirantes.

O MAR expõe, permanentemente, materiais arqueológicos de diversos municípios do Estado de São Paulo (**Figuras 28 e 29**), onde foram encontrados sítios indígenas das culturas Guarani, Kaingang e Kayapó, além de contar com exposições transitórias e oferecer oficinas gratuitas, com o fim de motivar o interesse e a curiosidade da população pela cultura indígena da região.

Figura 24: Visita guiada por monitores ao MAR



Fonte: A autora (2018)

Figura 25: Visita guiada por monitores ao MAR onde se mostram as instalações do LAG para explicar a curadoria das peças



Fonte: A autora (2018)

Figuras 26 e 27: Oficina de lascamento em pedra realizada no MAR, com estudantes de Fisioterapia da UNESP



Fonte: A autora (2018)

Figuras 28 e 29: Vista à exposição do MAR



Fonte: A autora (2018)

O LAG e o MAR, acreditando na premissa de que um povo que conhece seu patrimônio e com ele se identifica, passa a respeitá-lo e a valorizá-lo, e se encontra comprometido para defender a educação patrimonial no ambiente escolar como um importante instrumento na salvaguarda do patrimônio (FACCIO, 2011).

Nesse sentido, as ações do LAG/MAR apresentam conhecimentos ao público, que contribuem para a sensibilização das pessoas, sobre a importância da memória histórica dos povos indígenas, pilares da formação da sociedade brasileira e fomentam a popularização desses conhecimentos como parte do fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania da população da região.

O LAG e o MAR desempenham um árduo trabalho na divulgação dos resultados de suas pesquisas tanto no âmbito acadêmico e comunitário, como na rede de ensino estadual, desenvolvendo diversas ações como:

- Realização de palestras sobre “O período pré-histórico do Oeste Paulista”, com apresentação de multimídia e vídeo;
- Realização de exposições itinerantes de peças arqueológicas e réplicas, em escolas, comunidades e lugares de interesse cultural;
- Realização de atividades na Reserva Indígena Vanuíre;
- Ministração de oficinas de produção de cerâmica Guarani;
- Ministração de oficinas de pintura Guarani em cerâmica;
- Ministração de oficinas de arte rupestre;
- Ministração de oficinas de lascamento em pedra;

- Capacitação dos professores da rede pública de ensino, sobre a presença indígena no Oeste Paulista;
- Elaboração e distribuição de textos e diversos materiais didáticos sobre a pré-história do Oeste Paulista para uso acadêmico no Ensino Médio e Fundamental;
- Elaboração de painéis e folhetos que complementam as exposições itinerantes;
- Visitas guiadas de turmas estudantis a sítios arqueológicos da região;
- Realização de perícias em sítios arqueológicos a pedido da comunidade;
- Realização de perícias na modalidade de arqueologia de contrato, com sua consequente inscrição dos sítios descobertos no CNSA/IPHAN, resgate desses sítios e execução de programas de educação patrimoniais na área;
- Montagem de exposições, treinamento de monitoria e monitoramento de visitas no MAI e MAR.

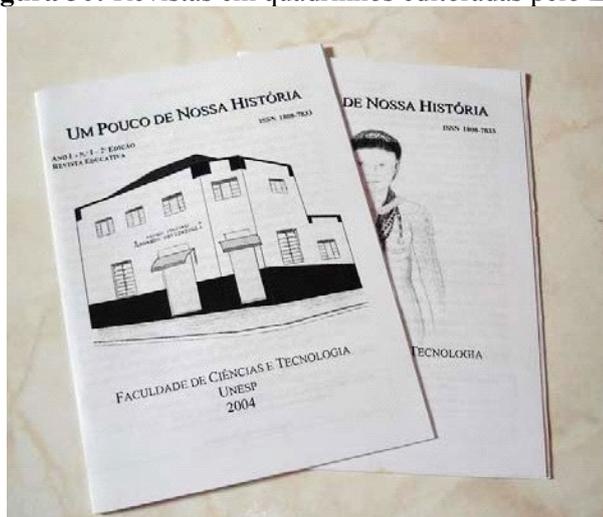
Ao lado disso, são executadas, continuamente, diversas iniciativas como workshops e publicações, tendo um forte programa de atividades na Semana do Meio Ambiente, Semana do Índio, Semana Nacional de Museus, Semana do Folclore e a Semana de Primavera em Museus.

Entre suas principais publicações, encontram-se os textos “Os primeiros que chegaram”, “Paisagens culturais do Estado de São Paulo” e “Cultura, Arqueologia e Etno-história”, publicados em parceria com a Editorial Canal 6, assim como diversos materiais de educação patrimonial (**Figura 30**) para o ensino da cultura indígena do Oeste Paulista na rede pública de escolas, representando uma importante contribuição a divulgação, da Coleção “Um pouco da nossa história”.

Esses materiais partem da premissa de que a inserção desse conteúdo na sala de aula representa um estímulo para que os alunos valorizem e protejam, de maneira mais consciente, o patrimônio arqueológico de seu território. Além disso, constituem um recurso à disposição dos professores que, em diversas ocasiões, carecem de textos para a preparação das aulas dessa temática (FACCIO, 2011).

Cabe ressaltar que os integrantes da equipe do LAG e o MAR realizam em seus trabalhos de campo (**Figuras 31 e 32**) coletas e resgate dos vestígios arqueológicos, a curadoria, catalogação e restauração das peças encontradas, além da divulgação dos resultados das pesquisas em diversos meios.

Figura 30: Revistas em quadrinhos editoradas pelo LAG



Fonte: Faccio (2000, p. 272)

Figuras 31 e 32: Equipe do LAG nos trabalhos de campo no Sítio Itaí, Paulicéia, SP



Fonte: A autora (2018).

Cada peça coletada em campo é limpa, lavada ou escovada, dependendo do seu grau de conservação, e logo registrada, escrevendo-se visivelmente um código composto de três letras e cinco números, que representam ordenadamente: o nome do sítio de onde foi retirada a peça; o número sequencial de seu registro; a quadra de onde foi retirada; a quadrícula de onde foi retirada e o nível em que se encontrava (FACCIO, 2011).

O restauro das peças (**Figura 33**) é feito começando pela base até unir todas as peças com argila e cola branca. O processo de restauro requer uma grande paciência e cuidado, uma vez que as peças devem ser montadas por etapas, para que o material seque e seja possível completar o corpo do objeto.

Figura 33: Restauro de uma urna funerária Guarani



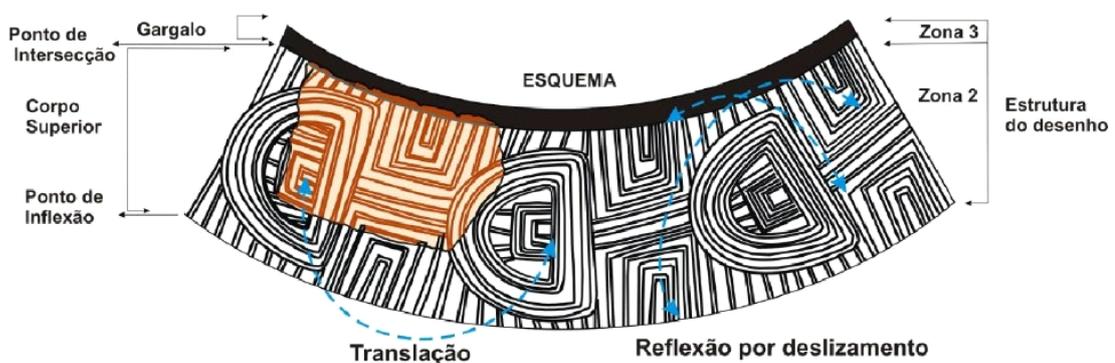
Fonte: Faccio (2017, p. 227)

Também é realizada, em muitos casos, a reconstituição gráfica da forma de objetos (**Figura 34**), a partir do desenho de bordas que tenham boca com mais de 10cm de diâmetro, com ajuda de softwares especializados e, de igual maneira, é feita a reconstituição dos motivos gráficos das pinturas da cerâmica indígena. Nesse último caso, partindo dos motivos reconstituídos, não é completada a pintura de nenhuma peça, para não interferir no registro arqueológico; os desenhos reconstituídos são empregados apenas nas análises das peças.

São feitas, também, diversas reproduções de peças arqueológicas (**Figuras 35 e 36**), com a dupla função de testar o procedimento e as ferramentas empregadas para sua confecção e, posteriormente, servir como peças que podem ser manuseadas pelo público.

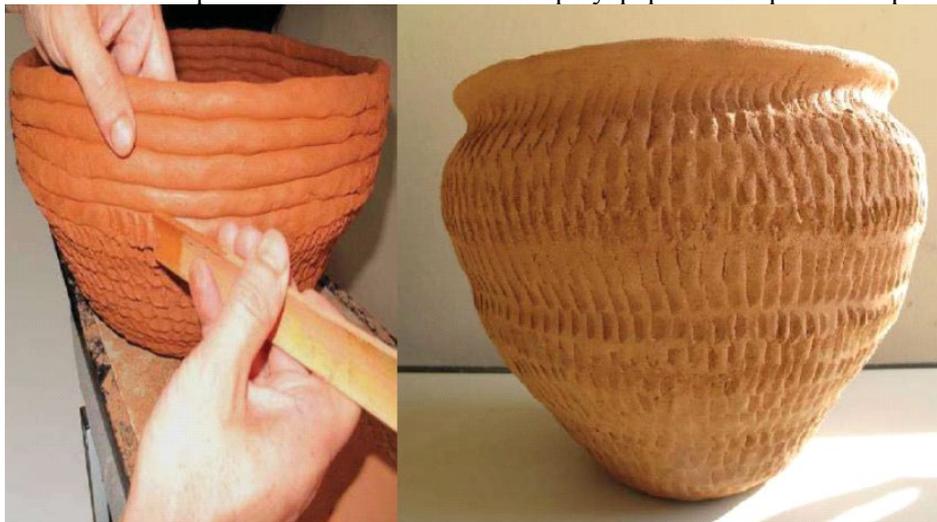
Diante do exposto, evidenciamos o importante papel do LAG e do MAR na preservação e difusão do patrimônio arqueológico do Oeste Paulista, como herança cultural do povo brasileiro no Estado de São Paulo.

Figura 34: Reconstrução digital do padrão do esquema de desenho presente em uma vasilha Guarani



Fonte: Baco (2018, p. 138).

Figuras 35 e 36: Réplica de uma vasilha Guarani tipo yapepó com superfície espatulada



Fonte: Baco (2012, p. 171).

3.3 Caracterização dos sítios arqueológicos do Município de Presidente Prudente

No Município de Presidente Prudente, estão registrados seis sítios arqueológicos: Balotari, Cagnin, Cotini, Ferreira, Mandaguari e Fazenda Pagador (**Figura 37**). Desses, dois estão cadastrados no CNSA/IPHAN: Fazenda Pagador e Balotari. No caso desse último, registra-se como se fossem três sítios Balotari I, II e III. Mas estudos posteriores a seu cadastro e desenvolvidos pelo CEMAARQ, comprovam que se trata de três setores de ocorrência de materiais arqueológicos na área de um mesmo sítio, referenciado durante a presente pesquisa como Balotari (CABRERA, 2017).

Esses sítios arqueológicos, todos do grupo indígena Guarani, estão localizados próximos a APPs, em meia encosta, com um córrego ou ribeirão na base (ROCHA, GONÇALVES, 2010; FACCIO et al., 2017c).

As pesquisas desenvolvidas nesses sítios arqueológicos os classificam na Tradição Tupi-guarani, mas ainda não possuem datação, nem foi concluída a curadoria e análise das peças resgatadas. A pesquisa de pós-doutorado “Ações de curadoria para a análise da Arqueologia Regional do Oeste Paulista”, do Dr. Jean Ítalo de Araújo Cabrera, em fase de conclusão, trará novos dados sobre os sítios arqueológicos de Presidente Prudente.

Portanto, a informação disponível sobre esses sítios arqueológicos são os relatórios das pesquisas desenvolvidas pelo CEMAARQ, não disponíveis para estudo, e os relatórios parciais da referida pesquisa de pós-doutorado, em fase de conclusão, esses disponíveis para pesquisa.

Figura 37: Localização dos sítios arqueológicos Guarani de Presidente Prudente



Fonte: Cabrera (2017) A autora (2017)

Nesse contexto, as pesquisas efetuadas no Município indicam que os sítios Cotini e Fazenda Pagador, apresentam material cerâmico fragmentado na superfície (**Figuras 38 e 39**), sendo o último pesquisado no ano 1986, pelo Prof. Livre Docente José Luiz de Morais,

constatando-se a presença do material cerâmico fragmentado disperso em uma extensa área coberta por pastagens (CABRERA, 2017).

Figuras 38 e 39: Peças com decorações incisa e escovada do Sítio Fazenda Pagador



Fonte: Cabrera (2017, p. 62)

O Sítio Balotari, classificado como uma ocupação Guarani, foi diagnosticado, no ano 1985, sob a coordenação da Profa. Dra. Ruth Kunzli. Nele foram encontrados materiais líticos lascados e materiais cerâmicos fragmentados, com e sem presença de pintura (**Figura 40**) (CABRERA, 2017).

Figura 40: Cerâmica do Sítio Balotari



Fonte: Cabrera (2017, p. 43)

O Sítio Mandaguari, classificando como uma ocupação Guarani, foi diagnosticado, no ano 1989, a partir de informações dadas pelo proprietário da área ao encontrar fragmentos cerâmicos no preparo da terra para plantio de milho. Ele foi pesquisado, igualmente, pela equipe do CEMAARQ, sob a coordenação da Profa. Dra. Ruth Kunzli (CABRERA, 2017).

Nos trabalhos de campo nesse sítio, foram evidenciados materiais cerâmicos entre os quais se destacam duas urnas funerárias em bom estado de conservação, uma delas contendo em seu interior uma pequena vasilha cerâmica e ossos (**Figuras 41, 42 e 43**), além de lítico polido e lascado e um colar de ossos (CABRERA, 2017).

Figura 41: Urna funerária com fragmentos de uma pequena vasilha e ossos em seu interior no Sítio Mandaguari



Fonte: Cabrera (2017, p. 45)

Figuras 42 e 43: Vista da área do Sítio Mandaguari



Fonte: A autora (2018)

Nos trabalhos de campo desenvolvidos no ano 1990, na área do Sítio Ferreira, foram encontrados materiais cerâmicos (**Figura 44**), líticos polidos e lascados em superfície, assim como duas urnas da Tradição Tupi-guarani, uma inteira e a outra fragmentada, com restos de ossos no interior.

Figura 44: Amostragem do material cerâmico do Sítio Ferreira



Fonte: Cabrera (2017, p. 60).

O Sítio Cagnin, pesquisado no ano 1996 por uma equipe coordenada pela Profa. Dra. Ruth Kunzli, localiza-se numa área de pastagem e monocultura de milho, mandioca e abacaxi. O dono do terreno – Leonice B. Perozzi – explicou que, durante a preparação da terra para o plantio, era comum encontrar material cerâmico fragmentado, assim como peças polidas. Nesse sítio foram resgatados materiais cerâmicos (**Figura 45**) na superfície e entre 20 e 40 cm de profundidade, com decorações pintadas com presença de engodo vermelho e sem decoração.

Figura 45: Fragmento de urna funerária do Sítio Cagnin



Fonte: Cabrera (2017, p. 67).

As peças coletadas durante as referidas pesquisas no Município de Presidente Prudente encontram-se na reserva técnica do CEMAARQ, incluindo-se a informação existente sobre elas no trabalho educativo realizado por esse Centro.

Nesse contexto, a conclusão da tese de pós-doutorado do Dr. Jean Ítalo de Araújo Cabrera trará novos conhecimentos sobre os sítios arqueológicos do Município de Presidente Prudente, permitindo criar, a partir de suas informações, novos materiais didáticos e promocionais.

3.4 Ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial vinculadas aos sítios arqueológicos do Município de Presidente Prudente

O patrimônio arqueológico no Município de Presidente Prudente deve ser analisado em duas áreas: uma a partir das pesquisas desenvolvidas pela FCT/UNESP, no âmbito acadêmico e educacional e outra a partir das ações desenvolvidas pelas autoridades locais.

Referindo-nos ao trabalho da FCT/UNESP, argumentamos que o LAG, desenvolve diversas pesquisas na região do Oeste Paulista, com meritórios resultados, como a criação no ano de 2000 do MAI, no Município de Iepê e, em 2006, a criação do MAR, no Município de Presidente Prudente, além do desenvolvimento de trabalhos de arqueologia de contrato em múltiplos municípios da região.

Além do exitoso desenvolvimento dos projetos “Museu/Universidade: a extroversão do Conhecimento”, “A Pré-História contada por meio dos objetos” e “Memória étnica em comunidade indígena: cultura, identidade e história”, com diversos programas de educação patrimonial em escolas estaduais (**Figuras 46 e 47**) de municípios como Iepê, Junqueirópolis, Indiana, Narandiba, Presidente Prudente, Paulicéia, Tupã entre outros, nos quais são capacitados os professores, ministradas diversas oficinas e criados materiais didáticos e textos sobre a presença indígena no Estado de São Paulo.

Na teia desses projetos, criou-se o texto “O Brasil dos Índios” para o ensino do patrimônio cultural indígena do Estado de São Paulo, na rede de escolas públicas e as disciplinas “Patrimônio Cultural” e “Patrimônio e Paisagem”, ministradas nos Cursos de Geografia, Arquitetura, Engenharia Ambiental e no Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP (FACCIO, 2000).

Essas disciplinas constituem uma forma de divulgar o patrimônio arqueológico do Oeste Paulista, mas também de conseguir um público de futuros educadores ou gestores públicos sensibilizados com a temática e dispostos a tratarem a questão do patrimônio em suas ações, de forma politicamente correta. Constatase, dessa forma, o agir do LAG no território.

Figura 46: Palestra realizada na Escola Estadual Dr. José Foz de Presidente Prudente



Fonte: Faccio et al. (2017d, p.50)

Figura 47: Oficina em argila realizada na Escola Estadual Maria Luiza Formozinho Ribeiro, de Presidente Prudente



Fonte: Faccio et al. (2017d, p. 55)

Os sítios de Presidente Prudente são somente abordados pelo LAG no folder “Os primeiros que chegaram na região de Presidente Prudente, SP, nossa história contada pela arqueologia”, do ano 2016 (**Apêndice 2**), onde, de forma geral, se expõem fotos de peças

resgatadas do Sítio Mandaguari – da pesquisa de pós-doutorado de Jean Ítalo Cabrera – nomeando-se as etnias indígenas existentes no Município na chegada da estrada de ferro.

Por outra parte, devemos citar o CEMAARQ, cuja equipe promove o patrimônio indígena da região, abordando as culturas das tribos indígenas mediante os projetos “Museu-escola, dialogando com a interdisciplinaridade” e “Circuito Científico Cultural”, nos quais são desenvolvidas atividades de educação patrimonial e visitas ao Museu do CEMAARQ. Esse, porém, não apresentou resultados alentadores na gestão dos seis sítios arqueológicos do Município, tendo em vista estarem localizados em propriedades particulares, não sendo possível a entrada naquelas áreas, a partir de um programa de educação patrimonial.

O CEMAARQ, que desenvolve pesquisas dentro do Município, na área do patrimônio arqueológico pré-histórico, não conta com a produção de materiais didáticos e folders referentes a suas pesquisas naquele local, inclinando-se para a produção de materiais de pesquisas desenvolvidas em outros municípios.

Nessa tela, a população prudentina não conta com textos – além de relatórios – que abordem tais pesquisas e seus resultados, sendo, por isso, pouco conhecidos esses sítios, tanto no âmbito acadêmico, como nos meios de comunicação.

Ao abordar as ações referentes ao patrimônio arqueológico, desenvolvidas pela Prefeitura Municipal, devemos esclarecer que essa e particularmente sua Secretaria de Meio Ambiente mantêm comunicação com o LAG, colaborando com o desenvolvimento de ações de impacto dentro do Oeste Paulista, como a exposição “Educação Ambiental e Patrimonial: paisagens do passado” (**Figura 48**) (**Apêndice 3**), realizada no Instituto Brasileiro do Café (IBC) de Presidente Prudente, a fim de expor o cotidiano dos grupos caçadores-coletores e ceramistas que habitavam a região do Oeste Paulista e promover os textos da Coleção “Os Primeiros que Chegaram”, que aborda a presença indígena no Estado de São Paulo.

Entretanto, é preciso assinalar, que nas palavras do Secretário Municipal de Cultura, “a Secretaria Municipal de Cultura não conhece os sítios arqueológicos existentes no Município, não existindo ações em comum com a UNESP sobre o tratamento dos mesmos”. Dessa forma, seria interessante um adequado trabalho de promoção do CEMAARQ, referente à existência desses sítios arqueológicos e uma comunicação com a Prefeitura Municipal (MONTARDY, 2018f).

Considera-se um limitante da Secretaria Municipal de Cultura, que a abordagem dos cursos e palestras proferidas no Museu Municipal e Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto sobre a história municipal, não conte com materiais e folders específicos da

presença indígena no Oeste Paulista e no Município de Presidente Prudente, perdendo-se, assim, a possibilidade de divulgar nessa Instituição o legado indígena do território.

Figura 48: Exposição “Educação Ambiental e Patrimonial: paisagens do passado”



Fonte: A autora (2017)

Tais materiais poderiam explicar, em alguma medida, o estado de ocupação do espaço geográfico e as práticas socioculturais mais relevantes que, supostamente, teriam acontecido antes da chegada dos bandeirantes paulistas, que iniciaram o processo de criação da hoje cidade de Presidente Prudente.

Nesse contexto, o Secretário Municipal de Cultura e a Diretora do Museu Histórico, puseram-se à disposição para incrementar as ações referentes ao patrimônio arqueológico dentro do Município, estreitando laços com a UNESP e, particularmente, com o LAG, a fim de desenvolver ações de educação patrimonial voltadas a esse patrimônio nas instituições culturais do Município (MONTARDY, 2018f; 2018g).

O trabalho de aproximação e parceria entre o LAG e a Secretaria Municipal de Cultura começou pela doação da coleção de livros “Os Primeiros que Chegaram”, à Biblioteca Municipal Dr. Abelardo de Cerqueira César (**Figura 49**) e ao Museu Municipal e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto (**Figura 50**), durante o transcurso desta pesquisa, assegurando, assim, a inclusão de parte dos conhecimentos, gerados na UNESP, nas informações fornecidas ao público nessas instalações culturais.

O Município conta, ainda, com a existência de um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e a UNESP que, em seu Projeto Restauração Ecológica, promove investigações para a conservação e recuperação das APPs e sítios arqueológicos de culturas indígenas no Estado de São Paulo, dada a coincidência da localização geográfica de ambos os elementos na parte superior da bacia hidrográfica do Rio Santo Anastácio.

Figura 49: Doação da Coleção Os Primeiros que Chegaram à Biblioteca Municipal de Presidente Prudente



Fonte: A autora (2018)

Figura 50: Doação da Coleção “Os Primeiros que Chegaram” ao Museu Municipal e Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto de Presidente Prudente



Fonte: A autora (2018).

O acordo apresenta as APPs como áreas de vital importância para a sustentabilidade das atividades humanas e do ecossistema, considerando que muitas envolvem valores ecológicos e culturais, vinculando-se com a educação patrimonial e coincidindo com a visão da Arqueologia, como uma construção ativa da memória arqueológica dos povos, com implicações no presente que, de forma dialética, expõe as culturas do passado e permite a transformação de identidades (CRIADO, 2001).

Propicia, portanto, a aparição de um trabalho nas APPs e nos sítios arqueológicos, em que a proteção e conservação do patrimônio combine de forma integral os valores naturais e culturais por igual, superando a perspectiva da conservação passiva do patrimônio (OSE, 2008).

Diante do exposto, consideramos que, no caso do Município de Presidente Prudente, não existe razão para supor que a população esteja sensibilizada com o patrimônio arqueológico de seu Município, pois, a maioria dela desconhece a existência dos seis sítios arqueológicos ali presentes.

Da mesma forma, ainda que os funcionários da Prefeitura reconheçam a importância do patrimônio arqueológico, não existe, no papel ou na prática, o projeto de implementar estratégias ou ações para a proteção, conservação, divulgação e gestão dos seus sítios arqueológicos, nem a ótica de inserir o conhecimento patrimonial no desenvolvimento sustentável do território e em suas políticas públicas, dada a falta de informação das descobertas arqueológicas feitas no Município (MONTARDY, 2018f; 2018g).

Nesse contexto, na etapa final do processo de curadoria das peças resgatadas, verifica-se que as ações desenvolvidas no Município recaem sobre a Universidade, como entidade que promove as práticas socioculturais das populações pretéritas do Oeste Paulista, enfatizando nas principais descobertas arqueológicas da região, sendo, no entanto, pouco abordados os conteúdos dos seis sítios arqueológicos do município.

Gerou-se, então, o diagnóstico de potencialidades, limitações e problemas, agrupados por áreas temáticas, incluindo sugestões para o aprimoramento das ações no Município, com o objetivo de contribuir, expor e aprimorar o estado do trabalho sobre o patrimônio arqueológico no Município de Presidente Prudente (**Quadros 4**).

Quadro 4: Diagnóstico das principais potencialidades, limitações, problemas do trabalho com o arqueológico no Município de Presidente Prudente

Área temática	Potencialidades	Limitações	Problemas	Sugestões
Promoção e Divulgação	O CEMAARQ conta, em sua exposição arqueológica, com peças do Município Presidente Prudente.	<p>Não existem folhetos promocionais ou materiais educativos de que essas peças exponham seus valores e importância.</p> <p>Ampliar o número de vitrines exclusivamente dedicadas aos sítios arqueológicos do Município de Presidente Prudente e criar cartazes.</p>	Este patrimônio é pouco visível no Museu e no Município dada a falta de informação disponível a seu respeito.	<p>Criar, por parte do CEMAARQ, um folheto promocional dos sítios arqueológicos do Município, que exponha as principais informações do patrimônio arqueológico com fotos das principais peças resgatadas, seu contexto e significados.</p> <p>Valorizar as peças do Município de Presidente Prudente no CEMAARQ com painéis mostrando as ações de escavação.</p>
	<p>Existência no Município de dois jornais diários locais, duas Emissoras de Televisão locais e três Emissoras de Rádio locais.</p> <p>Existência da Biblioteca Municipal, com aproximadamente 80 mil obras catalogadas e disponíveis para o empréstimo à população, entre as quais existem diversos títulos vinculados à presença indígena no Brasil.</p> <p>Existência no Município de Presidente Prudente do Laboratório de Arqueologia Guarani da FCT/UNESP, com uma equipe de primeiro nível na realização de pesquisas arqueológicas e ações de educação patrimonial vinculadas à Arqueologia, que contam com uma diversa produção de textos e materiais didáticos para a promoção e o ensino da presença indígena no Estado de São Paulo.</p>	<p>Estes meios só cobrem as principais ações de impacto anual no município, sendo pouco abordadas as atividades regulares relacionadas ao patrimônio arqueológico.</p> <p>Este acervo não se mantém atualizado com os textos produzidos cada ano pela FCT/UNESP sobre a temática, como folhetos e materiais didáticos específicos da presença indígena no Oeste Paulista.</p> <p>Não existe um convênio que regularize as visitas sistemáticas da equipe do LAG à escolas do Município para a realização de ações de educação patrimonial, sendo essas efetivadas só em escolas estaduais.</p>	<p>O patrimônio arqueológico do Município não é adequadamente divulgado nos meios de comunicação locais.</p> <p>Falta de comunicação entre a UNESP e a Secretaria Municipal de Cultura.</p> <p>Na maioria das escolas do Município, não são desenvolvidas ações de educação patrimonial, vinculadas ao patrimônio arqueológico.</p>	<p>A FCT/UNESP deve desenvolver um programa de divulgação do patrimônio arqueológico do Município e região nos meios de comunicação municipais.</p> <p>Criar uma parceria entre a FCT/UNESP e a Biblioteca Municipal que garanta a entrega a essa Instituição cultural dos novos materiais e textos produzidos pela FCT/UNESP sobre a presença indígena no Oeste Paulista.</p> <p>Criar em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e a FCT/UNESP um convênio que contenha um programa de atividades a serem desenvolvidas pela equipe do LAG e do MAR, nas escolas do Município, para difundir os conhecimentos da presença indígena no Oeste Paulista. O projeto deve incluir cursos de capacitação para professores e atividades para estudantes dos diversos níveis de ensino do Município.</p>
Educação Patrimonial				

Área temática	Potencialidades	Limitações	Problemas	Sugestões
Educação Patrimonial	Existência no Município de Presidente Prudente do Museu de Arqueologia Regional da FCT/UNESP, como espaço dedicado a promover a presença indígena do Estado de São Paulo e efetivar ações de educação patrimonial, sensibilizando e instruindo o público da importância e do valor do patrimônio arqueológico.	Devido ao pouco tempo de criação, desse Museu e o tempo que permaneceu fechado para remodelação, grande parte da população prudentina não o conhece.	Falta de comunicação da UNESP com a Secretaria Municipal de Educação. Faltam funcionários para colaborar com as pesquisas no atendimento da comunidade.	Estabelecer uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a FCT/UNESP para a criação de um programa sistemático de visitas das escolas do município ao MAR para conhecer o museu e realizar ações de educação patrimonial.
		Não existe um convênio que regularize as visitas sistemáticas das turmas das escolas do município ao MAR para a realização de ações de educação patrimonial.		
	Existência no Município de Presidente Prudente do Centro Cultural Matarazzo e do Museu Municipal como lugares irradiadores de cultura no município, com instalações próprias para desenvolver ações de educação patrimonial.	Esses espaços culturais não contam, em sua programação regular, com atividades dedicadas ao patrimônio arqueológico, como exposições itinerantes, palestras, capacitações e oficinas.	Não são suficientemente empregadas as instalações culturais do Município para a promoção do patrimônio arqueológico.	Sugere-se uma parceria da Secretaria Municipal de Cultura com a UNESP, para criar um programa anual de atividades sistemáticas destinadas à promoção do patrimônio arqueológico do Oeste Paulista, a serem desenvolvidas pela equipe do LAG nas principais instituições culturais do Município como o Centro Cultural Matarazzo e o Museu Histórico.
	Existência, no Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto, do Museu Municipal, com 50.000 materiais catalogados, que incluem textos da época de fundação da cidade, que podem conter dados da presença indígena no território.	No acervo do Arquivo Histórico, existem aproximadamente 50 000 materiais sem catalogar, desconhecendo-se seu conteúdo e a possível menção à temática indígena no território.	Falta de recursos para a contratação de funcionários especializados.	Priorização por parte da administração pública de verbas para o Museu.
Existência de diversos cursos e palestras no Museu Municipal e Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto, que abordam a identidade prudentina e sua história local.	Não existência, nessa instituição, de materiais ou folders que abordem a presença indígena no município.	A História ensinada nessa a Instituição não aborda concretamente o papel da presença indígena quando a chegada dos fundadores da cidade.	Criar, por parte do CEMAARQ, um folder destinado a divulgar no Museu Municipal a presença indígena no Município de Presidente Prudente antes da chegada dos fundadores da cidade.	
	Não atualização do acervo dessa instituição com os textos e materiais produzidos pela UNESP.			Criar uma parceria entre a FCT/UNESP e o Museu Municipal, que garanta a entrega a essa Instituição cultural dos novos materiais e textos produzidos pela FCT/UNESP sobre presença indígena no Oeste Paulista.

Área temática	Potencialidades	Limitações	Problemas	Sugestões
Educação Patrimonial	A conclusão da tese do Dr. Jean Ítalo de Araújo Cabrera aportará novos conhecimentos sobre os sítios arqueológicos do Município de Presidente Prudente e materiais para sua divulgação.	Falta de recursos para a reprodução da tese.	Falta de material para a divulgação.	Criar um livro didático sobre os índios no Município de Presidente Prudente.
Vinculação ao desenvolvimento territorial	A criação pelo Laboratório de Arqueologia Guarani de textos e materiais didáticos para o ensino da presença indígena no Estado de São, constitui um aporte significativo para o desenvolvimento das aulas sobre o índio brasileiro no Estado, ao elevar o nível de conhecimento e sensibilidade sobre essa temática.	Esses textos e materiais não se encontram disponíveis em todas as escolas da rede pública de ensino do Município.	O LAG não conta com convênios ou recursos que garantam a disponibilização impressa desses materiais em todas as escolas da rede pública de ensino do município.	Criar, em parceria da Prefeitura Municipal com a FCT/UNESP, materiais didáticos sobre a temática indígena no Município, que possam ser acrescentados ao texto-base para o ensino da presença indígena nas aulas do Ensino Fundamental e Médio nas escolas da rede pública de ensino do Oeste Paulista, criado pelo LAG.
Proteção e conservação	Existência no Município da FCT/UNESP, como casa de altos estudos, que se presta a desenvolver pesquisas que favoreçam a proteção e conservação do patrimônio arqueológico.	Carência de equipamentos na FCT/UNESP para sustentar um banco de dados digital, que contenha permanentemente todos os registros arqueológicos produzidos em suas pesquisas.	Diversos informes curatoriais de pesquisas feitas décadas atrás não se encontram disponíveis na FCT/UNESP.	Criar na FCT/UNESP um banco digital de dados arqueológicos, que contenha permanentemente os dados de todas as pesquisas desenvolvidas por essa Instituição sobre o patrimônio arqueológico e a presença indígena no Estado de São Paulo, disponibilizando-se essa informação gratuitamente a pesquisadores e público em geral.
	Existência de um acordo entre a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e a UNESP para o desenvolvimento do Projeto Restauração Ecológica que contempla a conservação e recuperação das APPs e sítios arqueológicos do Estado de São Paulo, dada a coincidência de sua localização geográfica.	Os sítios arqueológicos estão localizados em áreas de propriedades particulares.	A ação em áreas de propriedades particulares é geralmente impossibilitada.	Buscar sensibilizar os donos destas terras, com a finalidade de o dono concordar com as ações a serem realizadas.

Fonte: A autora (2018)

CAPÍTULO IV DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE IEPÊ

Este capítulo apresenta o diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico do Município de Iepê, para o que realizamos uma descrição do município e dos sítios arqueológicos. O trabalho desenvolvido nesse território em favor do patrimônio arqueológico, pela FCT/UNESP, Prefeitura Municipal e MAE/USP, evidencia as limitações e potencialidades das ações efetivas e apresenta sugestões para seu futuro aprimoramento.

4.1 Caracterização do Município de Iepê

O Município de Iepê ocupa, atualmente, uma área de 594,974 km², sendo 10 km² de perímetro urbano e 618 km² do espaço rural, com uma população estimada, no ano 2017, de 8.103 pessoas e uma densidade demográfica de 12,81 hab/km². Seu índice de população ocupada é de 17 %; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,736 e seu Produto Interno Bruto (PIB), per capita, de R\$ 25.008,55/ano (DOMINGUES, 2015; IBGE, 2017d).

Iepê limita-se com os Municípios de Nantes, Alvorada do Sul e Primeiro de Maio, localizando-se a 459 metros acima do nível do mar, nas coordenadas geográficas: Latitude 22°38' 30" Sul, Longitude 51°6' 36" Oeste; situando-se a 50 km do Município de Rancharia e a 85 km do Município de Presidente Prudente (SOCIEDADE AMIGOS DA CULTURA, 2012; PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ, 2014).

Possui um clima mesotérmico de verão quente e chuvoso, inverno frio e seco, encontrando-se em um relevo ondulado levemente acidentado, com solos arenosos ou de terra roxa estruturada. A precipitação média anual de 1.280 mm e temperatura média anual de 23,5 °C. Situa-se na bacia hidrográfica do Rio Paranapanema, limitado ao sul com o Lago da Hidrelétrica Capivara, a leste com o afluente Córrego Ribeirão Bonito e a Oeste com o Córrego Jaguaretê; com um esgotamento sanitário adequado em 85,4 %, sendo seu principal meio de abastecimento de água os poços profundos (IBGE, 2017d).

A História da formação desse município tem suas raízes no ano 1917, quando as terras do atual Município de Iepê, localizadas na zona denominada Sertão dos Patos, compreendida pela Comarca de Campos Novos Paulista no Município de Conceição do Monte Alegre, eram povoadas por sete famílias: Antônio de Almeida Prado; Francisco Severiano de Almeida

(Chico Maria); José Lino Santana; João Rudino Santana; Anfrísio Rodrigues; João Antônio Rodrigues e Tertuliano Machado Coutinho (DA SILVA, 2006).

Nesse mesmo ano, a Companhia Brasileira de Colonização doou dez alqueires de terras para a fundação do povoado de São Roque da Boa Esperança – em honra ao santo do mesmo nome – que se desenvolveu com o decorrer dos anos até a chegada de novas famílias como: Antônio Zaroni; Germano Gonçalves dos Santos; Leônidas Ribeiro Passos; Emiliano Salustiano; Antônio Francisco da Silva e José Cândido da Silva (DA SILVA, 2006; DOMINGUES, 2015).

Com o crescimento do povoado, foi necessária uma maior infraestrutura no atendimento médico e outros serviços, solicitando-se a construção de uma escola para dar educação formal às crianças do povoado por Chico Maria - morador do povoado - a quem foi comunicado que as famílias católicas de São Roque da Boa Esperança não permitiriam instalar uma escola - ainda com professores católicos - na qual acudissem protestantes, pois o povoado pertencia à Igreja Católica (DA SILVA, 2006; COMUNICAÇÃO, 2012).

Dado esse incidente de discriminação religiosa e a posterior ocorrência da morte de um morador protestante, que fora enterrado no cemitério local, foi determinado pelas autoridades que se fizesse uma cerca em torno do cemitério, deixando o túmulo do lado de fora. Em nome dos moradores protestantes, em 23 de abril de 1923, Chico Maria propôs a ideia de fundar um novo povoado e imediatamente foram doados dez alqueires por parte de Antônio de Almeida Prado - sobrinho de Chico Maria - para essa tarefa (WEB COMUNICAÇÃO, 2012).

O novo povoado foi nomeado “Liberdade”, pois nele não existiriam barreiras religiosas. No ano seguinte, ocorreu uma tentativa de transformá-lo em Distrito Liberdade, mas não deu certo. Em 29 de dezembro de 1927, a Lei Estadual nº 2.254 transformou o povoado Liberdade no Distrito Iepê, sob a jurisdição do Município de Conceição do Monte Alegre (DA SILVA, 2006; IBGE, 2017e). O novo Distrito não poderia manter seu antigo nome, porque há existia um Distrito Liberdade no Estado de São Paulo; assim foi nomeado “Distrito Iepê” que, pela explicação do morador Caio Simões, Iepê, na tradição linguística Tupi-Guarani, significa liberdade (DOMINGUES, 2015).

O Distrito de Iepê, em 5 de julho de 1935, passou para a jurisdição de Rancharia⁷, até que em 30 de novembro de 1944, o Decreto-Lei nº 14.334, o elevou a Município de Iepê, constituído dos distritos: Iepê e Agisse (ROSA et al., 2013; IBGE, 2017e).

⁷ Deixando de pertencer ao Município de Conceição do Monte Alegre.

O município passou por três reestruturações político-territoriais:

- Em 24 de dezembro de 1948, pela Lei Estadual nº 233 o Distrito Agicê foi desmembrado de Iepê para incorporar-se ao Município de Rancharia;
- Em 30 de dezembro de 1953, pelo Decreto-Lei nº 2.456, incorporou-se o Distrito de Nantes ao Município de Iepê;
- Em 27 de dezembro de 1995, pela Lei Estadual nº9.330 é desmembro do Município de Iepê o Distrito de Nantes, restando o Município de Iepê, constituído só do Distrito Sede (IBGE, 2017e).

O primeiro Prefeito do Município de Iepê foi o Dr. Agenor Roberto Barbosa. Em 1948, foi instalada a primeira Câmara Municipal da cidade, cujo presidente foi Odilon Amâncio Taveira. O aniversário da cidade, pela Lei, é o dia 30 de novembro, data de sua emancipação. Contudo, o Município comemora seu aniversário no dia 24 de junho, dia de São João Batista, padroeiro da cidade (WEB COMUNICAÇÃO, 2012; ROSA et al., 2013).

Na atualidade, o Município de Iepê possui uma urbanização de vias públicas de 43,9 %, contando com as estradas:

- SP 421 Rodovia Jorge Bassil Dower, que liga o Município de Iepê a Paraguaçu Paulista e Rodovia Rodolfo Ribeiro de Castro, que liga os Municípios de Iepê e Taciba.
- SP 457 Rodovia Brigadeiro Eduardo Gomes, que liga os Municípios de Iepê e Rancharia (IBGE, 2017d).

A cidade conta com dois Programas de Saúde da Família, seis estabelecimentos de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e um Hospital Municipal. A mortalidade infantil é de 10,87 óbitos por mil nascidos vivos. Realiza, semanalmente, na Praça Dona Silvina de Almeida Prado, uma feira composta, geralmente, por cinco produtores rurais, que ofertam produtos orgânicos à população (HOSPITAL MUNICIPAL DE IEPÊ, 2014; IBGE, 2017d).

Também conta com o Fundo Social de Solidariedade de Iepê, criado pela Lei Municipal nº 027/83 de 17 de junho de 1983, que realiza promoções com o objetivo de arrecadar fundos para o desenvolvimento das ações sociais no município – alimentos, roupas e calçados – e coordena as campanhas do “Agasalho” e do “Natal Sem Fome”, além do Projeto “Conquistando Novos Espaços” – oficina de corte e costura – que oferece a

oportunidade de emprego e geração de renda às famílias em situação de vulnerabilidade social (DA SILVA, 2006; PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ, 2014).

O Município tem uma tradição agropecuária, vinculada ao milho e ao algodão e, mais recentemente, introduziu-se a cana-de-açúcar. Grande parte do território desse município está inundado pelo lago da Hidrelétrica da Capivara, expondo-se, em seu diagnóstico ambiental, uma crescente degradação do solo agrícola devido ao mau manejo de máquinas, redução do potencial produtivo do solo agrícola em função da baixa fertilidade das terras usadas sem a devida correção para a agricultura, a presença de áreas críticas de desmatamento com problemas de assoreamento de córregos, nascentes e rios desprovidos de mata ciliar. Ainda se registram falta de maciços florestais e de árvores devido à exploração econômica de madeira para lenha, mourões, postes e construções (DA SILVA, 2006; PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ, 2014; DOMINGUES, 2015).

Iepê só possui ensinos infantil, fundamental e médio, com três escolas na sua sede. Os alunos dos cursos profissionalizantes e superiores são transportados por ônibus da Prefeitura Municipal até as cidades de Presidente Prudente, Assis e Rancharia. Além disso, o Departamento Municipal de Educação realiza um constante trabalho educacional, implementando cursos de informática e inglês, desenvolvendo a área de esportes e outras iniciativas como:

- Sala de recurso: complemento dos serviços educacionais da rede municipal de ensino, que garante o desenvolvimento dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais;
- Casa da Criança e do Adolescente: dedicada a realizar atividades complementares, oferece atividades gratuitas de dança, judô, recreação, arte, teatro e música, além dos projetos “A Hora do Estudo” e “Projeto Guri”;
- Programa Escola da Família: converte as Escolas Públicas Municipais – João Antônio Rodrigues e Dona Juventina Zago de Oliveira – em espaços para desenvolver hábitos saudáveis com atividades esportivas e culturais nos finais de semana (PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ, 2014).

O Município de Iepê conta com uma pequena dinâmica cultural e turística, sendo função do Departamento Municipal de Cultura fomentar e incentivar todas as atividades culturais do Município, por meio de projetos que incentivem à participação da comunidade como música, leitura, dança, teatro, cinema, pintura, escultura e outras manifestações. Conta

com parcerias com a Sociedade Amigos da Cultura de Iepê (SACI), o Ponto de Cultura de Iepê, o Ponto de Leitura "Caio Braga de Araújo", o Museu Histórico da Igreja Presbiteriana de Iepê (MHIPI) e o Museu de Arqueologia de Iepê (MAI) (PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ, 2014).

O Departamento Municipal de Cultura de Iepê oferece apoio ao Programa ACESSA São Paulo; Grupo de teatro Centopeia; Cine Teatro Aurora e ao Acervo Histórico Municipal Chico Maria; que fomentam a cultura no município. Também conta com uma programação com eventos tradicionais como: dia de São João Batista (padroeiro da cidade); Carnaval; Baile de Aleluia; Prêmio Mãe Nota Mil; Rodeio-Show; Prêmio Iepê de Poesia; Festão no Asilo; Festa das Nações da Igreja Presbiteriana Independente e Baile do Hawaí. Ainda se destacam festas comemorativas, como as Festas de Santo Reis realizada no dia 6 de janeiro no Bairro Ribeirão Bonito (PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ, 2014).

A infraestrutura turística municipal conta com um hotel fazenda, uma praça pública, um ginásio de esportes, um estádio, uma academia da terceira idade, um clube da terceira idade, um cine teatro, um Museu Histórico, um Museu de Arqueologia, uma Biblioteca Pública e vários templos religiosos (SOCIEDADE AMIGOS DA CULTURA, 2012).

O Museu de Arqueologia de Iepê representa um dos maiores atrativos turísticos e culturais do município, tendo sido foi inaugurado no dia 30 de junho de 2000, em uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a FCT/UNESP e a USP, com a coordenação da arqueóloga e professora Livre Docente Neide Barrocá Faccio. O museu conta com um acervo de 70 mil peças, constituídas por vasilhas cerâmicas, fragmentos de vasilhas cerâmicas, pedras lascadas e polidas, que representam um dos mais ricos acervos arqueológicos do Estado de São Paulo (AIALA, 2007; GUIA DAS ARTES, 2015a).

Esse museu atende alunos e professores das redes pública e privada, além da comunidade local e da região, sendo um ponto de referência para pesquisadores da Arqueologia Guarani, contribuindo para manter viva a memória dos povos indígenas (AIALA, 2007; GUIA DAS ARTES, 2015a).

4.2 O Projeto Paranapanema

Dentro do Estado de São Paulo, os trabalhos arqueológicos na bacia do Rio Paranapanema iniciaram-se no ano de 1968, pela Universidade de São Paulo (USP). O Projeto

Paranapanema (ProjPar) teve início no Município de Piraju, onde foram evidenciadas aldeias Guarani pré-históricas, ampliando-se, posteriormente, para toda a bacia do Paranapanema (MORAIS, 1981).

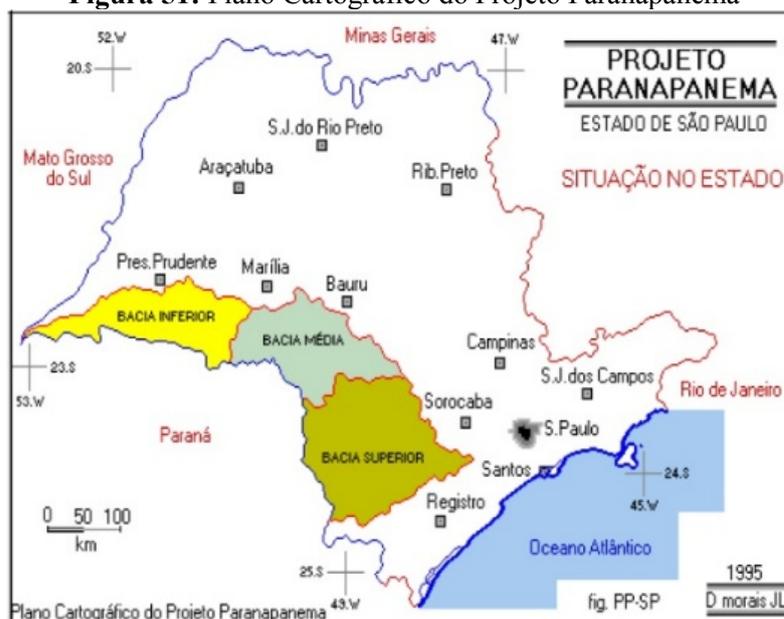
O ProjPar foi concebido como um programa regional de pesquisas arqueológicas, com o objetivo de estudar as sociedades indígenas no trecho paulista da Bacia do Rio Paranapanema, por meio de objetos produzidos por elas. Até 1987, o projeto foi coordenado pela Profa. Dra. Luciana Pallestrini e, posteriormente, vem sendo coordenado pelo Prof. Dr. José Luiz de Moraes (BRUNO, 1999), que possibilitou a formação e consolidação de um corpo de pesquisadores capacitados e especialistas de prestígio na área, fornecendo subsídios para a estruturação e continuidade de cursos de formação de arqueólogos (FACCIO, 1992).

O ProjPar, ao longo de sua história ampliou seu objetivo estratégico:

- Do ano 1968 ao ano 1987: desenvolvimento de metodologia e técnicas de campo para o estudo de sítios arqueológicos do interior paulista, com ênfase para as análises intrassítio (FACCIO, 2011).
- A partir do ano 1987: o objetivo estratégico inicial foi ampliado incluindo-se o reconhecimento e a análise das estratégias de exploração, conservação e degradação do meio ambiente pelas comunidades indígenas pré-coloniais, no decorrer dos ciclos de desenvolvimento socioeconômico, cultural e tecnológico (FACCIO, 2011)
- Em sua reavaliação, no ano 1993, quando se consolidou seu temário abrangendo temáticas relativas ao território, desenvolvimento e meio ambiente, englobando a pré-história e as estratégias de sobrevivência das populações indígenas atuais, definiu seu escopo em sete subprogramas: Arqueologia Pré-Colonial e Histórica; Ambiente, Paisagem, Território; Patrimônio e Musealização; Patrimônio e Legislação; Processos Interdisciplinares; Salvamento Arqueológico; e Sistema de Informações Georreferenciadas (BRUNO, 1999).

Esses subprogramas têm como objetivo a demarcação espacial e temporal dos cenários de ocupação humana; a valorização e instrumentalização das comunidades e o desenvolvimento de métodos e técnicas de pesquisa, dando ao MAE-USP uma identidade de instituição museológica de Arqueologia, com domínio do contexto, e trabalhando uma área de quase 47. 000 km² dividida em: Bacia Superior (21.263 km²), Bacia Média (14.423 km²) e Bacia Inferior (11.789 km²) (**Figura 51**) (BRUNO, 1999; FACCIO, 2011).

Figura 51: Plano Cartográfico do Projeto Paranapanema



Fonte: Faccio (2011, p. 45; apud Moraes, 19995)

Na área do ProjPar, as pesquisas arqueológicas em Piraju, deram lugar à criação do Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas (1989), mantido em convênio da USP com a Prefeitura Municipal de Piraju, seguido, no ano 2000, de uma parceria USP-UNESP-Prefeitura Municipal de Iepê para a pesquisa dos sítios arqueológicos do município e que originou o Museu de Arqueologia de Iepê (MAI), mantido pela Prefeitura Municipal de Iepê, com coordenação da FCT/UNESP e do ProjPar (LUZ, 2010; BACO, 2012).

Concretizava-se, assim, a visão do ProjPar de criar condições favoráveis para o estudo e proteção do patrimônio arqueológico, arquitetônico, urbanístico, ambiental e paisagístico na Bacia do Rio Paranapanema e incentivar a participação coletiva nesses processos, efetivando-se ações sistemáticas de escavação, análise da paisagem, estudo da geoarqueologia, distribuição das evidências arqueológicas e análise dos materiais encontrados nos sítios arqueológicos sob a influência dos métodos das Escolas Francesa e Norte-Americana.

4.3 Caracterização dos sítios arqueológicos do Município de Iepê

No Município de Iepê, foram encontrados 24 sítios arqueológicos, seis deles cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - Casanova 1, Casanova 2, Casanova 3, Casanova 4, Casanova 5 e Casanova 6 - classificados como sítios cerâmicos e lito-cerâmicos; sete inseridos no Programa de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) com pequeno porte e

fortemente depredados pela ação humana e intemperismo; nove pesquisados dentro do Projeto Paranapanema (ProjPar) – que ainda atua no Município – com um bom estado de conservação, o que possibilita o resgate de peças cerâmicas inteiras; dois – Quati I e Quati II – ainda em estudo dentro do processo de licenciamento ambiental do empreendimento da Empresa COCAL, que abrange parte do Município de Iepê. As pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos últimos onze sítios (**Figura 52**) no contexto do ProjPar e o licenciamento ambiental do empreendimento da COCAL envolvem a equipe técnica do LAG da FCT/UNESP.

Os sítios arqueológicos Quati I e Quati II encontram-se em processo de cadastro no CNSA/IPHAN, mostrando, em seu levantamento arqueológico, a presença de líticos lascados e fragmentos de cerâmica em superfície, sendo que, em ambas as áreas existe o cultivo de monoculturas como a cana-de-açúcar e milho. No Sítio Quati I, observou-se a presença de um importante fragmento de floresta nativa, conhecida como Mata dos Macacos (**Figura 53**), que serve de refúgio para diversas espécies de animais e contém elementos da flora nativa regional (FACCIO, 2016).

Nas pesquisas desenvolvidas no Projeto Paranapanema (ProjPar), oito dos nove sítios arqueológicos estudados encontram-se em bom estado de conservação, pois permanecem submersos no Lago da Hidrelétrica da Capivara quase o ano todo, sendo afetados somente pelo movimento das águas, aflorando parte de suas áreas nos meses de pouca chuva ou durante grandes secas (FACCIO, 2011).

O Município de Iepê localiza-se, segundo a subdivisão do Projeto Paranapanema (ProjPar), na Bacia Inferior do Paranapanema, na Mesorregião da Capivara (PASSOS, 2013). O ProjPar gerencia a investigação de nove sítios arqueológicos: Roberto Ekman Simões, Lagoa Seca, Aguinha, Terra do Sol Nascente, Pernilongo, Vallone, Ragil, Ragil II e Capisa.

Os sítios arqueológicos Vallone e Roberto Ekman Simões são, provavelmente, ocupações de um grupo caçador-coletor, enquanto os sítios Lagoa Seca, Aguinha, Terra do Sol Nascente, Pernilongo, Ragil, Ragil II e Capisa são classificados como ocupações Guarani (LUZ, 2010; ALVES, 2013; BACO, 2018).

Esses sítios arqueológicos, segundo Faccio (2015, p. 129), contam com as seguintes datações: Sítio arqueológico Lagoa Seca: 770 ± 70 ; Sítio arqueológico Aguinha: 700 ± 160 ; Sítio arqueológico Pernilongo: 750 ± 110 ; Sítio arqueológico Terra do Sol Nascente: 750 ± 80 ; Sítio arqueológico Ragil: ± 1668 ; Sítio arqueológico Capisa: 850 ± 150 ; Sítio arqueológico Ragil II: 900 ± 180 .

Figura 52: Sítios arqueológicos pesquisados pelo LAG no Município de Iepê



Fonte: Faccio (2017) A autora (2018)

Figura 53: Mata dos Macacos nas imediações do sítio arqueológico Quati I



Fonte: Faccio (2016, p. 348)

Todos esses sítios estão nas proximidades de cursos de água, especificamente a margem Paulista do Rio Paranapanema, com terras férteis, que privilegiam o aglomeramento de populações humanas; com uma extensão de 10.800 metros, que se revela, até o momento, como a maior proximidade entre sítios numa mesma área. (FACCIO, 2011).

As pesquisas arqueológicas no Município de Iepê tiveram seu início na doação, feita no ano 1992, por Roberto Ekman Simões, de três caixas de material cerâmico, proveniente de sua fazenda, à Professora Neide Barrocá Faccio da FCT/UNESP. Cita-se o fato de que esse fazendeiro sonhava ver as peças da cultura indígena dessas terras expostas em um museu em Iepê (PASSOS, 2013).

As pesquisas foram realizadas por uma equipe da FCT/UNESP, sob a coordenação da arqueóloga Dra. Neide Barrocá Faccio, ressaltando-se o apoio de Roberto Ekman Simões e de outros fazendeiros como Michele Vallone e Raul Ekman Simões, que abriram suas propriedades aos pesquisadores, sensibilizados com a cultura indígena presente em suas terras (PASSOS, 2013).

Desde as primeiras pesquisas, no ano 1992, o trabalho arqueológico no Município é feito quando o nível das águas do Lago da Hidrelétrica da Capivara baixa – meses de junho a dezembro – sendo a única forma de acesso aos sítios em estudo. Apenas parte da extensão do Sítio Ragil fica emersa o ano todo. No entanto, embora o nível do Lago baixe até 10 metros,

os sítios não ficam totalmente expostos, desconhecendo-se o quanto deles ainda permanece submerso (FACCIO, 2011; BACO, 2012).

Nesse contexto, as águas do reservatório impedem a destruição das peças arqueológicas pela ação de maquinários pesados empregados para o cultivo da pastagem de gado. No entanto, a oscilação do nível da água e o embate das ondas afetam os sítios arqueológicos alcançados pela nova margem, além da ocorrência de deslocamentos e soterramentos das peças, devido ao movimento turbilhonar das águas e o desmoronamento de barrancos (MORAIS, 1995).

Assume-se, então, que a mudança no nível das águas do Lago da Usina Hidrelétrica da Capivara nas distintas estações do ano, de forma natural ou pela ação antrópica, ocasiona a destruição dos sítios arqueológicos pela ação de correntes de fundo e ondas que fragmentam a cerâmica e destroem as manchas pretas, modificando suas feições (FACCIO, 2011).

Inicialmente, foram pesquisados no Município os sítios: Capisa, Vallone, Ragil, Ragil II, Terra do Sol Nascente e Roberto Ekman Simões. No ano de 1998, Olavo Santilli Ekman Simões informou a descoberta de outros sítios arqueológicos por seu pai. Nesse caso, como produto da seca anormal que assolou o Oeste Paulista, o nível do Lago da Hidrelétrica da Capivara desceu consideravelmente, deixando à mostra os sítios arqueológicos: Lagoa Seca, Aguinha e Pernilongo (FACCIO, 2011).

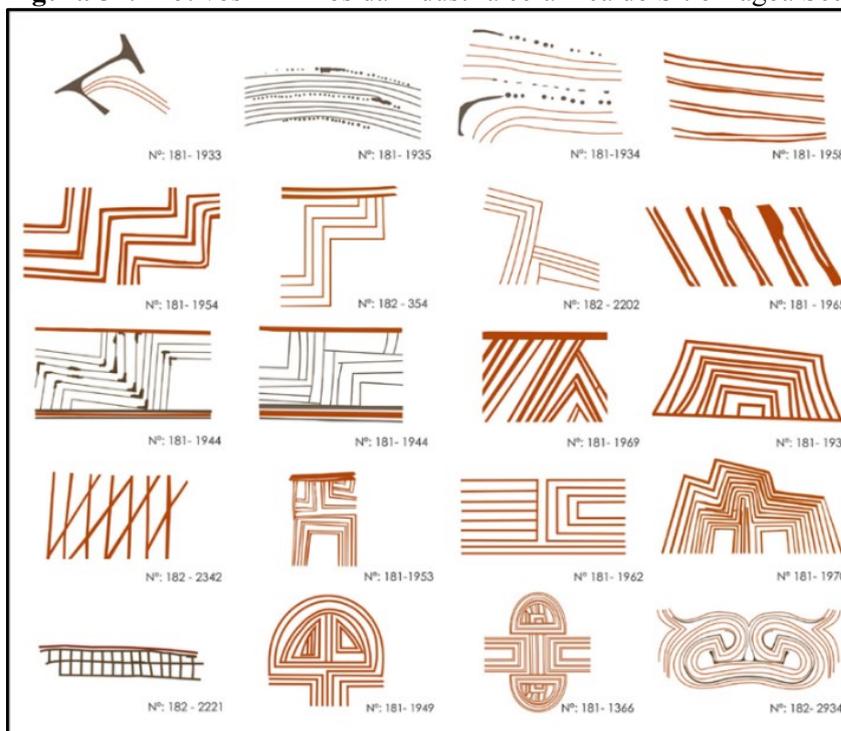
As descobertas produzidas nesses últimos sítios chamaram a atenção da mídia local e regional, revelando achados inéditos, como grandes urnas funerárias, tembetás em resina vegetal, estruturas de casas e uma grande quantidade de cerâmica inteiras. No total, foram pesquisados pelo ProjPar nove sítios arqueológicos no município, possibilitando o resgate de mais de 70 mil objetos referentes à cultura material dos índios Guarani (LUZ, 2010; BACO, 2012; ALVES, 2013; PASSOS, 2013).

Nas pesquisas realizadas, revelaram-se interessantes questões, como a do Sítio Roberto Ekman Simões - considerado, hipoteticamente, a ocupação de um grupo caçador-coletor – que é uma área ligada à produção de peças, onde foram encontrados pontas de projétil e raspadores sobre seixos de arenito silicificado. O fogo foi utilizado como técnica auxiliar para facilitar o lascamento da rocha (FACCIO, 2011).

No Sítio Lagoa Seca, classificado como ocupação de grupo agricultor ceramista Guarani, constatou-se o uso da queima da cerâmica em fornos a céu aberto. Dado o bom estado de conservação da indústria cerâmica da área, evidenciaram-se as decorações desenhadas sobre engobo – principalmente branco – no material cerâmico, com desenho preto

e vermelho, tendo sido identificados 20 motivos mínimos (**Figura 54**) (FACCIO, 2011; BACO, 2012).

Figura 54: Motivos mínimos da indústria cerâmica do Sítio Lagoa Seca



Fonte: Faccio (2011, p. 151).

No Sítio Aguinha, chamou a atenção a descoberta de grandes urnas funerárias, entre elas a maior urna funerária Guarani do Brasil com 1,16m de diâmetro, além de peças cerâmicas com motivos de pintura interna (**Figuras 55, 56 e 57**) e decoração do tipo inciso (BACO, 2012; PASSOS, 2013).

No Sítio Pernilongo, a análise demonstrou a existência de casas indígenas (**Figura 58**), com urnas funerárias enterradas fora delas. Esse fato representa uma nova evidência para a análise antropológica da relação dessas populações com a morte. Nesse sítio, foi coletada uma grande variedade de vasilhas cerâmicas, além de urnas funerárias, fragmentos de cachimbo e fundos de casas, além de líticos lascados, polidos e adornos em resina de jatobá (FACCIO, 2011; BACO, 2012).

O Sítio Vallone apresentou deslocamento dos vestígios arqueológicos e destruição das camadas estratigráficas, existindo alguns pontos que não foram inundados e são visíveis o ano todo. Acredita-se que esse sítio corresponde a uma área de obtenção de seixos para a confecção de instrumentos, dada a presença de seixos menores e outros de grande tamanho, aptos ao lascamento (**Figura 59**) (LUZ, 2010).

Figura 55: Cambuchi utilizado como urna funerária do Sítio Aguinha. Maior urna funerária Guarani do Brasil com 1,16m de diâmetro



Fonte: Faccio (2011, p. 160).

Figuras 56 e 57: Cambuchi e seu motivo de pintura interna do Sítio Aguinha



Fonte: Faccio (2011, p. 170).

Próximo da área do Sítio Vallone, está o Sítio Ragil, o único sítio visível o ano todo. Classificado como Guarani, encontra-se em uma área utilizada para a agricultura e, mais recentemente, para a pastagem, motivo pelo qual seu material cerâmico se encontra bastante fragmentado e com rachaduras causadas pela ação do arado e do intemperismo, não se podendo identificar os motivos pintados das cerâmicas resgatadas, apesar de constituir um sítio rico em material cerâmico e lítico polido (**Figuras 60 e 61**) (FACCIO, 2011; BACO, 2018).

Próximo à nascente da Água do Caracol, localiza-se o Sítio Ragil II que apresenta material cerâmico, lítico polido e lascado em superfície e em profundidade. O sítio encontra-se quase totalmente erodido, passando a maior parte do ano sob as águas, além da interferência do avanço e recuo das águas do Rio Paranapanema (BACO, 2012).

Figura 58: Mancha preta que denota a existência de uma casa no Sítio Pernilongo



Fonte: A autora (2018).

Figura 59: Lítico lascado de um seixo fluvial do Sítio Vallone



Fonte: Luz (2010, p. 82).

Figuras 60 e 61: Área do Sítio Ragil



Fonte: Faccio (2011, p. 221).

A pesquisa arqueológica na área dos Sítios Terra Do Sol Nascente e Capisa, por sua vez, foi consideravelmente dificultosa. O Sítio Terra Do Sol Nascente permanece submerso quase o ano todo, podendo-se efetivar a pesquisa por certo período de tempo, quando, então, foram encontrados diversos fragmentos cerâmicos em mau estado de conservação, não sendo possível identificar os motivos de sua pintura. No entanto, pôde-se contar com a doação de diversas peças coletadas no sítio (**Figura 62**), em décadas passadas, por moradores da área, que contribuíram para a análise do local (FACCIO, 2011).

Figura 62: Virote do Sítio Terra Do Sol Nascente doado à FCT/UNESP



Fonte: Faccio (2011, p. 182).

No caso do sítio arqueológico Capisa, encontra-se submerso no Lago da Hidrelétrica da Capivara o ano todo. A informação sobre o local baseou-se na análise do material arqueológico coletado por Roberto Ekman Simões, antes da formação do Lago da Hidrelétrica da Capivara, em 1974, e doado à FCT/UNESP (FACCIO, 2011).

4.4 A criação do Museu de Arqueologia de Iepê (MAI)

No contexto dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Município de Iepê pelo ProjPar, surgiu a ideia do que, posteriormente, seria o Museu de Arqueologia de Iepê (MAI). A partir das pesquisas realizadas entre os anos 1992 e 2000, passou-se a incentivar a população local a preservar e a divulgar o acervo arqueológico indígena descoberto nessas pesquisas, dentro do próprio Município (PASSOS, 2013).

Em 10 de janeiro de 2000, pela Lei Municipal nº 080/2000, foi criado o “Espaço Cultural Armando Cavichioli e Museu do Índio de Iepê”, inaugurados em 30 de junho de 2000, no antigo prédio onde funcionava o Bar do Armando, morador reconhecido como fornecedor de informações históricas, dado o seu passatempo de coletar revistas, jornais, fotos e outras peças de valor histórico (GUIA DAS ARTES, 2015a).

O museu, criado pela parceria entre a FCT/UNESP, o ProjPar, o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP) e a Prefeitura Municipal de Iepê, com o objetivo da preservação da memória local por meio de seu resgate histórico e arqueológico, respondeu à demanda da população local de manter as peças dentro do município, como parte de sua identidade sociocultural.

O museu manteve-se nesse prédio até início do ano de 2006, quando o local apresentou problemas em sua estrutura construtiva, que comprometiam a conservação das peças. Decidiu-se, então, resguardar o acervo no prédio do Sr. João Zago até solucionar a questão (PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ, 2010; FACCIO, 2011).

O acervo ficou ali guardado até 24 de junho de 2007, dia da reinauguração do museu que, pela Lei Municipal nº 247/07, de 23 de fevereiro de 2007, foi nominado “Museu de Arqueologia de Iepê”, localizando-se em um novo prédio, propriedade da Prefeitura Municipal, na Rua Minas Gerais nº 458 (**Figura 63**) (WEB COMUNICAÇÃO, 2012).

Com essa reinauguração e a mudança de nome, devido ao fato de seu acervo ser constituído por material arqueológico e não etnográfico, o Museu consolidou-se como instituição mantenedora da memória contada por meio de objetos, preservando a memória das populações pretéritas, pelo seu patrimônio material em exposição.

O acervo do museu passou, em grande medida, por técnicas de restauração – unindo-se os fragmentos de uma mesma peça por meio do restauro – que permitiram expor ao público as formas dos objetos que os índios produziram, sendo sua curadoria dirigida pela

arqueóloga Profa. Livre Docente Neide Barrocá Faccio e efetivada pelos integrantes do LAG, da FCT/UNESP (PASSOS, 2013).

Figura 63: Vista da entrada do Museu de Arqueologia de Iepê



Fonte: A autora (2018).

Essa curadoria compreendeu a análise de 17 coleções com um total de 70 mil peças da cultura indígena, coletadas no Município de Iepê, sendo os relatórios do processo enviados ao IPHAN e encontrando-se, atualmente, na reserva técnica e exposições do MAI, como um dos mais ricos acervos arqueológicos do Estado de São Paulo (AIALA, 2007).

O acervo Guarani exposto no MAI é composto por mais de 100 peças (**Figura 64**), entre vasilhas de cerâmica, pedras lascadas e polidas, vasilhas esculpidas em pedra, mãos de pilão, lâminas de machado, tembetás, boleadeiras, virotes, peças polidas em osso e urnas funerárias, entre as quais se encontra a maior urna funerária indígena Guarani do Brasil, com 1,16 m de diâmetro (FACCIO, 2011).

As peças encontram-se expostas em vitrines que evidenciam cada sítio arqueológico do município, acompanhadas de painéis que aludem à sua história (**Figura 65**), além das explicações fornecidas pelos monitores do museu e os folhetos entregues a cada visitante.

Figura 64: Figura tomada durante a curadoria das peças dos sítios arqueológicos do Município de Iepê expostas no MAI



Fonte: Faccio (2011, p. 99).

Figura 65: Vista parcial do Museu de Arqueologia de Iepê



Fonte: A autora (2018).

O folheto “205 d.C Fazendo História” (**Apêndice 4**) constitui uma promoção do acervo do Museu, destacando suas peças mais representativas e aludindo ao trabalho de educação patrimonial efetivada em parceria com a FCT/UNESP e o MAE/USP. O folheto, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Iepê, com base nas informações fornecidas pelo LAG, constitui uma lembrança do museu para os visitantes, além de ser um material que pode servir de incentivo para outras pessoas conhecerem o Museu.

O folheto “Iepê, SP, um lugar único” (**Apêndice 5**) é uma promoção do turismo cultural do Município, integrando harmonicamente a existência do MAI e suas mais relevantes peças em exposição, com pinceladas da história do território e os principais lugares a serem conhecidos por visitantes. Desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Iepê, com supervisão por parte do LAG, o folheto apresenta o patrimônio arqueológico, refletindo a integração sociocultural das descobertas arqueológicas do Município na vida cotidiana de seus povoadores.

O folheto “MAI: Museu de Arqueologia de Iepê” (**Apêndice 6**), desenvolvido pelo LAG da FCT/UNESP, constitui uma promoção do acervo do Museu, abordando sua diversidade e destacando o trabalho do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da FCT/UNESP na readequação do espaço do Museu para a exposição das peças

O MAI, com a assessoria da FCT/UNESP e da USP, envolve-se na realização de diversas atividades sobre a temática indígena em comunidades e escolas estaduais, municipais e particulares de toda a região, sendo sistematicamente ministradas diversas oficinas e cursos a alunos e professores da Rede Pública de Ensino do município e grupos de terceira idade.

O Museu representa um dos maiores atrativos turísticos e culturais do município, com 573 visitas no ano 2017, sendo um ponto de referência para pesquisadores da Arqueologia Guarani e contribuindo para a manutenção e incorporação da memória dos povos indígenas na cultura popular das populações atuais (AIALA, 2007; MONTARDY, 2018b).

O MAI, além de encontrar-se aberto ao público em geral, de segunda a sexta-feira nos horários das 8:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h, com assíduas visitas de turistas e pesquisadores vinculados com a arqueologia e a presença indígena no Oeste Paulista, recebe visitas programadas de turmas de alunos do município e da região, participando ativamente dos projetos “Museu/Universidade: a extroversão do conhecimento” e a “A Pré-História contada por meio dos objetos” em parceria com a FCT/UNESP (PASSOS, 2013; PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ, 2014).

4.5 Os Projetos “Museu/Universidade: a extroversão do conhecimento” e “A Pré-História Contada Por Meio dos Objetos”

Quando um povo conhece seu patrimônio e com ele se identifica, passa a respeitá-lo e a valorizá-lo, pelo que a educação patrimonial no ambiente escolar e popular se torna um importante instrumento na salvaguarda do patrimônio (FACCIO, 2011). Nesse sentido, as ações do LAG, em parceria com a USP, MAI, Prefeitura Municipal de Iepê e outras instituições dentro desse Município, atualizam os conhecimentos do patrimônio arqueológico do Oeste Paulista e, particularmente, do seu território.

Tais ações contribuem para a sensibilização do público em relação às riquezas arqueológicas e à memória indígena do Oeste Paulista e, ao mesmo tempo, fomentam a popularização desses conhecimentos, como parte do fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania da população da região.

Nesse contexto, no Município de Iepê, desenvolvem-se diversas ações de educação patrimonial s, a partir dos projetos “Museu/Universidade: a extroversão do conhecimento” e “A Pré-História contada por meio dos objetos”.

O Projeto “Museu/Universidade: a extroversão do conhecimento” constitui um projeto de extensão universitária, desenvolvido em parceria do LAG com a Prefeitura Municipal de Iepê, fazendeiros e comerciantes do Município de Iepê; o MAI, com olarias do Município de Indiana/SP, o MAE/USP e Escolas Estaduais e Municipais do Estado de São Paulo (FACCIO, 2000).

O projeto foi criado no ano 2000, para atender os professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio e a comunidade em geral com temas relacionados à educação patrimonial, arqueologia brasileira e populações indígenas, com o objetivo de:

[...] contribuir para a formação da noção de cidadania e de identidade de profissionais e alunos de escolas estaduais e municipais do Estado de São Paulo e da comunidade em geral, bem como produzir mecanismos para o conhecimento e preservação do patrimônio e da memória. (FACCIO, 2000, p. 2).

Esse projeto tem uma forte incidência no Município de Iepê, dada a sensibilidade da população pela temática e o interesse da Prefeitura Municipal e, particularmente, do Departamento Municipal de Cultura, em trabalhar o patrimônio arqueológico e a educação patrimonial nas escolas do município, assim como o MAI, a fim de contar com os materiais e

pessoal capacitado para continuar com ações de proteção e divulgação da cultura indígena do município e a região.

Nesse âmbito, o Projeto também desempenha ações nos Municípios de Tupã, Presidente Prudente, Junqueirópolis, Bertioga, Martinópolis, Pirapozinho, Fernandópolis e Narandiba no Estado de São Paulo e Ivaí e Paranavaí no Paraná.

O Projeto “A Pré-História contada por meio dos objetos” surgiu no ano 2006, com base na disposição da Prefeitura Municipal de Iepê, ao LAG, de trabalhar ao menos uma vez por ano com professores do município, dando cursos de atualização sobre os achados arqueológicos lá coletados e capacitando-os para o adequado ensino desse patrimônio.

O projeto surgiu com o objetivo da elaboração de materiais didáticos e a atualização dos professores do Ensino Fundamental e Médio sobre as descobertas arqueológicas da presença indígena naquele território. Embora seu maior impacto seja no município de Iepê, o projeto também atua nos municípios de Presidente Prudente, Pirapozinho, Estrela do Norte e Alfredo Marcondes (FACCIO et al., 2017).

As ações desenvolvidas pelo LAG, com o apoio do Núcleo de Ensino da FCT/UNESP, além de atender aos pedidos de apoio de professores da rede pública para o desenvolvimento das aulas centradas no tema do índio brasileiro, divulgam os conhecimentos produzidos no âmbito do projeto de pesquisa “Arqueologia Guarani”, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (FACCIO et al., 2017).

Na tela de ambos os projetos e dado o interesse das autoridades e da população do Município de Iepê de proteger e divulgar o patrimônio arqueológico do seu município, com ações de educação patrimonial, precisando de materiais específicos dessa temática, além de pessoal capacitado para continuar o trabalho de proteção e divulgação desse patrimônio, o LAG, em suas diversas parcerias, desenvolveu um grande número de atividades no município, as quais compreendem:

- Realização de palestras sobre “O período pré-histórico do Oeste Paulista” com apresentação de multimídia e vídeo;
- Realização de exposições itinerantes de peças arqueológicas e réplicas;
- Oficina de produção de cerâmica Guarani;
- Oficina de pintura Guarani em cerâmica;
- Oficina de arte rupestre;
- Oficina de lascamento em pedra;

- Capacitação dos professores da rede pública de ensino na área de educação patrimonial sobre a presença indígena no Oeste Paulista;
- Elaboração e distribuição de textos e materiais didáticos sobre a pré-história do Oeste Paulista;
- Campanha de conscientização “Preserve a História e entre na História”;
- Visitas a sítios arqueológicos e realização de perícias em sítios arqueológicos, a pedido da comunidade;
- Montagem de exposições, treinamento de monitoria e monitoramento de visitas ao MAI.

Os principais públicos-alvo desse trabalho são os alunos e professores do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino do Município, grupos de Terceira Idade e visitantes do MAI.

Na realização de palestras sobre “O período pré-histórico do Oeste Paulista” (**Figuras 66 e 67**), são atualizados os conhecimentos sobre essa temática aos participantes entregando-se aos professores da Rede Pública de Ensino o Power/Point (**Figura 68**) e o vídeo, empregados para o desenvolvimento de sua aula. Esse material dá ao professor o suporte de um material adequado para trabalhar com diversas turmas de estudantes, ressaltando que o vídeo “Herança Guarani”, usado na palestra, foi produzido com o apoio da Prefeitura Municipal de Iepê e aborda a Arqueologia no Município de Iepê (FACCIO et al., 2017).

Figuras 66 e 67: Palestra “O período pré-histórico do Oeste Paulista” realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê



Fonte: Faccio (2017d, p. 765).

Durante as visitas às escolas do município são realizadas exposições itinerantes de peças arqueológicas (**Figura 69**), expondo-se no pátio das escolas artefatos líticos elaborados por povos caçadores-coletores, assim como material cerâmico e pedra polida, confeccionados por povos agricultores ceramistas. Nessas exposições, os participantes, além de observar as peças, podem manusear algumas réplicas, despertando seu interesse pela funcionalidade dos instrumentos e as técnicas empregadas para sua confecção, levando-se o museu para as escolas.

Figura 68: Power/Point “O período pré-histórico do Oeste Paulista” deixado para uso da Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê



Fonte: Faccio (2017d, p. 270).

Figura 69: Exposição itinerante realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê



Fonte: Faccio (2017d, p. 272).

Cada exposição itinerante conta com a preparação antecipada de um kit de peças arqueológicas que permitem levar um pedacinho do museu à escola e diversas réplicas dessas peças - feitas no LAG - que possibilitam conceder às crianças seu desejo de manusear alguns dos objetos da exposição, sem preocupação de prejudicar o patrimônio arqueológico.

Na realização das oficinas de produção de cerâmica Guarani, os participantes recriam as técnicas de confecção de vasilhas dos Guarani, mostrando quão aperfeiçoada é a tecnologia indígena pré-histórica e a importância dos vasos cerâmicos na vida dos povos sedentários que utilizavam esses recipientes como um meio prático e eficaz para o armazenamento de alimentos e bebidas, além de despertar nos participantes a noção da importância da arte daqueles povos (FACCIO, 2015).

Nessas oficinas, evidencia-se que a confecção de uma vasilha de barro é prazerosa, mas exige disciplina e técnica, pois são seguidos os passos:

- 1 Selecionar e limpar a argila para tirar impurezas;
- 2 Adicionar antiplástico para proporcionar maior plasticidade à massa e mais resistência à peça, evitando rachaduras após a secagem;
- 3 Sovar a massa para torná-la homogênea e eliminar bolhas de ar;
- 4 Preparar os roletes de argila;
- 5 Juntar os roletes em espiral, dando forma aos potes;
- 6 Alisar as paredes (interna e externa) da vasilha para tirar as marcas dos roletes e torná-las mais uniformes e consistentes;
- 7 Decorar a vasilha;
- 8 Deixar a vasilha em lugar sombreado para secar (FACCIO, 2011, p. 274).

No desenvolvimento dessas oficinas com grupos da terceira idade (**Figura 70**), surgiram as opiniões de que “as atividades realizadas são relaxantes, diminuem a depressão e ainda são ensinadas aos netos” (FACCIO, 2011, p.282).

Na realização das oficinas de pintura Guarani em cerâmica (**Figura 71**), empregando vasilhas cerâmicas confeccionadas em olarias do Município de Indiana/SP, os participantes recriam desenhos Guarani nas cores preto, branco e vermelho (BACO, 2018).

O projeto doa às escolas os folders que contêm os desenhos Guarani recriados a partir das descobertas arqueológicas do Oeste Paulista e as vasilhas pintadas ficam com os participantes, como lembrança dessa atividade de educação patrimonial, que revela a destreza

e paciência requeridas para a execução de seus desenhos, despertando nos participantes a curiosidade pela arte daqueles povos de tempos pretéritos.

Figura 70: Oficina de argila para grupos da terceira idade no Município de Iepê



Fonte: Faccio (2011, p. 282).

Figura 71: Oficina de pintura Guarani em cerâmica realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê



Fonte: A autora (2018).

Na realização das oficinas de arte rupestre (**Figura 72**), são empregadas placas de pedra São Tomé, obtidas pela doação da Marmoraria Brasil, do Município de Presidente Prudente de pedaços de pedra São Tomé que iriam para o descarte. Nelas participantes reproduzem as pinturas de gravuras em abrigos e paredões rochosos que foram realizadas pelos homens pré-históricos no Brasil e, particularmente, no Oeste Paulista (VIEIRA, ROSA, FACCIO, 2014). Nessas oficinas, promove-se o interesse dos participantes pela arte rupestre no Brasil, entregando às escolas o Power Point, que contém as fotografias e informações sobre as pinturas reproduzidas na oficina, ficando como lembrança para cada participante sua Pedra São Tomé pintada.

Figura 72: Oficina de arte rupestre realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê



Fonte: A autora (2018)

Nos casos em que o LAG não dispõe de placas de pedra São Tomé para a realização dessa oficina, é utilizado o papel graft de grande dimensão, no qual, de forma colaborativa, todos os participantes recriam as pinturas rupestres resultando num mural coletivo que expõe as pinturas, e que, depois de pronto é doado às escolas como lembrança da atividade.

Nas oficinas de lascamento em pedra (**Figuras 73 e 74**), por motivos de segurança dos participantes, a atividade com as pedras é realizada por integrantes do LAG, capacitados para o desenvolvimento dessa prática e que, de forma participativa, explicam os procedimentos empregados pelas povoações indígenas para o lascamento da pedra, demonstrando como lascar uma pedra utilizando-se de outra.

Figuras 73 e 74: Oficina de lascamento em pedra realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê.



Fonte: A autora (2018).

Durante a realização dessa oficina, alguns dos participantes interagem diretamente no lascamento das pedras, junto à equipe do LAG, enquanto todos manuseiam as pedras lascadas e compartilham suas opiniões do desenvolvimento do lascado, que desperta neles a curiosidade e o respeito pelas técnicas empregadas por aquelas populações para o trabalho das rochas (LUZ, FACCIO, 2006).

A realização de capacitação oferecida aos professores da Rede Pública de Ensino na área de educação patrimonial sobre a presença indígena no Oeste Paulista é agendada com a Rede Municipal de Ensino, segundo a necessidade do Município. Nela são ministrados cursos (**Figura 75**) com uma duração mínima de trinta horas e palestras para professores de História e Geografia majoritariamente, que atualizam os conhecimentos dos participantes sobre o tema do índio brasileiro e a presença indígena no Oeste Paulista, com ênfase nas descobertas arqueológicas do Município de Iepê (FACCIO et al., 2017).

Figura 75: Aula de capacitação a professores realizada na Escola Estadual João Antônio Rodrigues do Município de Iepê



Fonte: A autora (2018).

Nessas capacitações são entregues aos participantes, Power Points, folders, textos e diversos materiais didáticos sobre a pré-história do Oeste Paulista, elaborados pelo LAG em diversas parcerias, e que servem como textos-base para a preparação das aulas dos professores. Com esse material, os professores apresentam os conteúdos a seus alunos, incentivando a curiosidade e o interesse dos estudantes pela temática, o que contribui para a divulgação da História dos índios da região.

Além de os docentes serem preparados para desenvolver ações de educação patrimonial com diversas turmas, também são capacitados para diagnosticar áreas de sítios arqueológicos, atuando imediatamente como agentes de preservação dos elementos da cultura material que compõe o patrimônio arqueológico, tendo consciência do adequado procedimento a ser tomado diante de uma possível descoberta arqueológica.

Na elaboração e distribuição de textos e materiais didáticos sobre a pré-história do Oeste Paulista, ressalta-se a criação de um texto de 20 páginas, que aborda o ensino nas Disciplinas de História e Geografia da pré-história do Oeste Paulista, servindo como base para a preparação das aulas. Esse texto é modificado com o passar do tempo, de acordo com as dúvidas ou sugestões dos professores e alunos, a fim de seu contínuo aprimoramento (FACCIO et al., 2017).

Nesse âmbito, situam-se também os livros “Os primeiros que chegaram”, “Paisagens culturais do Estado de São Paulo” e “Cultura, Arqueologia e Etno-história” inseridos na coleção “Os Primeiros que Chegaram”, publicada em parceria do LAG com a Editorial Canal 6 e “O Brasil dos Índios”, representando uma importante contribuição à divulgação da cultura indígena do Oeste Paulista (UNAN, 2015).

Além disto, citam-se três volumes de revistas em quadrinhos, que abordam os temas do “Museu de Arqueologia de Iepê”, “A história dos índios guarani no oeste paulista” e “A história dos índios Kaingang”, desenvolvidas em coordenação com área de Pedagogia e destinadas aos alunos de quinto e sexto ano do Ensino Fundamental, sendo propostas, ao seu final, atividades como palavras cruzadas, caça-palavras e desenhos para colorir (FACCIO, 2000).

Também quatro unidades didáticas dos temas “Cultura e Formação do Brasil”, “Patrimônio Cultural”, “Arqueologia” e “Noções de Território Guarani” são entregues aos professores, depois de ministrada uma aula sobre a temática em questão, abordando sequencialmente:

- O processo de formação da cultura brasileira e a contribuição dos principais grupos étnicos;
- A formação e a conceituação de patrimônio, patrimônio cultural brasileiro e a importância da educação patrimonial;
- A história do homem e suas diversas formas de manifestações, identificadas e reconhecidas por meio de vestígios materiais de culturas pretéritas;
- A forma como o grupo indígena Guarani vê o seu território (FACCIO et al., 2017).

A campanha de conscientização “Preserve a História e entre na História” (**Apêndice 7**), iniciada no ano 2010 tem como objetivo conscientizar as pessoas para informar ao MAI sobre qualquer descoberta de vestígio arqueológico, sem retirá-lo de sua posição original, ação pela qual é emitido um certificado que declara o informante “protetor do patrimônio arqueológico”, parabenizando sua atitude e ficando em uma galeria do MAI uma cópia desse documento, junto à foto da pessoa com a peça, para deixar registrada sua ajuda na preservação da História (FACCIO, 2000; 2011).

Essa campanha, desenvolvida fundamentalmente nas áreas urbanas próximas a sítios arqueológicos, teve início por solicitação de Olavo Santilli Ekman Simões, Diretor do MAI, dada o seu desejo de que todos os iepenses conhecessem o patrimônio arqueológico do Município e contribuíssem para sua preservação.

A programação de visitas a sítios arqueológicos com turmas de professores, alunos (**Figuras 76 e 77**) ou um conjunto de ambos resulta um elemento-chave para a sensibilização da população pela preservação desses sítios. Nessas visitas ou trabalhos de campo, os participantes acercam-se do entorno paisagístico de um sítio arqueológico, identificando os geoindicadores arqueológicos presentes na área e as alterações antrópicas ali ocorridas (FACCIO, 2015).

Figuras 76 e 77: Turma de alunos do LAG identificando geoindicadores arqueológicos no Sítio Pernilongo junto a Olavo Santilli Ekman Simões



Fonte: A autora (2018).

Nesse contexto, os participantes começam a perceber os vestígios arqueológicos presentes em superfície, aplicando seus conhecimentos da pré-história para a análise do espaço, com o emprego de mapas, Sistema de Posicionamento Global (GPS) e o desenho de

sua concepção da área do sítio arqueológico, neles fomentando, assim, o interesse pela pesquisa e proporcionando-lhes uma visão mais concreta da relação das populações indígenas pretéritas com o meio ambiente.

Além dessas visitas a sítios arqueológicos conhecidos, a equipe do LAG realiza perícias em sítios arqueológicos, a pedido da comunidade, que se incumbe de avisar ao MAI e ao LAG a descoberta de algum vestígio que possa indicar a presença de um novo sítio arqueológico ou a aparição de novas peças nas imediações da área de um sítio pesquisado, anteriormente, sendo de vital importância para as autoridades do Município e o pessoal do MAI e do LAG responder às solicitações de pesquisa de uma população tão comprometida com a conservação e divulgação de seu patrimônio arqueológico, como a iepense.

O treinamento de monitoria e o monitoramento de visitas ao MAI, têm por objetivo o aprimoramento dessas visitas, com a adequada capacitação dos monitores, procurando, durante esse tempo, que o público seja inserido pelos monitores na história dos diversos povos que habitaram a região do Vale do Rio Paranapanema, como pilares da formação do brasileiro (FACCIO, 2000; 2011).

Nas visitas ao MAI, o público observa os objetos musealizados em exposição, com uma descrição do contexto de sua coleta e sua funcionalidade, aportando um panorama da relação dessas populações com os objetos e a influência do meio geográfico nessa relação – sítio arqueológico - peça arqueológica – visualizando-se a mobilidade de seus objetos como parte de sua concepção de territorialidade (MORAIS, 1981).

Nesse contexto, todas as ações acima mencionadas promovem a preservação e a divulgação do patrimônio cultural indígena da região do Oeste Paulista, trabalhando a educação patrimonial, a fim de que os envolvidos valorizem a cultura indígena, inserindo os conhecimentos adquiridos em seu proceder cotidiano e, dessa forma, transmitindo-os a seus círculos socioculturais.

4.6 Ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial, vinculadas aos sítios arqueológicos do Município de Iepê

Baseando-nos nas informações anteriormente expostas sobre o Município de Iepê e as entrevistas realizadas, afirma-se que ele conta com o desenvolvimento de um variado número de ações referentes ao patrimônio arqueológico, as quais satisfazem parte da demanda populacional de interagir com essa parte de sua História, ainda que não conte com uma

estratégia sociocultural o aprimoramento destas ações, de modo a facilitar a transmissão do conhecimento do patrimônio arqueológico a todos os atores sociais do território e garanta a sistematicidade e continuidade deste labor, esse interesse é de fundamental importância.

No Município, desenvolvem-se as ações destinadas à conservação, promoção e gestão de seu patrimônio arqueológico em um clima de parceria entre os diversos departamentos/coordenadorias da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Dado o pequeno número de seus habitantes, legislativamente é estabelecido que esses quatro setores podem ser desenvolvidos por um mesmo grupo de funcionários.

Nesse marco, o trabalho patrimonial é desenvolvido no Município, principalmente pela Coordenadora do MAI, o Diretor do MAI e o Supervisor de Ensino e Ex-diretor de Cultura, em parceria com o LAG, os quais ali desenvolvem os projetos “Museu/Universidade: a extroversão do conhecimento” e “A Pré-História contada por meio dos objetos”.

A Prefeitura Municipal conta, ainda, com parcerias fora do município - com a USP e a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo - e dentro do município - com a Sociedade Amigos da Cultura de Iepê (SACI), o Ponto de Cultura de Iepê, o Ponto de Leitura "Caio Braga de Araújo" e o Museu Histórico da Igreja Presbiteriana de Iepê (MHIPI), os quais promovem a cultura e o turismo no território.

O desenvolvimento da gestão dos sítios arqueológicos do Município, trabalhada pela equipe citada, facilita a integração do patrimônio arqueológico no sector educacional e turístico, sendo o MAI uma Instituição de referência da arqueologia brasileira que atrai tanto arqueólogos como periodistas e amantes da cultura indígena no Brasil, contribuindo com o desenvolvimento territorial para a atração de novos capitais voltados ao desfrute do turismo cultural; a elevação do nível cultural da população e o reforço da identidade local.

Baseados nisto, temos que o patrimônio arqueológico exposto no MAI constitui um ponto-chave da inclusão do município no atual Mapa Turístico do Estado de São Paulo e no Circuito Turístico Oeste Rios, que contribuem consideravelmente para a visualização do Município de Iepê como lugar turístico que, atualmente, aguarda sua declaração como Município de Interesse Turístico pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. Esse patrimônio condiciona o incremento dos ingressos relacionados ao turismo no município, movimentando o capital local e contribuindo para o melhoramento da qualidade de vida de seus moradores.

Nesse sentido, o MAI realiza promoções de seu acervo em festas populares e quermesses, além de desenvolver um intenso programa de atividades em semanas temáticas

como as dos Museus e do Índio e mantém um cronograma anual de realização de oficinas e outras atividades com estudantes e público em geral do Município (MONTARDY, 2018b; 2018c).

Visualiza-se nesse cronograma o interesse da Prefeitura Municipal em fomentar e manter parcerias com instituições como a FCT/UNESP e a USP, que possuem qualificadas equipes multidisciplinares, capacitadas para empreender e assessorar as ações e os projetos vinculados com a presença indígena e o patrimônio arqueológico da região, assim como a preocupação da Secretaria Municipal de Educação de implementar ações de educação patrimonial sobre a temática nas escolas do Município, o que contribui para o aprimoramento das ações patrimoniais no território.

Consideramos, dada a situação em tela, que o Município executa uma adequada promoção de seu patrimônio arqueológico, expondo seus valores culturais, sem incorrer em uma mercantilização excessiva. Mas, também, consideramos pertinente o desenho de um novo folheto referente ao acervo arqueológico, que englobe as informações contidas nos dois existentes atualmente, unificando-os em um só folheto, e a criação de suvenires para sua comercialização, como lembranças nas instalações do museu.

Apresenta-se, assim, um contexto favorável para o desenvolvimento da gestão do patrimônio arqueológico no município, dado o extenso programa de ações ali efetivadas e a recente criação do Plano Municipal de Turismo, como documento diretor do conjunto de ações que colaborem para o desenvolvimento econômico de Iepê no setor turístico, onde se inclui o patrimônio arqueológico, como um de seus principais atrativos turísticos (MONTARDY, 2018).

O MAI encontra-se envolvido na criação dos estatutos dos “Museus do Interior”, que consiste no aprimoramento e na normatização dos documentos legais sobre os museus do Estado de São Paulo, produzido atualmente de forma colaborativa por uma equipe multidisciplinar de especialistas vinculados à temática.

O Município de Iepê conta com o privilégio de possuir uma população em sua maioria comprometida com a preservação do patrimônio arqueológico do território, como parte ativa de sua atividade sociocultural presente, visível em seu sentimento de orgulho de possuir o MAI e sua cooperação para o resgate de peças arqueológicas.

Seu programa de educação patrimonial - desenvolvido pelo LAG em diversas parcerias - tem o fim de motivar o interesse e a curiosidade da população pela cultura indígena da região, abrangendo, ao longo de seu trabalho, várias turmas de estudantes e

professores com materiais específicos do município. Isso incrementa seu apego e respeito pelo legado indígena, que representa o patrimônio arqueológico, transformando-os em agentes conscientes da sua importância como recurso endógeno do desenvolvimento do território.

Nesse contexto, torna-se necessário o aprimoramento da gestão do patrimônio arqueológico mediante a criação de uma estratégia que abarque todas as ações até o momento efetivadas no Município em um eixo central, com objetivos específicos, que permitam focar essas ações em linhas de trabalho predefinidas, como modo a garantir a continuidade de sua execução sistemática, acreditando-se na viabilidade desse empreendimento, em vista da disposição de suas autoridades em trabalhar conjuntamente com Instituições como a FCT/UNESP, entre outras, no aprimoramento de sua gestão.

Neste Município existe um sentimento de identificação da população e autoridades locais com o legado indígena do território, que tem contribuído para o aprofundamento do sentimento de identidade local, unindo a diversas gerações na proteção e conservação patrimonial, com conquistas em prol do patrimônio arqueológico, como é o caso da criação do MAI.

Afirma-se que, em Iepê, ainda que falte um documento integrador da gestão do patrimônio arqueológico na Prefeitura Municipal, como constituiria uma estratégia sociocultural, os relatórios das atividades desenvolvidas em parceria com o LAG da FCT/UNESP no município e as ideias abordadas em seu Plano Municipal de Turismo, apresentam o trabalho desenvolvido entorno do patrimônio arqueológico no território, mostrando um consolidado trabalho patrimonial, referência de boas práticas dentro da temática.

Partindo do contexto apresentado, foi gerado o seguinte diagnóstico (**Quadros 5**) de potencialidades, limitações e problemas, agrupados por áreas temáticas, incluindo sugestões para aprimoramento das ações no Município, com o objetivo de contribuir, expor e aprimorar o estado do trabalho em relação ao patrimônio arqueológico no Município de Iepê.

Quadro 5: Diagnóstico das principais potencialidades, limitações e problemas do trabalho com o patrimônio arqueológico no Município de Iepê

Área temática	Potencialidades	Limitações	Problemas	Sugestões
Promoção e Divulgação	Existência de dois folhetos no MAI, que promovam o acervo arqueológico.	Ambos os folhetos são antigos e podem ser unificados para apresentar em só material os valores do acervo.	Gasto de recursos desnecessário na impressão de dois folhetos.	Criação de um folheto atualizado que aborde o acervo do MAI, tendo seu desenho duas variantes: uma para folder com brilho e outra para impressão com fundo branco em papel reciclado (Apêndices 8 e 9).
	Existência de um folheto no MAI para a promoção turística do Município, integrando o patrimônio arqueológico no desenvolvimento turístico.	Falta de recursos para criação e impressão de folhetos.	Falta de recursos.	Criação de folhetos com baixo custo de impressão.
	A Coordenadora do MAI, em parceria com a Prefeitura Municipal e o LAG/UNESP, desenvolve ações de divulgação em durante todo o ano, no Município (festas populares, quermesses, semanas temáticas).	O MAI não conta com painéis impressos que permitam fazer a promoção de qualquer atividade do Município.	A não existência deste recurso limita o impacto visual da promoção fora do Museu.	Criação de um painel para apresentação das principais peças e informações do acervo do MAI, para efetivar a promoção arqueológica em atividades fora do Museu (Apêndice 10).
	O Município conta com o programa de incentivo à leitura no qual são inseridos diversos textos da presença indígena no Oeste Paulista.	Não inserção do texto na sala de leitura.	Falta de recursos para impressão.	Elaboração de projetos junto à FCT/UNESP para buscar recursos.
	No o Website da Prefeitura Municipal de Iepê encontra-se informação sobre o MAI, além de sua localização e telefone de contato.	Falta de recursos. Falta de textos. Pouco material elaborado na área de patrimônio.	Falta de recursos e pessoal qualificado.	Elaboração junto à FCT/UNESP dos textos para esse website e busca de pessoal qualificado para fazer esse trabalho.
	No o Website da Prefeitura Municipal de Iepê se encontram diversas notícias relacionadas ao MAI, denotando seu impacto na vida cultural do Município.	Pouca informação nas notícias. Poucas notícias.	Falta de um cronograma para organizar as atividades do site web	Parceria com a UNESP para adequar os dados do website.
Educação Patrimonial	A realização de capacitações com professores de rede pública de ensino do Município garante a preparação e o aprimoramento dos conhecimentos desses docentes sobre a temática do índio brasileiro.	Horário disponível dos professores	Recursos para trabalhos de campo	Incentivo da Prefeitura municipal para realização de trabalhos de campo dos professores nas áreas dos sítios arqueológicos

Área temática	Potencialidades	Limitações	Problemas	Sugestões
Educação Patrimonial	A realização de oficinas de produção de cerâmica Guarani, pintura Guarani em cerâmica, arte rupestre e lascamento em pedra com diversos públicos (crianças, professores, idosos, estudantes) pela equipe do LAG da FCT/UNESP ou pela coordenadoria do MAI, constitui um incentivo e motivação para os participantes conhecerem mais sobre a cultura dos povos indígenas do Brasil, fortalecendo o programa de educação patrimonial do Município.	Falta de espaço para o desenvolvimento das atividades.	Falta de recursos para a compra de materiais.	Cobrar a realização das oficinas para repor os materiais. Solicitar junto à Prefeitura um espaço para a realização das oficinas
	Produção pelo LAG da FCT/UNESP de diversos materiais didáticos e textos que viabilizam a ministração das aulas sobre a presença indígena no Oeste Paulista em parcerias que incluem as escolas do Município, os quais são aprimorados com o passar do tempo.	Falta de recursos.	Adaptar os materiais há produzidos	Buscar recursos a Agências de Fomento.
Vinculação ao desenvolvimento territorial	O MAI constitui um atrativo turístico de alto impacto no município, registrado como Município de Interesse Turístico pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, encontrando-se no catálogo do Circuito Turístico Oeste Rios.	Falta de infraestrutura.	Instalações não adequadas para receber os turistas	Estimular o comércio local a adequações de infraestrutura. Estimular que a Prefeitura resolva questões de infraestrutura para recebimento dos turistas.
	A criação constante de parcerias entre o MAI e outras Instituições do município com fins da promoção turístico-cultural constitui um exemplo de promoção do patrimônio arqueológico.	Falta de pessoal especializado.	Falta de parcerias.	Estabelecimento de parcerias
	O MAI oferece como lembrança a seus visitantes, diversos folhetos que promovem seu acervo e outros lugares de interesse turístico do município.	O MAI não conta com a venda de suvenires como figuras ímãs e chaveiros, que colem fundos para ajudar a seu mantimento.	O MAI não conta com recursos para desenvolver a criação de suvenires.	Produção de suvenires, mesmo que seja terceirizada.
	O Plano Municipal de Turismo de Iepê expõe dentro de suas atividades, não só visitas ao MAI, como também visitas guiadas aos sítios arqueológicos do Município.	Os sítios arqueológicos estão localizados em áreas de propriedades particulares.	Impedimento da entrada de turistas nas áreas dos sítios.	Buscar a área de um sítio arqueológico para visitaçào, a partir de parceria com o proprietário.

Área temática	Potencialidades	Limitações	Problemas	Sugestões
Proteção e conservação	Os sítios do Município são pesquisados pela equipe do LAG e MAR da FCT/UNESP e colaboradores da USP	Ainda se precisa implementar o estudo com técnicas de arqueologia subaquática em diversos sítios submersos no Lago da Hidroelétrica Capivara, dos quais se desconhece sua extensão.	Ainda não existe um convênio formal e legalizado um pressuposto destinado a atingir este estudo com técnicas de arqueologia subaquática.	Estabelecer uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Iepê e a FCT/UNESP, com a finalidade de elaborar um projeto de estudo desses sítios, com técnicas de arqueologia subaquática, para tentar obter financiamento.

Fonte: A autora (2018)

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Aceitar o território como categoria que expressa a apreensão do espaço geográfico por diferentes atores sociais, incluindo os estatais e sistematizar as dimensões ambiental, econômica, social e cultural em função da sustentabilidade do desenvolvimento territorial, fundamentam a eleição dessa categoria geográfica como a apropriada para a realização desta pesquisa.

A possibilidade de que no território ocorram todas as sinergias explicitadas, permite o caminho para a aplicação de uma estratégia sociocultural como um instrumento que leva a riqueza do patrimônio arqueológico à sociedade, efetivando-se nesta pesquisa um diagnóstico sociocultural, que constitui o segundo passo e antecedente à futura implementação de uma estratégia sociocultural nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, SP.

A partir da realização do diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico dos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, segundo estágio/passos da criação e implementação de uma estratégia sociocultural nesses municípios, verificamos que nenhum dos três ainda possui uma estratégia sociocultural que possibilite a transmissão do conhecimento do patrimônio arqueológico a todos os atores sociais do território e que garanta a sistematicidade e continuidade deste trabalho, estabelecendo as linhas de ação a serem desenvolvidas e as parcerias necessárias para sua efetiva execução, embora os três apresentem uma série de ações dedicadas a este propósito, cumprindo o estabelecido na legislação brasileira sobre o assunto.

Nesses três territórios, avaliados a partir das características do desenvolvimento da atividade humana sobre o espaço geográfico que compreende cada um desses municípios, como as dimensões ambiental, econômica, social e cultural, é possível perceber uma evolução do apego à identidade local, estruturada com base nos valores do legado das populações pretéritas do Brasil, exposto nas descobertas arqueológicas.

Evidenciam-se neles, a vinculação do desenvolvimento dos micro negócios associados ao turismo e o auge da demanda de atividades de educação patrimonial por parte das escolas locais, com a conscientização dos poderes públicos municipais e a população local, do valor de seu patrimônio e os significados socioculturais que representam para a sociedade atual.

Nesse contexto, podemos supor que a visualização das boas práticas e debilidades do trabalho, vinculadas ao patrimônio arqueológico até o momento neles desenvolvidos, contribuirão para seu futuro aprimoramento. Observa-se que nos municípios em tela se cumprem a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos

arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza no território nacional e a Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015 do IPHAN, que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem seguidos pelo Instituto, nos processos de concessão de licenciamento ambiental (BRASIL, 1961).

A legislação em tela garante, unicamente, que as grandes empresas latifundistas, cujos empreendimentos geram uma grande movimentação de terra, como no caso de plantios de cana-de-açúcar e soja, apresentem o laudo de um arqueólogo para registrar os sítios arqueológicos e de valor histórico, com resgate ou cercamento da área, a ser avaliado pelo IPHAN.

Nesse contexto, a aplicação da legislação favorece as grandes empresas ao expor, em diversos pareceres do IPHAN, que os sítios com materiais fragmentados na superfície não precisam ser resgatados, pois eles estão destruídos. Portanto, ainda que o Brasil tenha uma legislação para proteção do patrimônio, sua aplicação, lamentavelmente, favorece os grandes capitais, em detrimento do patrimônio dos povos indígenas.

Nas visitas aos sítios arqueológicos, verifica-se que o patrimônio arqueológico, propriedade da Union, encontra-se em propriedades privadas, dependendo os pesquisadores da boa vontade dos donos das terras para permitir-lhes o acesso a eles.

Ao abordar concretamente as ações desenvolvidas nesses municípios, surge o questionamento: existe gestão do patrimônio arqueológico nos municípios em tela? Para esta pergunta a resposta é que, ainda que existam ações acerca do patrimônio arqueológico nesses municípios, a partir de diversas parcerias, não existe um planejamento estratégico que oriente essas ações, no sentido de solucionar as problemáticas vivenciadas em cada um desses territórios, no que se refere ao patrimônio arqueológico.

A carência de um estado da arte e de um trabalho progressivo/contínuo temporalmente em relação ao patrimônio arqueológico, além da falta de um documento condutor/direcionador, apresentando os objetivos e linhas de trabalho que garantam a gestão do patrimônio arqueológico, nos leva a considerar que não existe uma gestão do patrimônio arqueológico nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê.

Nesse diagnóstico, constatamos que nos municípios citados, é preciso continuar trabalhando em torno do patrimônio arqueológico, em função de conservar e promover esse patrimônio como recurso endógeno do território, que contribuirá para o desenvolvimento local e a dinamização da economia local, promovendo espaços de ócio, que elevem o nível

cultural da população e promovam a identificação da população com os valores da cultura local, além de consolidar a identidade local e aportar cidadania.

Precisamos empreender ações/estratégias com base a dar visibilidade ao patrimônio arqueológico, a partir das autoridades e da população, a fim de contribuir para sua adequada valorização, sendo essencial a divulgação dos novos conhecimentos gerados sobre tal patrimônio e a preservação da informação documental e bibliográfica já existente sobre ele.

Sabemos que esse três municípios são unidos pelo denominador comum, a carência de uma estratégia/documentação dirigida ao escopo das necessidades locais desse patrimônio, considerando que, nos casos citados, o desenvolvimento de ações ao redor do patrimônio arqueológico não apresenta um planejamento estratégico vinculado à evolução da temática.

De forma geral, os traços das diversas culturas dos habitantes pré-históricos de todo o Oeste do Estado de São Paulo são similares em alguns aspectos e a gestão dos sítios arqueológicos é condicionada pelo interesse da comunidade e das autoridades locais e municipais em sua proteção e inserção no desenvolvimento local e regional, assim como para a obtenção de recursos monetários e materiais.

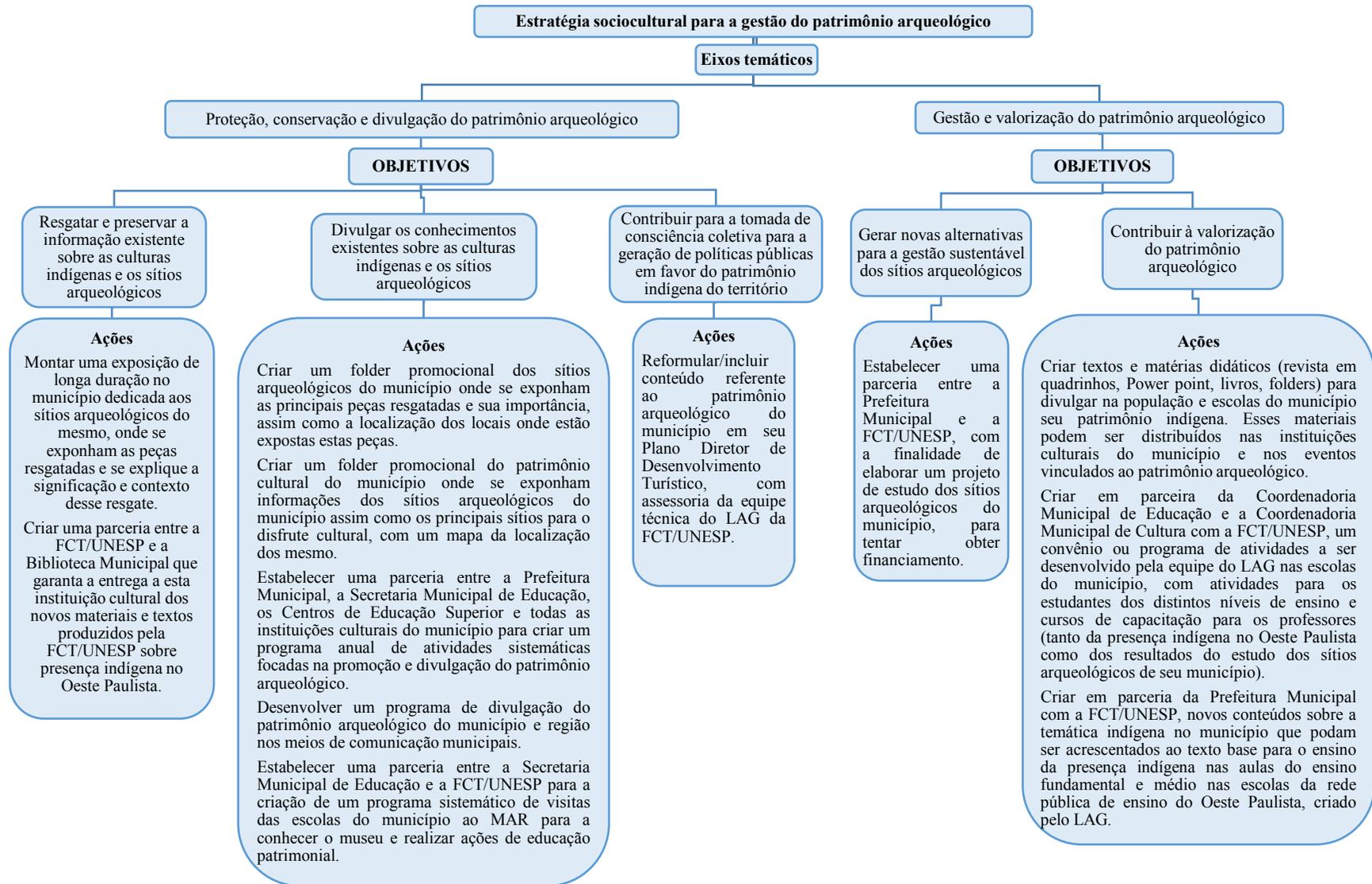
A principal deficiência detectada nesse diagnóstico sociocultural é a segmentação dos programas de ações a instituições concretas, sem considerar a articulação de todos os atores sociais para a geração de uma participação sociocultural na criação de estratégias e planos de ações patrimoniais, observando-se uma divisão de forças na efetivação de ações, que propicia a perda de elementos centrais do contexto sociocultural onde se localiza o patrimônio.

Também nesse contexto, expomos, que o caso do Município Iepê constitui um exemplo de boas práticas dentro do Oeste Paulista, ao ser consciente da importância e do valor do seu patrimônio arqueológico. A criação do MAI é um exemplo de participação cidadã no desenvolvimento territorial, que apresenta a coesão da população e das autoridades locais, em parcerias especializadas da área arqueológica (FCT/UNESP; USP), no objetivo de afiançar a identidade local e permitir às sociedades atuais uma aproximação consciente da realidade passada das tribos indígenas que habitaram o Oeste Paulista, a partir do patrimônio arqueológico presente no município.

Diante do exposto, propõe-se criar uma estratégia sociocultural para os Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, SP, que, como documento conformado com participação de todos os atores sociais do município, sirva de guia para a continuidade e o aprimoramento da gestão patrimonial nesses territórios, partindo da seguinte figura (**Figura 78**) onde estão delimitadas as linhas de trabalho a serem desenvolvidas ou aprimoradas, com a

finalidade de criar e garantir a manutenção de ações sistemáticas que fortaleçam a identidade local, atingindo diversas gerações e, paralelamente, promovendo os processos de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial em relação ao legado indígena de cada território.

Figura 78: Indicativos para o desenho de uma estratégia sociocultural nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, SP



Fonte: A autora (2019).

Baseando-nos na legislação relativa às APPs⁸, que expõe e regulamenta o pagamento como serviço ambiental aos donos de propriedades que incluam APPs pela correta proteção dessas áreas, propomos incentivar a criação de uma política pública que permita realizar um pagamento como serviço ambiental aos proprietários de terras com sítios arqueológicos em sua propriedade, considerando duas variantes:

- a) O pagamento por um determinado tempo, como serviço ambiental aos proprietários de terras com sítios arqueológicos recém-descobertos ou não estudados à profundidade, que permita, no tempo conveniado, que o proprietário do terreno não faça nenhuma atividade dentro da área do sítio arqueológico permitindo livremente o estudo da área e seu resgate. Nesses casos, assegura-se a preservação do patrimônio, ao ser garantido seu estudo e registro no IPHAN e posterior liberação da área para uso do proprietário na atividade agrícola ou de lazer, que este estime conveniente.
- b) O pagamento permanente aos proprietários de terras com sítios arqueológicos de relevância para cultura local, dada a quantidade de peças que contêm e sua singularidade dentro do acervo arqueológico da região, para assegurar a não utilização daquela área para nenhuma atividade - lazer, comercial, agrícola - por parte do proprietário da terra, deixando estabelecido o livre acesso a ela para seu contínuo estudo e ações educacionais, podendo-se realizar escavações, visitas guiadas de centros educacionais e ações de educação patrimonial e ambiental na mesma, sem nenhum impedimento por parte do proprietário da terra.

Com essa recomendação, pretendemos combinar os interesses do Estado – conservação do patrimônio nacional – e os dos proprietários de terras - fazer rentáveis as terras – em uma relação de mútuo benefício, onde, sem a afetação dos interesses da parte privada do Estado, se consiga uma adequada conservação e gestão do patrimônio arqueológico como parte do patrimônio cultural da nação brasileira.

Diante o exposto, finalizamos este diagnóstico sociocultural e deixamos para a tese de doutorado o Plano de Gestão para a área do patrimônio arqueológico dos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê.

⁸ O pagamento de serviços ambientais nas APPs ocorre de acordo com a Lei no 12.512/11.

REFERÊNCIAS

- AIALA, S. **Município de Iepê inaugura instalações do Museu Arqueológico.** 2007. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/municipio-de-iepe-inaugura-instalacoes-do-museu-arqueologico/>> Acesso em: 14 abr. 2018.
- ABREU, D. S. **Formação Histórica de uma cidade pioneira Paulista: Presidente Prudente.** Editora Ciências e Letras. FFCLPP, Brasil, 1972.
- ALVES, A. F. **A apropriação dos recursos naturais por grupos pré-históricos no Baixo Vale do Rio Paranapanema Paulista: o estudo do sítio arqueológico Lagoa Seca, Iepê, SP.** (Monografia de Bacharel em Geografia) FTC/UNESP. Presidente Prudente, SP, 2013.
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA DA FCT UNESP. **História guarani sai do chão.** 2012. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci_ses/jornalunesp/acervo/283/reportagem-de-capa> Acesso em: 10 abr. 2017.
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA DA FCT UNESP. **Reitor da Unesp inaugura em Presidente Prudente o Laboratório e Museu da Arqueologia Regional.** 2006. Disponível em: <<http://blog.fct.unesp.br/blog/?p=8097>> Acesso em: 10 abr. 2017.
- ALONSO, A.; BELL, R. **El desarrollo territorial a escala local.** La Habana, Editorial UH. 2013.
- ALVA, W. **Património cultural del Perú.** Fondo Editorial del Congreso del Perú. Volumen I, p 848, Lima, 2000.
- ALVA, W. **Sipan 25 Años Del Descubrimiento 10 Años Del Museo.** Lima: Universidad Alas Peruanas, Lima, 2012.
- AMADO, R., BARREIRO, D., CRIADO, F., MARTÍNEZ L. **Especificaciones para una gestión integral del impacto desde la Arqueología del Paisaje.** TAPA. Santiago de Compostela: Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe. 2002.
- ARMAS, N. **Caracterización y diseño de los resultados científicos como aportes de la investigación educativa.** Ponencia presentada en el evento de pedagogía 2003. La Habana, Cuba. 2003.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Narandiba, SP.** 2013 Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/narandiba_sp> Acesso em: 14 abr. 2018.
- BACO, H. M. **Arqueologia Guarani e Experimental no Baixo Paranapanema Paulista: o estudo dos sítios arqueológicos Lagoa Seca, Pernilongo, Aguinha e Ragil II.** (Tese de Mestrado em Arqueologia) MAE/USP, São Paulo, SP, 2012.

_____. **A cerâmica pintada Guarani: o estudo dos desenhos presentes nas cerâmicas arqueológicas da área do Projeto Paranapanema** (Tese de Doutorado em Arqueologia) MAE/USP, São Paulo, SP, 2018.

BALLART H, J. **Patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Editora Ariel, Barcelona. 2002.

BARONE, L. A. **Projeto Memória étnica em comunidade indígena: cultura, identidade e história**. FTC/UNESP. Presidente Prudente, SP, 2017.

BARREIRO M. D. **La aureola perdida: propuesta para una Arqueología Aplicada**. 2006. Disponível em: < <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>> Acesso em: 10 abr. 2017.

BARRAGAN, M. **Medio desarrollo de las áreas litorales. Guía práctica para la planificación y la gestión integradoras**. Barcelona: Editora Oikos Ambiente y Tau S.A., 1997.

BOISIER, S. **Conversaciones sociales y desarrollo regional**. Potenciación del capital sinérgico y creación de sinergia cognitiva en una región. Talca: Editorial de la Universidad de Talca., 2000.

BORELLI, S, H. S. Os kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: VARIOS AUTORES. **Índios em São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo, Ed. Yankatu e Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: < <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Brazil/esp88.html>> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **LEI Nº 12.727, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112727.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8313cons.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 27 DE MAIO DE 2009**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 25 DE MARÇO DE 2015**. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. MINISTÉRIO DA CULTURA. **SISTEMA NACIONAL DE CULTURA**. 2017. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/sistema-nacional-de-cultura>> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. MINISTÉRIO DA CULTURA. **LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010**. Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 302, DE 20 DE MARÇO DE 2002**. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=299>> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002**. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa de Aceleração do Crescimento PAC**. 2007. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LEI Nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos**. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano Estadual de Cultura do Estado de São Paulo**. 2015. Disponível em: <<http://www.planoestadualdecultura.sp.gov.br/>> Acesso em: 10 abr. 2017.

BRUNO, O. Ma. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. ULHT, **Cadernos de Sociomuseologia**. Vol. 17, Nº 17. São Paulo, Brasil, 1999.

CANDIOTTO, L. Z. **Circuito italiano de turismo rural: gênese, desenvolvimento e implicações espaciais**. Cascavel, Pr: Edunioeste, 2010, 342 p.

CARRERA, B., MAZZARELLA, C. **Vygotsky: enfoque sociocultural**. Mérida: Educere, 2001.

CABRERA, J. I. **Relatório de Pós-doutorado. Ações de curadoria para a análise da Arqueologia Regional do Oeste Paulista**, FTC/UNESP, 2017.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **História da CIESP**. 2018. Disponível em: <<http://www.ciesp.com.br/prudente/sobre/historia/>> Acesso em: 10 jul. 2018.

CERDEÑO, L, LIÉBANA, D. La Rentabilidad de los Yacimientos Arqueológicos. **Revista de Arqueología**. Nº 205, Madrid, p. 30-39, 1998. ISSN 0212-0062.

CIDADES DO MEU BRASIL. **Narandiba**. 2018. Disponível em: <<https://cidadesdomeubrasil.com.br/sp/narandiba>> Acesso em: 14 abr. 2018.

COCAL. **Nossa história**. 2017. Disponível em: <<http://www.cocal.com.br/conteudo/1/1/nossa-historia.html>> Acesso em: 10 abr. 2017.

CORRÊA, R. L. E Z. ROSENDAHL. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, 224 p. s.

CORRÊA, R. L. Espaço e simbolismo, IN: CASTRO, I.E.DE., P.C.DE C. GOMES., R.L. CORRÊA- **“Olhares geográficos. Modos de ver e viver o espaço”**. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2012. p. 133- 153.

CORREIA, A. 2014. **A caminho do Centenário, Presidente Prudente conta dois excelentes Museus**. Disponível em: <<http://altinocorreia.blogspot.com/2014/05/a-caminho-do-centenario-presidente.html>> Acesso em: 10 jul. 2017.

COSTAS, A., DURÁN, C., TERMES, M. **Análisis y evaluación de políticas públicas**. 2004. Disponível em: <https://SpacesStore/f9f39454-7250-47f4-ba7a-0ba03782f174/Guia_de_Elaboracion_de_Políticas_Publicas.pdf?guest=true> Acesso em: 10 abr. 2017.

COLAVITE, A. P; BARROS, M. V. F. Geoprocessamento aplicado a estudos do Caminho de Peabiru. **Revista ANPEGE**, V. 5, Brasil, p. 86-105, 2009.

CRIADO B, F. **La memoria y su huella**. Sobre arqueología, patrimonio e identidad. Claves de la Razón Práctica, Madrid, España, 2001.

_____. El futuro de la Arqueología, ¿La Arqueología del Futuro? **Revista Trabajos de Prehistoria**. Vol 53, Nº.1, Madrid, España. 1996. p. 1535.

DATGEL. Software de Geotechnical and Geoenvironmental Data Solutions & Reporting. Disponível em: <<https://www.datgel.com/>> Acesso em: 5 abr. 2018.

DA SILVA, C. J. **Iepê, minha amada querida**. São Paulo: Edição do Autor, 2006.

DÍAZ, R. **Disertaciones filosóficas en el debate de la identidad**: Honda, no.4, 2001, p. 22-23.

DOMINGUES, J. M. **Da Bela Vista à Liberdade**: A fundação de Iepê, Sp. 2015 Disponível em: <<http://porangabasuahistoria.com/artigos-publicados/da-bela-vista-a-liberdade-a-fundacao-de-iepe-sp/>> Acesso em: 10 abr. 2018.

ESTEVAM, E. A.; KUNZLI, R. **Análise de material cerâmico pré-histórico da Região de Presidente Prudente, SP**. FTC/UNESP, 2004.

ESTRADA, M. **Domesticación de las almas**. Editorial Félix Varela. La Habana, Cuba. 2005.

ESTRADA, V. **Estratégia sociocultural para el rescate de las tradiciones**. Editorial Félix Varela, La Habana, Cuba, 2009.

FACCIO, N.B. **Projeto Museu/Universidade: a extroversão do conhecimento**. FCT/UNESP. Presidente Prudente, SP, 2000.

_____. **Projeto Patrimônio Histórico, Arqueológico e Arquitetônico do Estado de São Paulo**. FCT/UNESP. Presidente Prudente, SP, 2010.

_____. **Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema: estudo dos sítios de Iepê**. (Tese de Livre-Docência em Arqueologia). MAE/USP, São Paulo, SP, 2011.

_____. Os Sítios Arqueológicos Guarani do Município de Iepê, Estado de São Paulo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Brasil**, vol. 25, 2015, p. 119-131.

_____. **Relatório de diagnóstico arqueológico prospectivo e programa de educação patrimonial para a área da COCAL**. Arqueologia Preventiva. 2016.

_____. **Relatório dos sítios arqueológicos do Município de Iepê, Estado de São Paulo, Brasil**. FCT/UNESP. 2017.

FACCIO, N.B et al. Ocupação indígena de Presidente Prudente. **Caderno Prudentino de Geografia**, 2017a.

_____. **Assentamentos indígenas na área da Bacia do Rio Santo Anastácio**. Água. ANAP, 2017b.

_____. Os Primeiros que Chegaram em Presidente Prudente. **Coleção os Primeiros que Chegaram**. Canal 6, 2017c.

_____. **Projeto A Pré-História contada por meio dos objetos**. FCT/UNESP. Presidente Prudente, SP, 2017d.

FRANCO J. **Diseño de Políticas Públicas**. Puebla, México: Editorial IEXE. 2014.

GERHARDT, T., SILVEIRA, D. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre. RS: Editora UFRGS, 2009 GOMEZ OREA, D. **Ordenación Territorial**. 2. Ed. Madrid Editora Mundi, Prensa Libros, 2007.

GUIA DAS ARTES. **Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia**. 2015. Disponível em: <<https://www.guiadasartes.com.br/sao-paulo/presidente-prudente/centro-de-museologia-antropologia-e-arqueologia>> Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. **Museu de Arqueologia de Iepê**. 2015a. Disponível em: <<https://www.guiadasartes.com.br/sao-paulo/museu-de-arqueologia-de-iepe>> Acesso em: 14 abr. 2018.

HADDAD, P. R. **Las Experiencias de Desarrollo Regional en América Latina**. Anais do III Congresso Internacional de Desarrollo Local. La Habana, Cuba, 2013.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate**; Geographia; Rio de Janeiro, 2007, Ano IX, No.17, p. 19-46.

HENRIQUE, L.; PAULA, A. **História de Presidente Prudente**. 2010. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/acidade.xhtml>> Acesso em: 10 jul. o 2017.

HERNÁNDEZ, R.; FERNÁNDEZ, C.; BAPTISTA, P. **Metodología de la investigación**. DF, México Editora S. A. de C. V. Mcgraw-Hill Interamericana, 1998.

HOSPITAL MUNICIPAL DE IEPÊ. **História do Hospital Municipal de Iepê**. 2014. Disponível em: <<http://hospitaliepe.com.br/2014/?pag=historia>> Acesso em: 10 abr. 2018.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> Acesso em: 10 jul. o 2017.

_____. **Presidente Prudente**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama>> Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Histórico de Presidente Prudente**. 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/historico>> Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Narandiba**. 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/narandiba/panorama>> Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Histórico de Narandiba**. 2017c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/narandiba/historico>> Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Iepê**. 2017d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/iepe/panorama>> Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. **Histórico de Iepê**. 2017e. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/iepe/historico>> Acesso em: 13 jun. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Programa Nacional de Apoio à Cultura**. 1991. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/622>> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural**. 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/223>> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761>> Acesso em: 10 abr. 2017.

INVERNÓN D, **Propuesta de Estrategia sociocultural del Centro de Información Francisco Guasch Ferrer dirigida a potenciar el desarrollo de la cultura informacional de los estudiantes de segundo año de Estudios Socioculturales**. Pinar del Río: Universidad de Pinar del Río Hermanos Saíz Montes de Oca, 2008.

JIMÉNEZ, G. **Diseño de una estrategia de promoción sociocultural dirigida a los estudiantes de la Universidad de Pinar del Río**. (Tesis de maestria). Pinar del Río, Cuba. 2007.

KUNZLI, R.; MATSUZAKI; D. Projeto Museu-escola: Dialogando com a interdisciplinaridade. **Revista Ciência em Extensão**, UNESP. Vol. 2. N 1. 2005.

KUNZLI, R. **Análise das gravuras do sítio arqueológico Narandiba**. (Tese de Doutorado em Arqueologia). FFLCH/USP, São Paulo, 1991.

LEAL, C. **Projeto Museu-escola** dialogando com a interdisciplinaridade. FCT/UNESP. Presidente Prudente, SP, 2018.

LEITE, J. F. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. São Paulo FFCLPP, 1972.

LUZ, J. A. R. **Estudo da tecnologia de peças líticas lascadas no Vale do Rio Paranapanema**: Sítios Arqueológicos Vallone e Guruaia. (Tese de Mestrado em Arqueologia). MAE/USP, São Paulo, SP, 2010.

LUZ, J.A.R.; FACCIO, N.B. **A pedra lascada dos índios guarani, pré-históricos, a partir de uma análise tecnológica**. Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio Grande, RS. 2006.

MACEDO, R. **História de Presidente Prudente**. Museu Municipal e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto, 2006.

MACHADO, G. **Por uma territorialização da bacia hidrográfica**. In: SAQUET, M.A. **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2013, p.107 -128.

MACÍAS R. **El trabajo sociocultural comunitario. Fundamentos epistemológicos, metodológicos y prácticos para su realización**. (Tesis de maestria). Universidad de las Tunas, Cuba, 2015.

MARCK, R. **Sobre o Itinerário de Ulrich Schmidel através do Sul do Brasil (1552 – 1553)**. Curitiba -PR, Brasil, 1959.

MARCHIONI, M. **Comunidad, participación y desarrollo**: teoría y metodología de la intervención comunitaria. Madrid, España, Editorial Popular, 1999.

MARTÍN B, J. **Jóvenes**: comunicación e identidad. 2000. Disponível em: <<http://www.pensariberoamerica.com>> Acesso em: 10 abr. 2017.

MARTÍN, A., ROTMAN, M. Introdução. **En Revista: Cuadernos de Antropología Social** N° 21. Publicación de la Sección de Antropología Social, ICA, CUBA. 2005, p 7-15.

MARTIN, F. **Metodología de la Investigación Social**. La Habana, Cuba: Editora Pueblo y Educación. 1990.

MASSIRIS CABEZA, A. **Geografía y Territorio**. Procesos territoriales y socio espaciales. Aproximación desde Iberoamérica. Tunja: Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 2009.

MILANI, N.; CABRERA J.; KUNZLI, R. **Relatório das atividades e visitas do CEMAARQ do ano de 2017**. FCT/UNESP. 2017.

MOLINARI, R. **Rumbo a lo conocido**: causas, condiciones y consecuencias en la difusión de sitios arqueológicos. IV Jornadas de Arqueología de la Patagonia, Río Gallegos.1999.

MONTAÑES, O.; DELGADO, O. **Espacio, territorio y región**: conceptos básicos para un proyecto nacional; Cuadernos de Geografía, Revista de la Universidad Nacional de Colombia, Bogota, vol. VII, Nos.1-2, 1998, p. 120 – 134.

MONTARDY, L. H. **Entrevista a Paulo Fernando Zaganin Rosa**: Responsável pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Iepê. 2018.

_____. **Entrevista com Olavo Santilli Ekman Simões**: Diretor do Museu de Arqueologia de Iepê. 2018a.

_____. **Entrevista com Maria Bernadete de Almeida Garcia**: Coordenadora do Museu de Arqueologia de Iepê. 2018b.

_____. **Entrevista com Nejme Maria Zakir Campeão**: Coordenadora do Ponto de Cultura do Município de Iepê. 2018c.

_____. **Entrevista com Ester Vânia da Silva Moraes**: Coordenadora Municipal de Cultura e Turismo do Município de Narandiba. 2018d.

_____. **Entrevista com Joana Rita Ribas Branco**: Coordenadora Municipal de Educação do Município de Narandiba. 2018e.

_____. **Entrevista a José Fábio Sousa Nogueira**: Secretário Municipal de Cultura do Município Presidente Prudente. 2018f.

_____. **Entrevista com Valentina Tereshkova Trugilo Romeiro Flores**: Diretora do Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto. 2018g.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, São Paulo, 1984.

MORAIS, J. L. **Projeto Paranapanema**: Avaliação e perspectivas. Revista de Antropologia. Vol. 24. MAE/USP, São Paulo Brasil, 1981.

_____. **Salvamento arqueológico na área de influência da PCH Moji-Guaçu**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, MAE-USP, São Paulo, N° 5. 1995.

_____. **Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema Paulista**. (Tese de Livre Docência). MAE/USP, São Paulo, 1999.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. Ensaios de história, epistemologia e otologia do espaço geográfico. São Paulo, Editora Contexto. 2010.

MORENO B, M. **Patrimonio cultural**. Puesta en valor y uso. Una reflexión. Revista Científica Vector Plus. España. Nº. 20, pp. 41-49, 2002, ISSN 1134-5306.

MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO PREFEITO ANTÔNIO SANDOVAL NETTO. **Histórico da cidade**. 2015. Disponível em:<<http://presidenteprudente.sp.gov.br/museu/historicomunicipalHistorico.jsp>> Acesso em: 10 jul.2017.

NORIEGA, R. **Fundamentos de la integración interdisciplinaria a partir de la Cultura Local en la Escuela de Instructores de Arte de Pinar del Río**. (Tesis de Maestría). Pinar del Río, Cuba, 2003.

OSE. **Patrimonio natural, cultural y paisajístico. Claves para la sostenibilidad territorial**. Madrid, España: Artes Gráficas Cuesta, S.A. 2008.

PASSOS, M. T. **O espaço das práticas mortuárias dos Guarani pré-coloniais do baixo e médio Rio Paranapanema, SP**. (Monografia de Bacharel em Geografia) FTC/UNESP. Presidente Prudente, SP, 2013.

PEREIRA, D. A.; MORA FILHO, P. S. **As contribuições do estudo do Caminho de Peabiru como objeto de desenvolvimento do turismo**. ETIC das Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. Vol. 6, Nº 6. 2010. ISSN 21-76-8498.

PERRITAZ, S. **Intenercommunalites, agglomeration et fusion de comunes: l'optimal et le possible dans les zones urbaines suisses**. (Tesis Doctoral). Universidad de Friburgo, 2003. In: Maestria en Ordenación y Desarrollo Territorial. Universidad Internacional de Andalucía. La Rábida, España, 2006.

PIRES, A.; FUINI, R.; MANCINI, D.; NETO, A. **Governança territorial: Conceito, fatos e modalidades**. UNESP/IGCE, Rio Claro, Brasil, 2011.

PORTAL KAINGANG. 2010. **Terra indígena Icatu**. Disponível em:<http://portalkaingang.org/index_icatu.htm> Acesso em: 10 jul.2017julho 2017.

PORTAL KAINGANG. 2010a. **Terra indígena Vanuire**. Disponível em:<http://portalkaingang.org/index_vanuire.htm> Acesso em: 10 jul. 2017. 2017.

PRATS, L. **Concepto y gestión del patrimonio local**. Cuadernos de Antropología Social, Nº 21, 2005 p. 17 – 35.

PRATS, L. **Investigación. La mercantilización del patrimonio**: entre la economía turística y las representaciones identitarias. Boletín del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, Nº 58, 2006, p. 72-80.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. **Página Web Oficial da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente**. 2014. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/index.xhtml>> Acesso em: 10 julho 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA. **Página Web Oficial da Prefeitura Municipal de Narandiba**. 2014. Disponível em: <<http://www.narandiba.sp.gov.br/site/>> Acesso em: 10 abr. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ. **Plano Municipal de Turismo**. 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ. **Página Web Oficial da Prefeitura Municipal de Iepê**. 2014. Disponível em: <<https://iepe.sp.gov.br/site/>> Acesso em: 20 jun. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Iepê**. 2010. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_mun/236_09_02_2011_IndianaPMDRS.pdf> Acesso em: 20 jun. 2018.

QUEROL, M, MARTÍNEZ B. **La gestión del patrimonio arqueológico en España**. Madrid: Ed. Alianza Universidad, 1996, 438 pp.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993, Série Temas, Vol.29 Geografia e Política, 269 p.

REGADER, B. **Psicológicamente hablando**: un recorrido por las maravillas de la mente. Barcelona: Ediciones Paidós, 2016.

ROCHA, J. L.; BIGONI, L.; KÜNZLI, R. **O papel educacional do CEMAARQ**: desafios e transformações conceituais, valorizando a educação e atraindo mais público. Revista Ciência em Extensão, Vol. 5, Nº.2, 2009, p. 96.

ROCHA, C.; GONÇALVES, F.; **Caracterização fisográfica da bacia hidrográfica do Rio Santo Anastácio/ Oeste Paulista**. 2010. Disponível em: <<https://www.google.es/#q=CARACTERIZA%C3%87%C3%83O+FISIOGR%C3%81FICA+DA+BACIA+HIDROGR%C3%81FICA+DO+RIO+SANTO+ANAST%C3%81CIO/+OESTE+PAULISTA>> Acesso em: 10 abr. 2017.

RODRÍGUEZ, G., GIL, J.; GARCÍA, E. **Metodología de la investigación cualitativa**. La Habana, Editora Ciencias Sociales, 1996.

RODRÍGUEZ, J.M. **La dimensión espacial del desarrollo sostenible**: una visión desde América Latina. La Habana Editorial U.H., Editorial Científico Técnica, 2012.

_____. **Teoría y metodología de la geografía**. Félix Varela, La Habana, 2015a.

_____. **La sostenibilidad del desarrollo territorial**. Experiencias de Cuba y el sur de México. Editorial Universidad de La Habana, La Habana, Cuba, 2015b.

RODRÍGUEZ, JM.; DA SILVA, EV. e LEAL, AC. **Planejamento e Gestão Ambiental**: subsídios da Geoecologia das Paisagens e da Teoria Geossistêmica. UFC. Fortaleza, Brasil, 2012.

RODRIGUES, S. **Kaingang, Oti-Xavante e Guarani no Povoamento do Vale do Paranapanema**, (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2003.

ROGOFF, B. **The cultural nature of human development**. Oxford University Press. Oxford, Inglaterra, 2003.

ROSA, Z. P. et al. **De Liberdade a Iepê: uma terra para todos**. Bauru: Canal 6, 2013.

RUIZ, D.; CADÉNAS, C. E. **Que es una política pública**. DF, México: Editorial Universidad Latina de América. 2015.

SALADINO, A., MORAES C., BACKX, I. 2015. **San Miguel de Misiones y Serra de Capivara, Brasil: tensiones entre políticas de patrimonialización y comunidades locales**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Servicio de Publicaciones, 2015.

SALAS, M. E. **Projeto Circuito Científico Cultural**. FCT/UNESP. Presidente Prudente, SP, 2018.

SAQUET, M. A. **Abordagens e conceitos de território**. Expressão Popular, São Paulo, 2007, 200 p.

_____. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão; In: SAQUET, M.A. (Org.)- **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Editora Outras expressões, São Paulo, 2013. p. 47- 74.

_____. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Outras Expressões, São Paulo, 2011, 123 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PRESIDENTE PRUDENTE. **Sítio Web Oficial da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Município de Presidente Prudente**. 2017. Disponível em:<www.culturapp.com.br>Acesso em: 10 jul.2017.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Escolas do Município de Narandiba**. 2018. Disponível em:<http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/Relat_Escola.asp?ID_DIR=057&ID_MUN=470&ID_DIST=&NM_MUN=NARANDIBA&NM_DIST=&CD_ADM=2&Nova=1>Acesso em: 10 jul. 2018.

SILVA, A. **As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico**. Em: SANTOS, M. e SOUSA, MD da. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, Coleção Espaços,1986.

SILVA, L. **Metodología para la elaboración de estratégias de desarrollo local**. Santiago de Chile: Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, 2003.

SILVA, M. D., COSTA, L. A. **A criação da cidade de Presidente Prudente e seu desenvolvimento até a atualidade**. CEATEC/PUC Campinas, Brasil, 2013.

SOCIEDADE AMIGOS DA CULTURA. **Ponto de Cultura: Iepê**. 2012. Disponível em: <<http://museuiepe.blogspot.com/p/iepe.html>>Acesso em: 10 abr. 2018.

SOSA, V. M. **¿Cómo entender el territorio?**. Colección Documentos para el debate y a formación. No 4. Editorial Cara Parens. Guatemala Universidad Rafael Landívar, 2012.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, F. G. **Histórico de Narandiba SP**. 2011. Disponível em: <<http://geniferre.blogspot.com/2011/03/historico-de-narandiba-sp.html>> Acesso em: 14 abr. 2018.

TORRES CUEVAS, E. **Félix Varela**: los orígenes de la ciencia y conciencia cubanas. La Habana Editorial Ciencias Sociales, 1995.

WEB COMUNICAÇÃO. **Memorial de Iepê**. 2012. Disponível em: <<http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/historico-categoria,257,H.html>> Acesso em: 13 jun. 2018.

WEB COMUNICAÇÃO. **Memorial de Narandiba**. 2012a. Disponível em: <<http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/historico-categoria,251,H.html>> Acesso em: 10 abr. 2017.

UNAN. **Lançamento de livros em Presidente Prudente**. 2015. Disponível em: <<http://unan.unesp.br/destaques/17964/Lancamento-de-livros-em-Presidente-Prudente>> Acesso em: 16 abr. 2018.

UNESCO. Centro de Información de las Naciones Unidas. **Convención sobre la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural**. 1972. Disponível em: <<http://www.cinu.org.mx/eventos/cultura2002/doctos/conv.htm>> Acesso em: 10 abr. 2017.

UNESCO. Centro de Información de las Naciones Unidas. **Convención para la Salvaguarda del Patrimônio Cultural Inmaterial**. 2003. Disponível em: <http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=17716&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html> Acesso em: 10 abr. 2017.

UNESCO. Centro de Información de las Naciones Unidas. **Declaración universal de la UNESCO sobre la diversidad cultural**. 2001. Disponível em: <http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html> Acesso em: 10 abr. 2017.

UNOESTE. **Histórico de Presidente Prudente**. 2008. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/fipp/infoeste/21info/webfif/r9web/prudente.html>> Acesso em: 10 jul. 2017.

UNOESTE. **Sexto Prêmio UNOESTE Solidária**. 2017. Disponível em: <<https://www.unoeste.br/site/enepe/2017/arquivos/ClassifFinal-UnoesteSolidaria.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2018.

VALCARCEL, O. **Los horizontes de la Geografía.** Teoría de la Geografía. Barcelona Editorial Ariel S.A., 2000.

VERGARA, P. **El enigma del desarrollo:** endogeneidad em um mundo globalizado. Planejamento territorial e desenvolvimento regional. Fortaleza, Editorial UECE, 2004.

VIENNI, B. **Patrimonio arqueológico de Uruguay:** propuesta para el análisis de un concepto. Granada. Editorial de la Universidad de Granada, 2010.

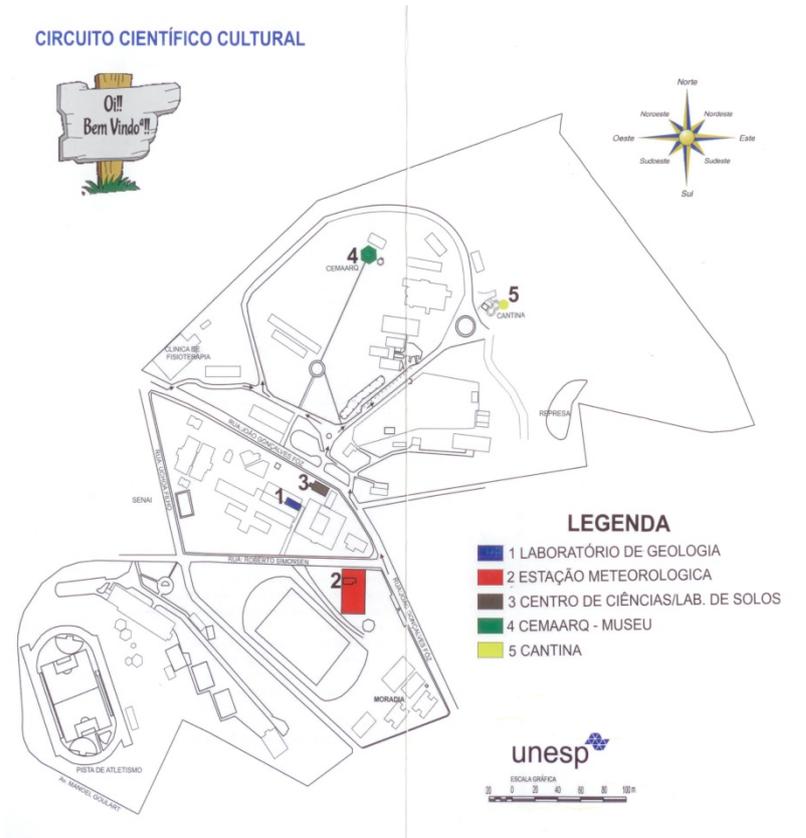
VIEIRA, D. H., ROSA, C. B. L., FACCIO, N. B. **Oficina de arte rupestre como metodologia de ensino da arqueologia nas escolas.** Anais do XXVI Congresso de Iniciação Científica da FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP. 2014.

VIGOTSKY, L. **Mind and Society.** 1930. Harvard University Press, Massachusetts, Estados Unidos, 1987.

ZAFRA DE LA TORRE, N. **Hacia una metodología para el estudio del patrimonio arqueológico.** Revista Complutum Extra, Vol. 6 – 1, 1996, p. 225-239.

APÊNDICES

Apêndice 1: Folder promocional do “Circuito Científico Cultural”



unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE



RUA ROBERTO SIMONSEN, 305

CENTRO EDUCACIONAL

CEP 19060-900 PRESIDENTE PRUDENTE - SP

FONE (18) 3229-5388 - FAX: (18) 3229-5353

CIRCUITO CIENTÍFICO CULTURAL

AGENDAMENTO

SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

8:00 às 11:00 - 14:00 às 17:00 horas

Tel: (18) 3229-5327 c/ Adriana

APOIO

Convênio MEC/SESu nº 022/2013 - SICONV

782647/2013 - PROEXT 2013

Circuito

Científico

Cultural

Show da Química – Trupe Quimiatividade



O Show da Química é um Projeto de Extensão da FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente realizado pelo grupo Trupe Quimiatividade e, desde 2006, o grupo realiza a Difusão e Popularização da Ciência em escolas, teatros, Centros de Ciência e eventos de natureza científico-cultural para alunos de todos os níveis de ensino na cidade de Presidente Prudente e Região. Durante a apresentação dos experimentos são abordados os conceitos da Química contextualizados com as demais ciências e abordagem CTS (ciência, tecnologia e sociedade), sempre permeados com muito humor e irreverência. Também é possível a participação do público na realização do Show da Química, promovendo assim a interatividade, que é o grande diferencial do projeto.

Agendamento/contato:
Tel: (18) 3229 5874
trupequimiatividade@hotmail.com

Facebook: Trupe Quimiatividade – Show da Química

Centro de Ciências



O Centro de Ciências é um espaço da FCT/Unesp em que o aluno aprende Ciências brincando, tendo por lema “É proibido não mexer”. Com uma dinâmica voltada para a aprendizagem a partir do lúdico, o Centro de Ciências procura envolver o aluno com experimentos simples, nos quais a maior preocupação é a sua interação com o objeto de estudo, construindo junto ao mesmo os conceitos envolvidos em cada experimento e associando-os com seu dia a dia. Assim, o olhar, o tocar e o verificar, despertando a curiosidade e o interesse do aluno pela sua compreensão, são as bases do caminho rumo ao conhecimento. No Centro de Ciências há experimentos sobre diversos assuntos, tais como Óptica, Eletricidade, Mecânica e Ciências em geral. Para os professores, conta-se também com uma coletânea de vídeos instrutivos, além de uma Experimentoteca com diferentes experiências de Ciências, Física, Química e Biologia. Esses materiais suplementam as aulas da rede de ensino, enriquecendo o aprendizado do aluno e estão disponíveis para empréstimo mediante agendamento.
Inf. angel@fct.unesp.br

“Brincando com a Física”



É um projeto desenvolvido por professores do DFOB, no qual são explorados experimentos de Física apresentados em um enredo dinâmico e divertido de uma peça teatral que mantém uma interação contínua envolvente com público.
Inf. gada@fct.unesp.br

Laboratório de Geologia, Geomorfologia e Recursos Hídricos



O laboratório apresenta materiais didáticos de Geociências, como complemento aos conteúdos programáticos dos livros didáticos utilizados pelos professores; conta também com coleções de amostras de minerais e rochas de diferentes formações geológicas, como os tipos Ígnea, Metamórfica e Sedimentar e mapas Geológicos e Geomorfológicos do Estado de São Paulo.

Kits didáticos para trabalhos com Geologia, Geomorfologia e Ciclo Hidrológico também estão disponíveis para trabalhos dos alunos de licenciatura com alunos do ensino fundamental e médio.
Inf. icmoroz@fct.unesp.br

Estação Meteorológica



A Estação Meteorológica, vinculada ao Laboratório de Climatologia da FCT/Unesp, registra os elementos e fenômenos meteorológicos, desde 1968. Mantém um acervo de registros, utilizado em larga escala pela comunidade. Sempre colabora com a imprensa local fornecendo informações diárias da previsão do tempo e dos fenômenos meteorológicos de impacto e atende as escolas da região. Atua no apoio aos professores das disciplinas de Climatologia, Meteorologia, Hidrologia e outras. Há também uma estação meteorológica automática, que registra e armazena os dados, que são transmitidos, via satélite, para o INMET em Brasília. As visitas às instalações da estação são monitoradas e voltadas ao interesse didático dos visitantes, apresentando os equipamentos e a rotina dos trabalhos.
Inf. ladeu@fct.unesp.br

Laboratório de Solos



O Laboratório de Solos da FCT/Unesp desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão desde 1984. Atualmente são realizadas pesquisas na área física de solos, além da execução do projeto de extensão “Trilhando pelos Solos”, cujo objetivo é a elaboração de materiais didáticos que ajudam a ilustrar os fatores de formação, as características físicas, os processos de degradação e técnicas de conservação de solos. O público alvo são alunos de rede pública e privada, bem como cursos técnicos e de nível superior, uma vez que há uma adequação do conteúdo de acordo com o interesse e faixa etária. As visitas ao Laboratório de Solos são monitoradas e visam promover discussões sobre a relação sociedade/natureza, tendo como eixo central o recurso natural: solo.
Inf. victor_veriss@fct.unesp.br

Site: <http://labsolos.wix.com/labsolos>

Museu Cemaarq



No Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia (CEMAARQ) encontra-se aberta à visitação pública uma exposição contendo material indígena, que objetiva apresentar aos visitantes uma idéia da riqueza da cultura indígena pré-histórica e atual.

Isso é feito através de seu artesanato, como: cestarias, arte plumária, cerâmica, armas, enfeites, instrumentos musicais, dentre outros. A Pré-História é representada por material arqueológico (pedra lascada, pedra polida e cerâmica) encontrado na região através das pesquisas e escavações. Mais recentemente, foi incluída uma área de Paleontologia, mostrando fósseis de saúrios e quelônios da era mesozóica. As visitas são acompanhadas por monitores que explicam o roteiro da exposição, seguindo uma seqüência cronológica e didática.

Inf. cemaarq@fct.unesp.br

Apêndice 2: Folder “Os primeiros que chegaram na região de Presidente Prudente, SP, nossa história contada pela arqueologia”

Com a invasão das terras pelos homens brancos, os povos indígenas iniciaram muitas lutas para defender suas terras, mas foram derrotados e as tribos recuaram para o Mato Grosso e norte do Paraná.

Suas terras foram ocupadas por posseiros. José Theodoro de Souza foi um dos primeiros a chegar por volta de 1850.

Em 1910 com a ferrovia instalada muitos Kaingang já haviam sido exterminados. Os poucos que restaram no Oeste Paulista foram reunidos e levados para o Posto Indígena Vamûre em Arco Íris, SP.



Reserva Indígena Vanuïre. Arco Íris, SP. Índios Kaingang. Fonte: Rodrigues (2007).

comum a presença de estruturas de combustão associadas ao lascamento de pedra.



Ponta de flecha, de pedra lascada de grupos caçadores coletores, da região do Vale do Rio Paranapanema. Fonte: Faccio (2011).

No Município de Presidente Prudente.

Foram encontrados sete sítios arqueológicos, sendo seis da Tradição Tupiguarani (período pré-colonial) e um do período histórico.

Os índios da Tradição Tupiguarani eram conhecidos como ceramistas, porque tinham na cerâmica o principal artefato dentro da sua cultura material.

Além da cerâmica encontramos nesses sítios objetos de pedra lascada e pedra polida.



Tropeiros chegaram a terras prudentinas montados em cavalos. Foto: Acervo Museu e Arquivo Histórico

Outro momento que marcou a história da região foi a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, que chegou a Presidente Prudente em 1919, estrada esta que ligava a cidade de Sorocaba ao interior paulista.



Estrada de Ferro Sorocabana. Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil (2017).

Os Primeiros que Chegaram...

... na região de Presidente Prudente, SP
Nossa história contada pela ARQUEOLOGIA

A ARQUEOLOGIA investiga a presença e o modo de vida do homem, a partir da análise de sua cultura material, ou seja, seus objetos, desde o período pré-colonial até os dias atuais.

Na região reconhecemos vestígios materiais que indicam a ocupação de grupos caçadores-coletores, ceramistas (período pré-colonial e de contato) e da sociedade nacional (período histórico).

Os grupos humanos denominados caçadores-coletores eram populações com grande mobilidade no território. Nessas ocupações é



Sítio Arqueológico Mandaguari, Presidente Prudente, SP. Coleção cerâmica. Fonte: Cabrera (2016).



Colar feito de ossos encontrado em uma funerária do Sítio Arqueológico Mandaguari, Presidente Prudente, SP. Fonte: Cabrera (2016).



Tipos de decoração encontradas no acervo da coleção do Sítio Mandaguari, Presidente Prudente, SP. Coleção cerâmica. Fonte: Cabrera (2016).

De acordo com os dados contidos nos arquivos históricos da Biblioteca Municipal do Município de Presidente Prudente e do IBGE, aqui habitavam índios da etnia Guarani, Xavante e Kaingang (também conhecidos como Coroados).

Apêndice 3: Folder da exposição “Educação Ambiental e Patrimonial: paisagens do passado”



Comissão organizadora:

- Neide Barrocá Faccio (curadora e organizadora)
- Edson Assunção Mareco (organizador)
- Graziella Plaça Orosco de Souza (organizadora)
- Thiago de Moraes dos Passos (organizador)
- Maria Frizarin Cipriano (organizadora)
- Equipe técnica e de monitores do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem e Museu de Arqueologia Regional - MAR
- Equipe técnica e de monitores do Acervo Educacional de Ciências Naturais - AECIN

Contatos:

LAG-MAR/Núcleo Morumbi – FCT/UNESP
 Rua Dr. Cyro Bueno, 40 (Sala 29), Jd. Morumbi,
 Presidente Prudente –SP
 (18) 3229-5771
nfaccio@terra.com.br mar-fct.unesp@outlook.com

Realização:



Parceiros:

- Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema
- Fórum Trabalhista - Presidente Prudente
- Ministério Público do Estado de São Paulo - Presidente Prudente
- Ministério Público do Trabalho – Presidente Prudente
- Ministério Público Federal - Presidente Prudente
- Secretaria Estadual do Meio Ambiente
- Pró-Reitoria de Extensão da UNESP
- Pró-Reitoria de Extensão da UNOESTE
- Museu de Arqueologia de Iepê, SP
- Diretoria de Ensino de Tupã, SP



Exposição itinerante:

“Educação Ambiental e Patrimonial: paisagens do passado”

Instituições promotoras:

- Museu de Arqueologia Regional - MAR
- (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP)
- e Acervo Educacional de Ciências Naturais – AECIN
- (Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE)
- Local:** Centro de Eventos - Instituto Brasileiro do Café (IBC) de Presidente Prudente, SP
- Data:** de 29/09 a 08/10/2017



EXPOSIÇÃO ITINERANTE

Educação Ambiental e Patrimonial: paisagens do passado

Sobre a Exposição

A exposição apresenta o cotidiano dos grupos caçadores-coletores e ceramistas que habitavam a região do Oeste Paulista no período pré-colonial, visando despertar novos olhares para o passado desses povos indígenas por meio de cenas do cotidiano dos povos indígenas e de suas paisagens.

A exposição itinerante tem por objetivo levar o visitante ao período anterior à fundação da cidade de Presidente Prudente, quando o Oeste Paulista era ocupado por grupos indígenas. Isso se dará por meio da apresentação de assentamentos indígenas pré-coloniais, utilizando peças arqueológicas, espécies da flora e da fauna silvestres. Dessa forma, pretende-se promover a aproximação do público observador ao contexto dos biomas originais da região, bem como da pretérita diversidade indígena do Oeste Paulista, do qual Presidente Prudente faz parte.

Intervenções educativas nesta exposição:

- Trabalho informativo realizado por equipe de acadêmicos da Unesp e da Unoeste, por meio de visitas monitoradas ao acervo.
- Oficinas de decoração Guarani em cerâmica, que consiste na pintura de motivos geométricos étnicos em réplicas de vasos cerâmicos (cambuchi) da tradição arqueológica indígena Guarani.

Museu de Arqueologia Regional (MAR) e Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG)

O Museu de Arqueologia Regional (MAR), em conjunto com o Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG) – ambos da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Presidente Prudente - desenvolvem pesquisas nas áreas de Patrimônio Arqueológico, Educação Patrimonial, Musealização, curadoria e restauro de acervos.

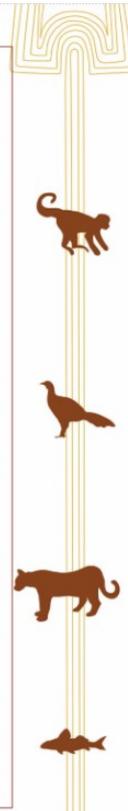
O MAR e o LAG promovem pesquisas de diagnóstico arqueológico interventivo, prospecção arqueológica, resgate e monitoramento arqueológico. O acervo do MAR conta com cerca de 37.000 peças arqueológicas dos grupos indígenas Guarani, Kaingang e Kayapó do Oeste

O MAR ainda oferece, de forma gratuita, visitas monitoradas à sua exposição permanente - que apresenta materiais arqueológicos – além de oficinas de pintura Guarani em cerâmica, de arte rupestre, de produção de cerâmica Guarani e de lascamento em pedra.

Contato:
mar-fct.unesp@outlook.com

Acervo Educacional de Ciências Naturais (AECIN)

O Acervo Educacional de Ciências Naturais (AECIN) da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) consiste de um espaço interdisciplinar destinado ao desenvolvimento de atividades científicas, educativas, culturais e de extensão à comunidade de Presidente Prudente e região. O AECIN está a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, zelando pela conservação e pela perpetuação da memória ambiental do Brasil. Trata-se de um museu local com características de um Museu Ambiental, embora exiba também uma vertente arqueológica, geológica e histórica.



Apêndice 4: Folheto “205 d.C Fazendo História” do Museu de Arqueologia de Iepê



Um Pouco da História...

A maior Urna Funerária Indígena Guarani do Brasil encontra-se no Museu de Iepê (MAI) que tem por objetivo levar à comunidade, em parceria com a FCT/UNESP e MAE/USP, a pré-história dos índios do Estado de São Paulo. O MAI apresenta um belo acervo de vasilhas guarani inteiras. São tigelas, pratos, potes e urnas funerárias de formas e tamanhos variados. As vasilhas apresentam diversas decorações como pinturas em preto e vermelho sobre engobo branco, incisões, entalhes, etc. Além das vasilhas cerâmicas, o MAI também apresenta uma grande variedade de pedras lascadas, lâminas de machado polidas, tembetás, boleadeiras e virotes. O Museu de Arqueologia de Iepê possui um dos mais importantes acervos arqueológicos do Estado de São Paulo.

Localização

O MAI está localizado no Município de Iepê, à Rua Minas Gerais, nº 458.
Telefone: (18) 3264-1726

Contato: Maria Bernadete Garcia Ferreira de Almeida

Departamento de Educação, Cultura e Esportes.

Telefone: (18) 3264-1715



Prefeitura Municipal de Iepê - SP
Rua Minas Gerais, 274 - Centro
CEP: 19640-000
Fone/Fax: (18) 3264-1311



MAI

Museu de Arqueologia de Iepê

205 d. C FAZENDO HISTÓRIA





A maior Urna Funerária Guarani do Brasil
Fotos: Olavo S. E. Simões



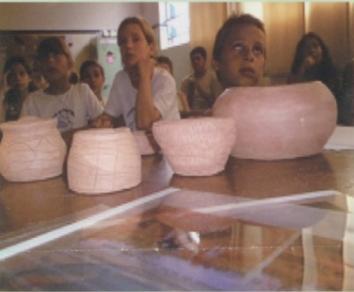
Alunos em visita ao MAI



Oficinas de pintura em cerâmica, pelos alunos da UNESP de Presidente Prudente



Urnas Funerárias Guarani



Educação Patrimonial nas Escolas do Município



Sítio Arqueológico em escavação

Apêndice 5: Folheto “Iepê, SP um lugar único” do Museu de Arqueologia de Iepê

MAI

Museu de Arqueologia de Iepê



A maior Urna Funerária Indígena Guarani do Brasil encontra-se no Museu de Arqueologia de Iepê-SP (MAI) que tem por objetivo levar à comunidade, em parceria com a FCT/UNESP e MAE/USP, a pré-história dos índios do Estado de São Paulo. O MAI apresenta um belo acervo de vasilhas guarani inteiras. São tigelas, pratos, potes e urnas funerárias de formas e tamanhos variados. As vasilhas apresentam diversas decorações como pinturas em preto e vermelho sobre engobo branco, incisões, entalhes, etc. Além das vasilhas cerâmicas, o MAI também apresenta uma grande variedade de pedras lascadas, lâminas de machado polidas, tembetás, boleadeiras e virotes. O Museu de Arqueologia de Iepê possui um dos mais importantes acervos arqueológicos do Estado de São Paulo.

Localização



IEPÊ está localizado no sudoeste do estado de São Paulo, zona fisiográfica de Assis, região de Presidente Prudente. Limita-se com Rancheira, Nantes, Maracá e Estado do Paraná. Está a 500 km da cidade de S. Paulo.

Hidrografia: Mini Bacia Rio Paranapanema; Rio Capivara; Córrego dos Patos; Rio Jaguaretê

Relevo : Planalto e Planura

Clima: Subtropical

Vegetação: Floresta Estacional Semidecidual-Mata Atlântica do Interior e Mata do Cerrado (estágio secundário) com trechos de mata ciliar.

Aniversário – 24 de Junho

Fundação – 23/04/1923

Emancipação – 30/11/1944



Prefeitura Municipal de Iepê-SP
End: Rua Minas Gerais, 274 - Centro
CEP: 19640-000 - Iepê - SP
Fone/Fax: (18) 3264-1311

IEPÊ - SP

Um Lugar único!




“Deixe somente suas pegadas e leve boas recordações”



Um pouco da História...



IEPÊ na tradição lingüística tupi guarani significa Liberdade, e no dicionário tupi guarani significa Lugar Único.

Em 1.917 algumas famílias já habitavam na região que viria a formar o município. Conflitos religiosos envolvendo protestantes e católicos marcaram a história do município, que obviamente nem sempre fora denominado Iepê. Conta-nos a história que lá pelos anos de 1921 numa área de 10 alqueires de terras doadas pela Companhia Brasileira de Colonização fundou-se o Patrimônio São Roque.

Atribuindo-se o feito à comunidade majoritariamente católica da época. Vinte e três de abril de 1923 consta como data de fundação de um outro patrimônio, pelas mãos dos povos protestantes, denominado Liberdade. O patrimônio foi elevado a distrito em 29/12/1927, sendo anexado ao município de Conceição de Monte Alegre.

Tal como se deu com muitos topônimos paulistas, a palavra Iepê serviu de tradução para o antigo nome do povoado de Liberdade, do qual se originou este município, quando ainda distrito de Conceição de Monte Alegre.

Em 05 de julho de 1935, o distrito de Iepê foi transferido para Rancheira, vindo a adquirir a autonomia municipal em 30 de novembro de 1944.

Vinte e quatro de junho foi a data escolhida para celebrar o aniversário de fundação do município, cujo padroeiro é São João Batista.

A Certeza de um Futuro Promissor!



Cliv Sol Hotel Fazenda www.clivsol.com.br



Cachoeira Águas do Sol



Cachoeira do Ribeirão Bonito



Cachoeira Salto do Figueira



Corredeira do Jaguaretê



Recanto das Alamandas



Paiano's Piscicultura



Pousada Castilho e



Pesqueiro Castilho

A Ilha



Com 18 alqueires de terras, sendo oito de área de preservação ambiental, a Ilha do município de Iepê atualmente se chama “Parque Auriverde”. Durante o período de seca, os visitantes podem chegar à ilha via terrestre, nos outros meses é necessária a utilização do transporte marítimo. O parque conta com 600 metros de praia com areia e muitas conchinhas. Atualmente a Prefeitura fez cessão de 1 alqueire da ilha para uso da Associação dos Pescadores de Iepê.



(APMI) que tem um projeto para a implantação de tanques redes com o intuito de desenvolver a piscicultura no local.

Mais informações sobre Passeios de Barco e a Ilha com o Presidente da APMI, Luiz Gomes dos Santos. Fone: (18)9729-0773.

Casa do Artesão




Sítio Três Irmãos

Onde Comer

Restaurante e Lanchonete A Família
Rua Minas Gerais, 232 Fone:(18) 3264-1164

Restaurante Central
Rua São Paulo, 256 Fone:(18) 3264-1461

Praça da Alimentação com Trailers
Praça Dna. Silvina de Almeida Prado, S/N

Rotisseria da Mama
Rua São Paulo, 227 Fone:(18) 3264-1744

Restaurante “Carro de Boi”
No Hotel Fazenda Cliv Sol
Rod. SP 457, Km 23 Fone:(18) 3264-4520
Fone:(18) 3264-4521

Paiano's Piscicultura
Rod. Brigadeiro Eduardo Gomes – SP 421 Km 122. Fone: (18) 3264-4119

Sorvetão – Rua São Paulo, 508

Sorvetenias da Praça
Praça Dna. Silvina de Almeida Prado, S/N

Onde Ficar

Hotel Fazenda Cliv Sol
Rod. SP 457, Km 23 Fone:(18) 3264-4520
Fone:(18) 3264-4521

Pousada Cury
Rua São Paulo, 271 Fone:(18) 3264-1710

Pousada e Pesqueiro Castilho
Rua São Paulo, S/N Fone:(18) 3264-1143

Passeios Culturais

Museu de Arqueologia (MAI)
Rua Minas Gerais, 458 Fone:(18) 3264-1726

Museu da Igreja Presbiteriana Independente (IPI)
Praça Dna Silvina de Almeida Prado, S/N
Fone:(18) 3264-1137

Biblioteca Municipal
Rua Minas Gerais, 343 Fone:(18) 3264-1311
Ramal 213

Casa da Cultura
Rua Alagoas, 62 Fone:(18) 3264- 1225

Apêndice 6: Folheto “MAI: Museu de Arqueologia de Iepê” do Museu de Arqueologia de Iepê

Projeto Arquitetônico MAI

Um grupo de professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da FCT/UNESP estão desenvolvendo o projeto de readequação do espaço do Museu de Arqueologia de Iepê. O objetivo é torná-lo mais adequado à exposição, curadoria e conservação de seu acervo, bem como, possibilitar a interação entre os elementos da pré-história resgatados e à comunidade. Essa é mais uma atividade de extensão da Universidade para a comunidade.

Organizadores

Alessandra Navarro · Claudemilson dos Santos · Cristina Maria, Perissinotto Baron Okimoto · José Luiz de Morais · Luiz Antonio Barone · Neide Barrocá Faccio

Arlindo de Sousa Júnior · David Luigli Turtera Pereira · Érika Sayuri Okada · Gabriela Machado Carrê · Hellen Cristiane de Souza · Hiuri Marcel di Baco · Laina da Costa Honorato · Mônica Magalhães de Deus · Natalia Yurie Shiba · Paulo Zaganin

Agradecimentos à família Ekman Simões; à Prefeitura de Iepê; à FCT/UNESP; ao MAE/USP; aos moradores e educadores de Iepê e a todos que, de alguma forma, colaboraram para que esse Museu fosse aberto.







Museu de Arqueologia de Iepê



O Museu de Arqueologia de Iepê (SP) tem por objetivo levar à comunidade, em parceria com a FCT/UNESP e MAE/USP, a pré-história dos índios do Estado de São Paulo. O Museu de Arqueologia de Iepê apresenta um belo acervo de vasilhas guarani inteiras. São tigelas, pratos, potes e urnas funerárias de formas e tamanhos variados. As vasilhas apresentam decorações variadas

(pinturas em preto e vermelho sobre engobo branco, incisões, entalhes, etc). Além das vasilhas cerâmicas, o Museu de Iepê também apresenta uma grande variedade de pedras lascadas, lâminas de machado polidas, tembetás, boleadeiras e virotes. O Museu de Arqueologia de Iepê possui um dos mais importantes acervos arqueológicos do Estado de São Paulo.

















Apêndice 7: Panfleto da campanha “Preserve a História e entre na História” desenvolvida no Município de Iepê.



PRESERVE A HISTÓRIA E ENTRE NA HISTÓRIA
Conhecendo e Preservando Nossas Raízes

Se você, cidadão de Iepê, possui ou conhece a localização de algum material arqueológico, entre em contato com o
MAI (18 - 3264 1311) ou com a FCT/UNESP (18 - 3223 1533).

Todos os colaboradores receberão um certificado de participação com fotos do objeto arqueológico encontrado e do acervo arqueológico do MAI.

Participe!!!



PRESERVE A HISTÓRIA E ENTRE NA HISTÓRIA
“Conhecendo e Preservando nossas raízes”
MAI (Museu de Arqueologia de Iepê).

Os grupos humanos da Pré-História que viveram em nossa região, sobretudo às margens do Rio Paranapanema, utilizaram materiais como a pedra, a madeira, o osso e a argila para estarem se relacionando com a natureza e extraindo dela todas as formas de sobreviver nesse local.

A pedra trabalhada pelos homens pré-históricos era lascada para cortar, raspar e descarnar seus alimentos. Estas são funções, nos dias atuais, de nossos talheres de aço.

A pedra polida, devidamente confeccionada, poderia transformar-se em machados, para a derrubada da mata, para o corte da madeira e para o plantio. A mão-de-pilão, feita a partir do polimento da pedra, era utilizada para socar e triturar a carne seca e os grãos de alimentos.

A cerâmica, feita à base de argila, foi utilizada para cozinhar ou conservar os alimentos e as bebidas, assim como para enterrar os mortos.

Os vestígios arqueológicos acima descritos são testemunhos preservados de ocupações antigas, e hoje, auxiliam o Arqueólogo a remontar esse passado imemorial. Além disso, por lei federal, são patrimônio nacional.

Ajude a proteger e a conservar o patrimônio nacional. Se você possui ou tem contato com esse material, informe ao MAI ou a FCT/UNESP e entre na história.

Apêndice 8: Folheto atualizado que aborda o acervo do MAI, desenho com brilho.



Maior urna funerária indígena Guarani do Brasil, com 1,16 m de diâmetro
Sítio Arqueológico Aguinha, Iepê, SP.

O MAI possui uma reserva técnica de mais de 70 mil peças da cultura indígena Guarani, resgatadas dos nove sítios arqueológicos pesquisados no município pela equipe do LAG da FCT/UNESP. Sendo um dos mais ricos acervos arqueológicos do Estado de São Paulo, composto por: vasilhas de cerâmica, pedras lascadas e polidas, vasilhas esculpidas em pedra, mãos de pilão, lâminas de machado, tembetás, boleadeiras, virotes, peças polidas em osso e urnas funerárias.

Localização



O Museu de Arqueologia de Iepê (MAI) está localizado na Rua Minas Gerais, Nº 458 - Centro, CEP 19640-000 Iepê, SP

Encontrar-se aberto ao público de segunda a sexta-feira nos horários:
8:00h às 11:00h
13:00h às 16:00h

Contato: Ma. Bernadete de Almeida Garcia

Telefone : (18) 3264-1726
(18) 99685-4724

Fotos: Olavo Santilli Ekman Simões



O MAI tem por objetivo levar à comunidade em parceria com a FCT/UNESP e MAE/USP a pré-história dos índios do Estado de São Paulo, contando com mais de 100 peças Guaranis em exposição.



Lâmina de machado polida e placa de quartzo utilizada para polir machado



Virotes: utilizados como ponta de lança para abater pássaros



Almofariz e Mão de Pilão



Fragmento de tigela rasa com pintura vermelha sobre engobo branco
Sítio Arqueológico Lagoa Seca



Motivos mínimos da cerâmica do Sítio Arqueológico Lagoa Seca



Fragmentos de vasilhas
Sítio Arqueológico Aguinha



Vasilha funda com pintura vermelha sobre engobo branco
Sítio Arqueológico Pernilongo



Tigela funda com decoração incisa
Sítio Arqueológico Pernilongo



Urna funerária
Sítio Arqueológico Aguinha

Apêndice 9: Folheto atualizado que aborda o acervo do MAI, desenho com fundo branco para impressão em papel reciclado.



Maior urna funerária indígena Guarani do Brasil, com 1,16 m de diâmetro
Sítio Arqueológico Aguinha, Iepê, SP.

O MAI possui uma reserva técnica de mais de 70 mil peças da cultura indígena Guarani, resgatadas dos nove sítios arqueológicos pesquisados no município pela equipe do LAG da FCT/UNESP. Sendo um dos mais ricos acervos arqueológicos do Estado de São Paulo, composto por: vasilhas de cerâmica, pedras lascadas e polidas, vasilhas esculpidas em pedra, mãos de pilão, lâminas de machado, tembetás, boleadeiras, virotes, peças polidas em osso e urnas funerárias.

Localização



O Museu de Arqueologia de Iepê (MAI) está localizado na Rua Minas Gerais, Nº 458 - Centro, CEP 19640-000 Iepê, SP

Encontrar-se aberto ao público de segunda a sexta-feira nos horários:
8:00h às 11:00h
13:00h às 16:00h

Contato: Ma. Bernadete de Almeida Garcia

Telefone : (18) 3264-1726
(18) 99685-4724

Fotos: Olavo Santilli Ekman Simões



O MAI tem por objetivo levar à comunidade em parceria com a FCT/UNESP e MAE/USP a pré-história dos índios do Estado de São Paulo, contando com mais de 100 peças Guaranis em exposição.



Lâmina de machado polida e placa de quartzo utilizada para polir machado



Virotes: utilizados como ponta de lança para abater pássaros



Almofariz e Mão de Pilão



Fragmento de tigela rasa com pintura vermelha sobre engobo branco
Sítio Arqueológico Lagoa Seca



Motivos mínimos da cerâmica do Sítio Arqueológico Lagoa Seca



Fragmentos de vasilhas
Sítio Arqueológico Aguinha



Vasilha funda com pintura vermelha sobre engobo branco
Sítio Arqueológico Pernilongo



Tigela funda com decoração incisa
Sítio Arqueológico Pernilongo



Urna funerária
Sítio Arqueológico Aguinha

Apêndice 10: Painel que apresenta as principais peças e informações do acervo do MAI para efetivar a promoção arqueológica em atividades fora do Museu



O Museu de Arqueologia de Iepê (MAI) tem por objetivo levar à comunidade em parceria com a FCT/UNESP e MAE/USP, a pré-história dos índios do Estado de São Paulo. O MAI conta com 100 peças em exposição e possui uma reserva técnica de mais de 70 mil peças da cultura indígena Guarani, resgatadas dos nove sítios arqueológicos pesquisados no município pela equipe do LAG da FCT/UNESP. Sendo um dos mais ricos acervos arqueológicos do Estado de São Paulo, composto por: vasilhas de cerâmica, pedras lascadas e polidas, vasilhas esculpidas em pedra, mãos de pilão, lâminas de machado, tembetás, boleadeiras, virotes, peças polidas em osso e urnas funerárias.



Tigela funda com decoração incisa. Sítio Arqueológico Pernilongo, Iepê.



Fragmento de tigela rasa, com pintura vermelha sobre engobo branco. Sítio Arqueológico Lagoa Seca, Iepê.



Vasilha funda, com pintura vermelha sobre engobo branco. Sítio Arqueológico Pernilongo, Iepê.



Uma funerária evidenciada no Sítio Arqueológico Aguiinha, Iepê.



Maior urna funerária indígena Guarani do Brasil, com 1,16 m de diâmetro. Sítio Arqueológico Aguiinha, Iepê.



Fragmentos de vasilhas indígenas evidenciados no Sítio Arqueológico Aguiinha, Iepê.



Lâmina de machado polida e placa de quartzo utilizada para polir machado, evidenciadas nos sítios arqueológicos de Iepê



Virotes evidenciados na região de Iepê. O virote era utilizado como ponta de lança para abater pássaros



Almofariz e Mão de Pilão. Peça doada ao Museu de Arqueologia de Iepê.



unesp



O Museu de Arqueologia de Iepê (MAI) está localizado na Rua Minas Gerais, Nº 458 - Centro, CEP 19640-000 - Iepê, SP.
Encontrar-se aberto ao público de segunda a sexta-feira nos horários das 8:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h
Telefone de contato: (18) 3264-1726 ou (18) 99685-4724